



**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**Departamento de Geografia**

**Heitor Borges Ferreira**

**Ocupação territorial da Região Centro-Oeste em dois momentos: A Marcha  
Para o Oeste e a Mudança da Capital Brasileira**

**Orientadora: Profa. Dra. Valéria de Marcos**

**São Paulo/SP**  
**2024**

**Heitor Borges Ferreira**

**Ocupação territorial da Região Centro-Oeste em dois momentos: A Marcha  
Para o Oeste e a Mudança da Capital Brasileira**

Trabalho de Graduação Individual  
apresentado ao Departamento de  
Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras  
e Ciências Humanas da USP como  
requisito para a obtenção do título de  
Bacharel em Geografia, sob orientação da  
professora Dra. Valéria de Marcos.

Área de concentração: Geografia Humana.

São Paulo/SP  
2024

## **Agradecimentos**

Dedico este trabalho desenvolvido no ano de 2024, inicialmente, à minha família: minha mãe, Maíla, meu pai, Aurelino, e meu irmão, João, sem cujo apoio, motivação, ajuda e presença eu não teria chegado até aqui.

Agradeço imensamente aos meus professores que, na minha formação, foram essenciais para que eu pudesse compreender um pouco mais sobre o mundo à minha volta. Sem eles, não teria me apaixonado tanto pela Geografia. Agradeço humildemente pela paciência e pelas discussões enriquecedoras.

Agradeço também aos meus amigos que, de alguma forma, permaneceram comigo durante esse percurso.

Agradeço, sobretudo, à minha orientadora, a professora Dra. Valéria De Marcos, que me auxiliou em toda esta jornada, desde as ideias iniciais até o desenvolvimento do projeto e a escrita deste estudo. Obrigado pelas conversas, pela paciência, pelas broncas e, principalmente, pelo seu tempo, professora.

*Diga você me conhece*

*Eu já fui boiadeiro*

*Conheço essas trilhas*

*Quilômetro, milhas*

*Que vem e que vão*

*Pelo alto sertão*

*Que agora se chama*

*Não mais de sertão*

*Mas de terra vendida*

*Civilização*

*Almir Sater (Peão)*

### **Palavras-Chave**

Centro-Oeste, Formação Territorial Brasileira, Sertão, Marcha Para o Oeste, Brasília, espaços vazios, modernização, integração territorial, interiorização.

### **Resumo**

O presente estudo analisa a ocupação territorial da Região Centro-Oeste do Brasil em dois momentos históricos distintos: a "Marcha Para o Oeste", promovida pelo governo de Getúlio Vargas e a transferência da capital brasileira para Brasília em 1960. O trabalho busca compreender como esses processos foram fundamentais para o Estado que buscava a integração e consolidação do território nacional, evidenciando a importância estratégica da região para o projeto de modernização do Estado brasileiro.

A pesquisa discute o papel das políticas territoriais e das ideologias geográficas que influenciaram a ocupação da região, destacando as expedições de Marechal Rondon, os Irmãos Villas Bôas e a atuação da Fundação Brasil Central. Além disso, a mudança de capital para o Planalto Central é abordada como um marco na discussão geopolítica do país, reforçando a interiorização do desenvolvimento e a ocupação planejada do interior brasileiro.

A análise considera as características físicas da região, como o Cerrado e suas fitofisionomias, além das transformações sociais e econômicas decorrentes da ocupação. O estudo evidencia como a construção simbólica do "Sertão" influenciou as políticas de expansão e apropriação territorial ao longo do século XX. Conclui-se que esses processos, embora distintos, são marcados pela continuidade do projeto brasileiro de ocupar seus espaços vazios, promover a integração territorial e "modernizar" os "atrasados" Sertões brasileiros.

### **Key-Words**

Central-West, Brazilian Territorial Formation, Sertão, March to the West, Brasília, empty spaces, modernization, territorial integration, inland development.

### **Abstract**

This study analyzes the territorial occupation of Brazil's Central-West Region during two distinct historical moments: the "March to the West," promoted by the Getúlio Vargas government, and the transfer of the Brazilian capital to Brasília in 1960. The research seeks to understand how these processes were fundamental for a state-driven effort to integrate and consolidate the national territory, highlighting the region's strategic importance within the modernization project of the Brazilian state.

The study discusses the role of territorial policies and geographic ideologies that influenced the region's occupation, emphasizing the expeditions led by Marshal Rondon, the Villas Bôas brothers, and the actions of the Fundação Brasil Central. Furthermore, the capital's relocation to the Central Plateau is examined as a milestone in the country's geopolitical discourse, reinforcing the strategy of internal development and the planned occupation of Brazil's interior.

The analysis considers the region's physical characteristics, such as the Cerrado biome and its vegetation formations, as well as the social and economic transformations resulting from occupation. The study highlights how the symbolic construction of the "Sertão" influenced expansion policies and territorial appropriation throughout the 20th century. It concludes that these processes, although distinct, reflect the continuity of Brazil's national project to occupy its so-called "empty" spaces, promote territorial integration, and "modernize" the "backward" Sertões of the country.

### **Lista de siglas:**

MT - Mato Grosso

MS - Mato Grosso do Sul

DF - Distrito Federal

GO - Goiás

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

MCTI - Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas

SPI- Serviço de Proteção ao Índio

SPILTN - Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais

FBC - Fundação Brasil Central

SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste

CLTEMTA - Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas

CGRJ - Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

CANG - Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital

### **Lista de figuras:**

Figura 01: Mapa de solos da região Centro Oeste.

Figura 02: Mapa da classificação climática do Brasil segundo Köppen.

Figura 03: Mapa de novos limites para o hotspot Cerrado, somando áreas do bioma na Bolívia e Paraguai.

Figura 04: Formações vegetais do bioma Cerrado.

Figura 05: Localização do município de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Figura 6: Esquema da mentalidade territorial predominante no início do século XX

Figura 07: Esquema das linhas telegráficas brasileiras durante a Comissão Rondon

Figura 08: Regionalização do Brasil segundo Delgado de Carvalho (1913)

Figura 08: Regionalização de 1942

Figura 09: Mapa da área de ação e colonização da Expedição Roncador-Xingu e FBC

Figura 10: Mapa do Sudeste do Planalto Central do Brasil;

**Tabela de conceitos:**

<b>Conceito</b>	<b>Autoria</b>	<b>Definição</b>
<i>Hotspots</i> de biodiversidade	Sawyer, 2018	“regiões que possuem pelo menos 1.500 espécies de plantas endêmicas e perderam pelo menos 70% de seu habitat natural.” p. 19.
Bioma	Embrapa, 2008	“grande área geográfica, ou biossistema regional ou subcontinental, caracterizado por um tipo principal de vegetação. Com esse sentido, deve ser entendido como sinônimo de domínio vegetacional ou província, na acepção adotada por autores como Leopoldo Magno Coutinho e Aziz Ab’Sáber” p.40
Ideologias Geográficas	Moraes, 1988	Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. O objeto empírico desta qualificação varia espacialmente, assim como variam as áreas sobre as quais incide tal denominação. Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados.
Sertão	Moraes, 2003	“uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto - em certos contextos históricos - a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualitativo local básico no processo de sua valorização.” p. 2
Território	Souza, 1995	O Território, objeto deste ensaio, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.



Fundos Territoriais	Moraes, 2002,	áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinadas na cartografia da época. Trata-se dos “sertões”, das “fronteiras”, dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos “naturais”. Na ótica da colonização, são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão da colônia. p. 69
Formação Territorial	Nogueira, 2018	descrição das etapas de construção dos limites políticos desenhados entre entes juridicamente reconhecidos, p.43.
Região Natural	Carvalho, 1944	área geográfica, mais ou menos precisa, que a observação permite criar com a superposição de mapas figurando influências fisiográficas diferentes: relevo, hidrografia, clima, vegetação; forma-se, assim, uma imagem composta, uma síntese esboçada que vai servir de cenário à ação do homem. p.16
História Cultural	Chartier, 1990	“A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.
Fundação Brasil Central	Araújo 2018,	“primeira instituição brasileira, veículo de intervenção do Estado, sobre o Centro-Oeste, que veio promover a urbanização e a modernização econômica e sociocultural, favorecendo, deste modo, a integração dessa área, de grandes proporções geográficas e de incalculável potencial econômico ao contexto nacional brasileiro”
<i>Hinterland</i>	Dias e Miziara, 2022	uma espécie de Território onde a fronteira agrícola e demográfica se desenvolveriam, com o objetivo de interligar esse espaço “desconectado” ao restante do país e assim fomentar a produção agrícola nacional e criar mecanismos de melhorar as condições de vida nos grandes centros urbanos, reduzindo problemas relativos à superlotação, e por fim, gerar consumidores que pudessem absorver a produção industrial que

		o país estava a desenvolver
Sítio	Guimarães, 1949	Conjunto de aspectos intrínsecos do local em que se acha a cidade, bem como das zonas imediatamente circunvizinhas. São as características do relevo, do clima, do solo, da vegetação, etc. da área ocupada pela cidade e suas circunvizinhanças, considerados em si mesmos. p. 497.
Posição	Guimarães, 1949	Por “posição” compreende-se a situação da cidade em relação a outras áreas distintas, mesmo que muito afastadas, em relação ao conjunto do país e até do continente, em suma. Não é um conceito puramente geométrico, que se possa exprimir simplesmente pelas coordenadas geográficas (latitude e longitude), pois envolve considerações a respeito das condições geográficas de outras áreas que não aquela que se acha estritamente ocupada pela cidade. p. 497.

## **Sumário**

<b>Introdução</b>	<b>8</b>
1. Caracterização da área de estudo	15
2. Discussão Teórica	28
3. Marcha Para o Oeste: o Centro-Oeste em Marechal Rondon, Getúlio Vargas e Irmãos Villas-Boas	63
4. Segunda fase: O Centro-Oeste a partir de Brasília: a mudança da capital nacional	94
Conclusão	113
Referências bibliográficas:	117

## Introdução

No complexo processo de formação territorial do Brasil, diversas óticas de análise foram privilegiadas. Há autores que se debruçam pela formação territorial materialmente falando, ou seja, como projeto de ocupação material de uma sociedade sobre porção da superfície terrestre por entes juridicamente reconhecidos, outros ainda pela apropriação simbólica deste espaço, e ainda outros que a estudam pelos discursos e disputas ideológicas que movem este processo. Há ainda a dicotomia entre territorialidade oficial versus as diversas territorialidades que os agrupamentos humanos promovem entre si. De qualquer forma, é fato que o movimento da sociedade expressa uma dimensão geográfica da história humana.

Este é um estudo que busca avançar o entendimento da formação territorial brasileira a partir de uma região específica e seu processo de ocupação e apropriação pelo Estado Brasileiro: a região Centro-Oeste.

Este trabalho estuda a apropriação do Centro-Oeste em dois momentos distintos, sendo eles o começo do século XX, nos anos de 1900 a 1945, quando participam do processo de ocupação territorial do Oeste brasileiro atores como Marechal Rondon, Getúlio Vargas e os Irmãos Villas-Bôas. É neste primeiro momento que questões como o “descobrimento” do grande Sertão do Brasil, formação da nação brasileira, expedições civilizatórias e a Marcha Para o Oeste vão mobilizar o debate sobre a territorial brasileira, e merecem grande aprofundamento.

O segundo momento estudado pela presente pesquisa, a partir de 1950, é a ocupação territorial do Centro-Oeste a partir de uma mudança, que reestrutura a lógica territorial da região e toda sua posterior ocupação: a transferência da capital federal. Esta mudança vem de uma discussão de longa data, pelo menos desde os tempos de Varnhagen (1816). Neste segundo momento, temas como centralidade geopolítica, segurança e estratégia, ocupação da *hinterland* nacional e os estudos e expedições de geografia política que vão fomentar essa mudança serão discutidos, assim como as consequências e o porquê da escolha da região Centro-Oeste para tal.

Para ambos os momentos, a discussão geopolítica e geoestratégia é imprescindível na caracterização do pensamento intelectual brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Os aspectos territoriais do Brasil se fizeram presentes nos

debates, conceitos como posição, dimensão, fronteiras, população, sítio, recursos naturais, situação e possibilidades de deslocamentos internos. Esses conceitos foram amplamente mobilizados no intuito de formar um projeto nacional para o Brasil, afinal,

Nessa passagem de século, a vertente geopolítica do pensamento político-social brasileiro já colocava as questões associadas da integração territorial e da circulação interna do território como fatores fundamentais a serem resolvidos para que o desenvolvimento e a consequente modernização do país fossem bem encaminhados (NOGUEIRA, 2018, p.45).

Ou seja, as etapas de ocupação, a primeira sendo denominada de Grande Marcha Para o Oeste e a segunda de mudança da capital brasileira, por mais distintas que pareçam ser, dão continuidade ao mesmo processo: a vontade estatal de incorporar os Sertões brasileiros à civilização, de avançar nessa coesão territorial, de interiorizar a sociedade brasileira e de terminar o grande projeto de *integração territorial*, projeto este que se faz presente em toda a história brasileira. A região Centro-Oeste tem papel central neste projeto.

Essa região se apresenta com diversos nomes na história do Brasil: ora como Sertão, ora como Brasil Central, ora como *hinterland* nos circuitos acadêmicos, ora como Grande Oeste e, mais recentemente, como região Centro-Oeste, já nas grandes regionalizações feitas pelo IBGE. Os nomes têm distinções importantes, que serão aprofundadas no decorrer do estudo, mas no geral eles se referem as terras interioranas do Brasil, distantes do mar, pautadas pela continentalidade (clima tropical-continental), dominadas pelas várias fitofisionomias do Cerrado e seus ecótonos de transição, onde modelos de ocupação predominantes foram de inserção de sistemas de agricultura e pecuária.

Seja qual for o nome que a grande região continental-interiorana recebe, acreditamos que o estudo da apropriação de duas terras pode evidenciar características da formação territorial-estatal brasileira, “revelando a dimensão espacial do movimento de construção social de um âmbito delimitado de exercício do poder” (NOGUEIRA, 2018, p.44).

Alguns pontos introdutórios se fazem necessários para melhor compreensão do estudo:

- A localização científica deste trabalho, ou seja, onde ele se situa na ampla ciência do espaço. Se trata de um estudo de Geografia Humana, onde

optamos por trabalhar a concepção da área como apresentada por Moraes, sendo “uma ciência social que tem por objeto o processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social pelas diferentes sociedades ao longo da história” (MORAES, 2002, p.41). Optou-se por esta definição por considerarmos ser uma conceituação universal e particularizadora ao mesmo tempo, como a geografia humana e a própria formação territorial, onde determinações históricas e globais se manifestam com elementos regionais e particulares.

- Uma questão a ser pontuada é que este trabalho busca corroborar a ideia que na formação nacional do Brasil, questões espaciais altamente relevantes à geografia tiveram papel fundamental e foram privilegiadas em nossa formação social. Nossa identidade nacional foi amplamente amparada por categorias espaciais, principalmente no primeiro momento estudado. “Efetivamente, pode-se apontar a constituição de uma tradição dentro do pensamento político-social que considera certos atributos naturais do território como a matriz fundamental na construção da identidade brasileira” (NOGUEIRA, 2018, p. 44). Essa corrente de pensamento, de pensar a formação do Brasil como nação a partir de seu território, dá continuidade às ideias dos viajantes e naturalistas estrangeiros que passaram pelo Brasil durante o século XIX e viram no território brasileiro sua centralidade da identidade nacional. Dá continuidade também aos escritores do romantismo que, novamente, viram no território brasileiro a centralidade na identidade nacional. Essa matriz de pensamento chega forte então no início do século XX, com as expedições de Marechal Rondon e Oswaldo Cruz adentrando os Sertões motivados por essas ideias.
- Este estudo trabalha com a tese central de que a história do Brasil é um processo de constante expansão territorial. Essa expansão tinha um objetivo muito claro e nunca inocente: civilizar e transformar os Sertões do Brasil. Esse projeto, modernizador e civilizador, buscava sempre a superação da condição sertaneja, um suposto fardo para o país, buscando transformar aquela *realidade socioespacial* em algo novo, em algo condizente com a nova realidade nacional. Essa superação era embasada pelo chamado *Imaginário da Conquista*, uma produção intelectual muito presente na história

brasileira que “toma a integração territorial dos sertões como imprescindível para a consolidação da soberania nacional” (NOGUEIRA, 2018, p. 44).

- A última questão considerada relevante é a relação entre dois temas que estarão mais à frente trabalhados nesta pesquisa: as Ideologias Geográficas (MORAES, 1988) e as Políticas Territoriais, tidas como parte fundamental do aparelho do Estado Brasileiro. Sem estabelecer uma relação direta de causa e efeito, relação problemática dentro da Geografia Humana, buscamos estabelecer paralelos entre ambos, uma vez que as imagens e concepções estabelecidas sobre as terras dos Sertões do Brasil Central contribuíram com a formação de políticas públicas e na elaboração dos projetos estatais para a região. Afinal, a produção intelectual do espaço (com signos, nomes, imagens, conteúdos, mitos, ideias, narrativas, enfim, *ideologias*) tem grande relação às ações estatais empreendidas socialmente para a produção e apropriação deste mesmo espaço. Buscamos entender quais foram essas imagens e como contribuíram nos projetos de ocupação incorporados à região Centro-Oeste.

Para conseguir abarcar estes e outros pontos, o trabalho está dividido na seguinte ordem. A primeira parte, chamada de Caracterização da Área de Estudo, caracteriza a região que atualmente recebe o nome de Centro-Oeste, priorizando neste momento seus aspectos físicos. Buscamos fugir de uma óptica *naturalizadora* do espaço geográfico, como se os aspectos naturais pudessem determinar os aspectos sociais de uma região. Tentamos fugir também da antiga tradição da Geografia positivista de, ao fazer estudos de geografia regional, de caracterizar fisicamente a região que trabalha para legitimar seu estudo como um estudo de geografia, e para tal trabalha de forma superficial conceitos da geografia física. O que buscamos ao caracterizar a área de estudo foi evidenciar com qual porção do território brasileiro trabalhamos, qual realidade físico-material foi encontrada nas expedições que foram feitas ao Oeste.

No segundo capítulo, está o que achamos prudente denominar de Fundamentação Teórica. Neste capítulo estão concentrados os principais conceitos e conteúdos necessários para se entender com profundidade as formas de ocupação territorial estudadas neste trabalho. Ele está dividido em: o Sertão como categoria espacial, O Território como categoria da Geografia Política e Histórica , e,

por fim, Antecedente histórico da ocupação territorial do Centro-Oeste e Brasil Central.

O terceiro capítulo inicia o conteúdo central do trabalho: A Marcha Para o Oeste: Marechal Rondon, Getúlio Vargas e os Irmãos Villas Bôas. Esse capítulo relaciona estes três grandes atores, fundamentais na formação territorial brasileira, ao processo de ocupação do Brasil Central que o Estado estava propondo. Questões como o contexto nacional, a mentalidade intelectual do período e seu desejo pela formação de uma nação “moderna”, que passava obrigatoriamente por “modernizar” o interior, além das expedições civilizatórias são discutidas. Quais as Ideologias Geográficas motivaram este processo? Qual a participação do Marechal Cândido Rondon na apropriação das terras do Oeste? Como e por que Getúlio Vargas deflagra a Marcha Para o Oeste? Qual a participação dos Irmãos Villas Bôas? São perguntas que esperamos conseguir responder.

No quarto e último capítulo finalizamos a parte central do trabalho: a segunda etapa, Mudança da Capital Federal, avalia como e por que a região Centro-Oeste foi escolhida para sediar a nova capital. Questões geopolíticas são essenciais nesta etapa do trabalho, por isso conta com grande fundamentação teórica, de autores como José William Vesentini (1987), Everardo Backheuser (1947), Fábio Macedo Guimarães (1949), Mário Travassos (1935) e Wanderley Messias da Costa (1988).

Por fim, é interessante lembrarmos que a expansão e formação territorial estudada neste trabalho é diferente do processo clássico de expansão e anexação de novos domínios territoriais que os Estados passam, geralmente, no período de sua fundação ou independência. É diferente do processo de expansão que foi efetivado pelos Estados Unidos no século XIX que visava atingir o oceano Pacífico, ou a Rússia, cujos seus czares pretendiam expandir ao máximo seu território à Leste. O Brasil passou por processo semelhante, onde tratados como o de Tordesilhas e o de Madri, além da anexação do Acre, são peças centrais.

O processo aqui estudado, no entanto, não trata disso. Não verificamos na história brasileira uma tentativa de anexação dos Sertões, mas sim

a (re)criação perpétua dos espaços sertanejos no âmbito da formação territorial e social brasileiras: sempre sob os signos da necessidade de sintonia aos centros político-econômicos hegemônicos do capitalismo mundial, as supostas condições do “atraso” do Brasil na concertação das nações alimentou constantemente um imaginário do território a conquistar, motivando uma vitalícia “marcha modernizadora” (LEITÃO, 2012, p.5).



Em outras palavras, os processos aqui estudados são de ocupação territorial de uma região já consolidada, que o Estado não teria que disputar com nenhum outro Estado. Se trata, portanto, em grande parte, de uma apropriação simbólica deste território.

## 1. Caracterização da área de estudo

A Região Centro-Oeste é uma das cinco macrorregiões brasileiras. É formada pelas unidades federativas de Mato Grosso/MT, Mato Grosso do Sul/MS, Goiás/GO e Distrito Federal/DF. Sua primeira divisão data da regionalização brasileira de 1941 do IBGE, sendo mantida na de 1970 e modificada pela Constituição Federal de 1988 (IBGE, 1989), como será aprofundado mais à frente.

Contando com uma área de aproximadamente 1.606.404km<sup>2</sup> (EMBRAPA, 2016), ou seja, aproximadamente 18,86% do território brasileiro, a região Centro-Oeste é a segunda maior do país, perdendo apenas da região Norte. Além da magnitude territorial, a respectiva região tem atributos territoriais em relação a sua localização que a caracterizam como a *região-síntese nacional* (STEINBERGER, 2000), como o fato de ser a única no país a fazer fronteira com todas as outras, ser a região que abriga a capital brasileira e ser a única que não tem acesso ao litoral Atlântico, a caracterizando também como uma região especialmente *continental*.

Cortada na porção sul do estado do Mato Grosso do Sul pelo Trópico de Capricórnio, está quase inteiramente na zona Tropical, sendo marcada pela característica climática de tropicalidade continental. , e, Em relação a sua localização latitudinal, limita-se nos extremos pelos paralelos 07° 23' 25" e 24° 28' 59" Sul e pelos meridianos 45° 55' 59" e 61° 35' 33' Oeste. Conta com uma população de 16,3 milhões de habitantes (IBGE,2022) sendo a menos populosa do país, título que anteriormente pertencia à região Norte com uma densidade demográfica de 10,15 habitantes por km<sup>2</sup>. É interessante notar que o, o Censo populacional de 2022 (IBGE) retrata mudanças no cenário demográfico brasileiro, evidenciando a seguinte contradição: mesmo sendo a região menos povoada, a região Centro-Oeste é também a que registrou maior aumento populacional, de 1,23%.

Neste estudo, trabalhamos com a linha de que o empreendimento de ocupação territorial na macrorregião Centro-Oeste, em sua etapa recente pós ditadura militar, foi empreendimento de *modelo agrário de capitalismo de fronteira* (Steinberger, 2000) implementado nos ecossistemas e fitofisionomias do Cerrado, sendo portanto fortemente associado às características físicas do bioma. Este

modelo de ocupação territorial agrícola se apropria do ambiente natural para aquilo que o beneficia (quando há grandes estoques hídricos, por exemplo) e o modifica quando não se beneficia. De qualquer forma, há a necessidade de se entender alguns traços físico-naturais do Cerrado, o principal bioma do Centro-Oeste.

Colocando de outra maneira, é necessário considerarmos os aspectos físicos para se entender o avanço da agricultura na economia regional do Centro-Oeste. Esta abordagem é corroborada pelas obras de Leo Waibel e, mais tarde, enriquecida pelos estudos de Valverde (1980)<sup>1</sup>. Embora as inovações tecnológicas e a mecanização tenham limitado o impacto do clima sobre a produção agrícola, o fator climático ainda desempenha um papel significativo na determinação das potencialidades e limitações para a agricultura na região, fazendo com que as condições naturais exerçam influência sobre diversas variáveis, tais como a necessidade de fertilizantes, a possibilidade de mecanização, a quantidade de água disponível, tipo de cultura, custos de produção, entre outros.

As áreas relativas ao bioma Cerrado, juntamente com seus ecótonos de transição, contam com uma área de 2 milhões de quilômetros quadrados (DINIZ, 2006) ou 23% do território nacional. O motivo dessa grandeza territorial é o fato de que o bioma, além de ocupar quase a totalidade da região Centro-Oeste, também estar presente em áreas dos estados de Minas Gerais, Bahia, Tocantins, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão e São Paulo, sendo assim o único bioma brasileiro a estar presente em todas as macrorregiões do país.

Um dos fatores altamente relevantes para o entendimento da produção agrícola regional são os solos do Cerrado. No Cerrado, os solos se fazem ainda mais importantes uma vez que alguns autores consideram que esta vegetação, no Cerrado tem natureza edáfica (EMBRAPA, 2008). O sistema brasileiro de classificação dos solos, produzido pela EMBRAPA e atualmente em sua 5ª edição, classifica o solo como uma

---

<sup>1</sup> Orlando Valverde, em seus estudos (1980) considera o estudo dos aspectos físicos para o entendimento da Geografia Agrária essenciais. Em seu capítulo destinado exclusivamente a Metodologia da Geografia Agrária abre afirmando que “Tanto no estudo da Geografia agrária, como no da Agronomia, sempre é reconhecida a marcada influência do meio natural sobre a diversificação regional da agricultura” (p.1). O autor propõe, juntamente com Leo Waibel, três grandes abordagens para a Geografia Agrária, sendo uma delas, a denominada ecológica, “estuda antes de mais nada as relações entre paisagem agrícola e o meio fisiográfico” (Valverde, 1980, p.3). Posteriormente, chama atenção para que a “influência limitativa do clima sobre as atividades agrícolas é outro aspecto bastante estudado pelos geógrafos, quer pela sua atuação direta, quer indiretamente, como fator condicionante na constituição dos solos e das formações vegetais.” (Valverde, 1980, p.5)

coleção de corpos naturais, constituídos por partes sólidas, líquidas e gasosas, tridimensionais, dinâmicos, formados por materiais minerais e orgânicos que ocupam a maior parte do manto superficial das extensões continentais do nosso planeta, contêm matéria viva e podem ser vegetados na natureza onde ocorrem e, eventualmente, terem sido modificados por interferências antrópicas. (EMBRAPA, 2018, p.27)

Para a proposta deste trabalho, consideramos os aspectos mais gerais do solo, principalmente aqueles que influenciam na aptidão agrícola. As rochas e suas características, por exemplo, influenciam a fertilidade natural dos solos<sup>2</sup>. A ação do processo conhecido como intemperismo faz com que a composição química da rocha se altere, eliminando os chamados minerais primários, alterando sua profundidade e fertilidade. Sua ação, somada ao tempo, faz com que os solos possam ser classificados em novos, com menor ação do intemperismo, e velhos, com maior ação do intemperismo.

De acordo com Carvalho *et al* (2011), as informações pedológicas no Brasil se encontram dispersas, divididas principalmente entre universidades, entidades governamentais e centros de pesquisa, o que justifica a pesquisa dos autores que buscavam evidenciar os principais tipos de solo para cada região brasileira. Na referida pesquisa, é demonstrado que a região Centro-Oeste é ocupada principalmente por Latossolos (34%), Argissolos (19%) e Neossolos (17,6%), embora os autores evidenciem que foram observadas na região do Pantanal a ocorrência de Planossolos e Espodossolos, solos que são associados às características naturais locais de inundação periódica, típico da sazonalidade da região, que é uma Planície de Inundação, como demonstra a figura 01.

Como evidenciado acima, anteriormente, o principal tipo de solo na região é o Latossolo, com 34% do total. De acordo com Diniz (2006), os Latossolos são solos altamente intemperizados, ou seja, profundos, e com pequena reserva de nutrientes para as plantas, com alto nível de acidez (pH entre 4,0 e 5,5) e com baixo teor de fósforo. São solos profundos, porosos, friáveis, de fácil preparo, entretanto mas de baixa fertilidade. No entanto, o segundo o autor, afirma que com o uso de corretivos e fertilizantes pode-se conseguir altos níveis de produção neste tipo de solo, com a recomendação de um manejo adequado para o máximo aproveitamento. O manejo se refere, neste caso, principalmente a consertar corrigir

---

<sup>2</sup> A utilização da palavra *natural* consideramos que é cabível pois, como veremos, muito do aumento do crescimento econômico regional do Centro-Oeste se deve a uma alteração *artificial* do nível de produtividade dos solos do Cerrado (Ab'Saber, 2003).

a acidez e a saturação por alumínio. Recomenda-se também manter o solo coberto, de preferência com vegetação nativa, com o intuito de mitigar a erosão e evitar a abertura de voçorocas.

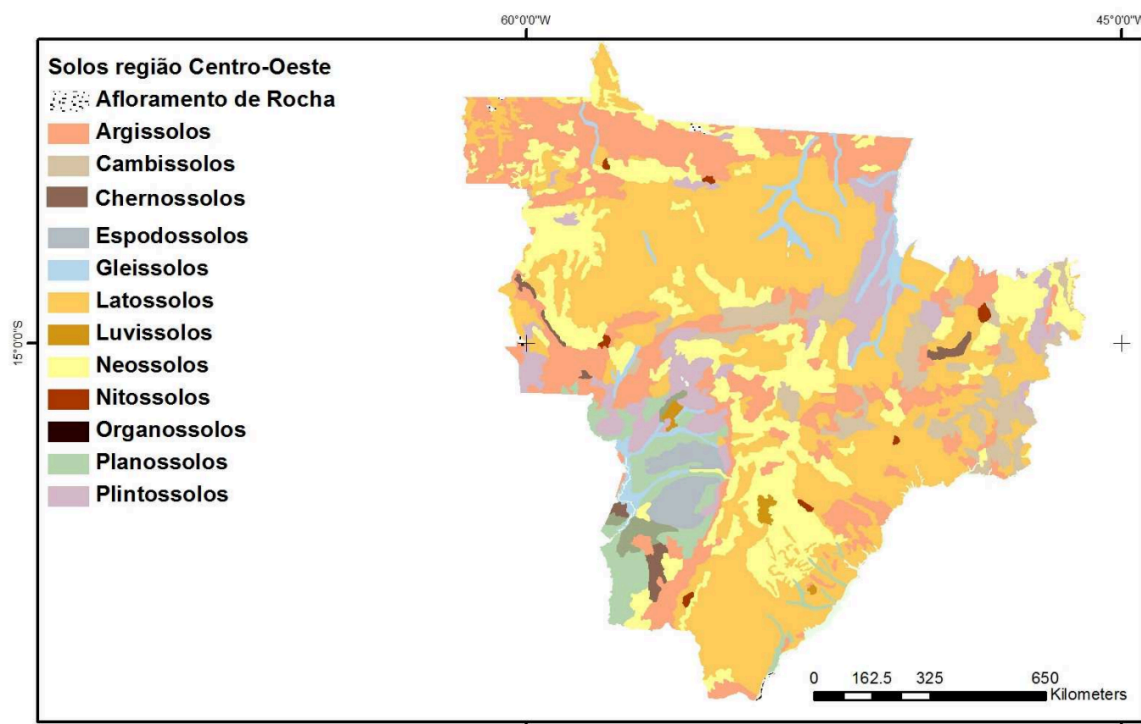


Figura 01: Mapa de solos da região Centro Oeste.  
Elaborado por: Carvalho Júnior et al. BRASIL: SOLOS POR REGIÕES GEOPOLÍTICAS.  
2011, p. 2.

O segundo tipo de solo mais presente na região é o Argissolo, com 19%. Diniz (2006) afirma que este tipo de solo tem fertilidade variada, o que, somado ao número de variações dentro da própria classe, torna este tipo de solo mais difícil de trabalhar. Apesar disso, o autor pondera que, quando não há excesso de pedregosidade, ele apresenta boa aptidão agrícola, porém, ele se encontra principalmente em morros e em encostas, o que dificulta sua utilização mecanização.

No que se refere aos Neossolos, presentes em 17,6% da região, Diniz (2006) afirma que tem pouco uso para a agricultura, uma vez que sua constituição é principalmente de grãos de quartzo, além de ser suscetível a erosão, ter pouca capacidade de retenção de água e facilidade da perda de matéria orgânica, resultando em um cenário de baixa fertilidade natural. Ainda afirma que os solos hidromórficos têm, evidentemente, a característica de terem excesso de água, o que

dificulta sua utilização e mecanização. Porém, esses solos geralmente se localizam em áreas próximas a grandes reservatórios hídricos, o que faz com que devam ter o mínimo de pressão antrópica possível.

Outro fator importante a ser destacado é o clima da região Centro-Oeste. Os estudos de Nimer (1972) já apontavam para uma surpreendente diversificação térmica na região, causada pela extensão latitudinal que é maior que as demais regiões, além da oposição entre suas vastas superfícies planas, com menos de 200 m, as extensas chapadas sedimentares, entre 700 a 900 m, e as elevadas estruturas cristalinas, com mais de 900 m de altitude.

Barros e Balero (2012) afirmam que o clima da região Centro-Oeste do Brasil é caracterizado por uma significativa variação sazonal de temperatura e umidade. A região é influenciada por diversas massas de ar, como a Equatorial Continental e a Tropical Atlântica, que resultam em uma alternância entre períodos chuvosos no verão e secos no inverno (tropicalidade continental). Durante o verão, a alta umidade e a formação de nuvens cumulonimbus são comuns, trazendo chuvas intensas e trovoadas. No inverno, a influência de massas polares resulta em tempo mais seco e temperaturas amenas, com frentes frias ocasionais que podem causar quedas bruscas de temperatura. A região apresenta uma grande diversidade climática devido à variação de relevo e latitude, o que contribui para uma ampla gama de subtipos climáticos, desde áreas sem seca até regiões com longos períodos de estiagem.

Já Lima et al (2021) afirmam que as classificações climáticas são a forma mais eficiente de realizar estudos climáticos a respeito de uma região. Na classificação proposta por Thornthwaite em 1948, que serve de base para a pesquisa citada, a cobertura vegetal é vista como elemento chave, uma vez que é capaz de retirar umidade do solo e transferir para o sistema atmosférico através de processos fisiológicos, como a evapotranspiração. Essa classificação é particularmente útil para a agricultura porque ela não se limita apenas a medir a temperatura e a chuva, mas também leva em conta como as plantas interagem com o ambiente, especialmente em termos de uso e necessidade de água. Assim, a pesquisa dos autores citados buscou classificar o clima da região Centro-Oeste a partir da classificação de Thornthwaite:

A região Centro-Oeste apresentou predomínio de 6 tipos climáticos (Figura 1) sendo eles A (Super úmido), B1 (úmido), B2 (úmido), B3 (úmido), B4 (úmido) e C2 (Sub- úmido). [...] Os tipos climáticos com maior destaque na

região foram B2 (úmido) e B3 (úmido) com ocorrência de 6 classes climáticas em cada (Lima et al, 2021, p.3).

Assim, segundo os autores, os tipos climáticos mais citados na classificação de Thornthwaite presentes na região Centro-Oeste são climas úmidos, com baixa deficiência hídrica, uma vez que a referida classificação relaciona a evapotranspiração potencial com a precipitação. O estudo alerta, no entanto, que áreas do estado do Mato Grosso contam com um verão com relativa deficiência hídrica.

Já a classificação climática de Köppen segue sendo amplamente utilizada por sociedades geográficas e climatológicas globalmente e permanece como uma das mais empregadas no Brasil devido à sua eficácia em descrever diferentes tipos de clima. No estudo de Alvares (2014), um sistema de informações geográficas foi desenvolvido para identificar os tipos climáticos de Köppen no Brasil, utilizando dados de temperatura e precipitação de 2.950 estações meteorológicas. A classificação resultante apresenta alta resolução espacial (1 hectare), permitindo uma análise detalhada das variações climáticas em nível de paisagem, o que é essencial para estudos em geografia, biologia, ecologia, entre outros. O estudo revelou a predominância dos climas A (tropical), B (semiárido) e C (subtropical) no Brasil. Os tipos climáticos de Köppen são representados por três letras, onde a primeira simboliza a zona climática, o segundo representa a precipitação e o terceiro é a variação sazonal da temperatura (Álvares, 2014), como se percebe na figura 02.

Segundo este estudo, observamos a presença de quatro tipos climáticos na região do Centro-Oeste:

- Af - Clima Tropical Úmido;
- Aw - Clima Tropical com Estação Seca;
- Am - Clima Tropical de Monção;
- Cfa - Clima subtropical úmido;
- Cwb - Clima subtropical de altitude.

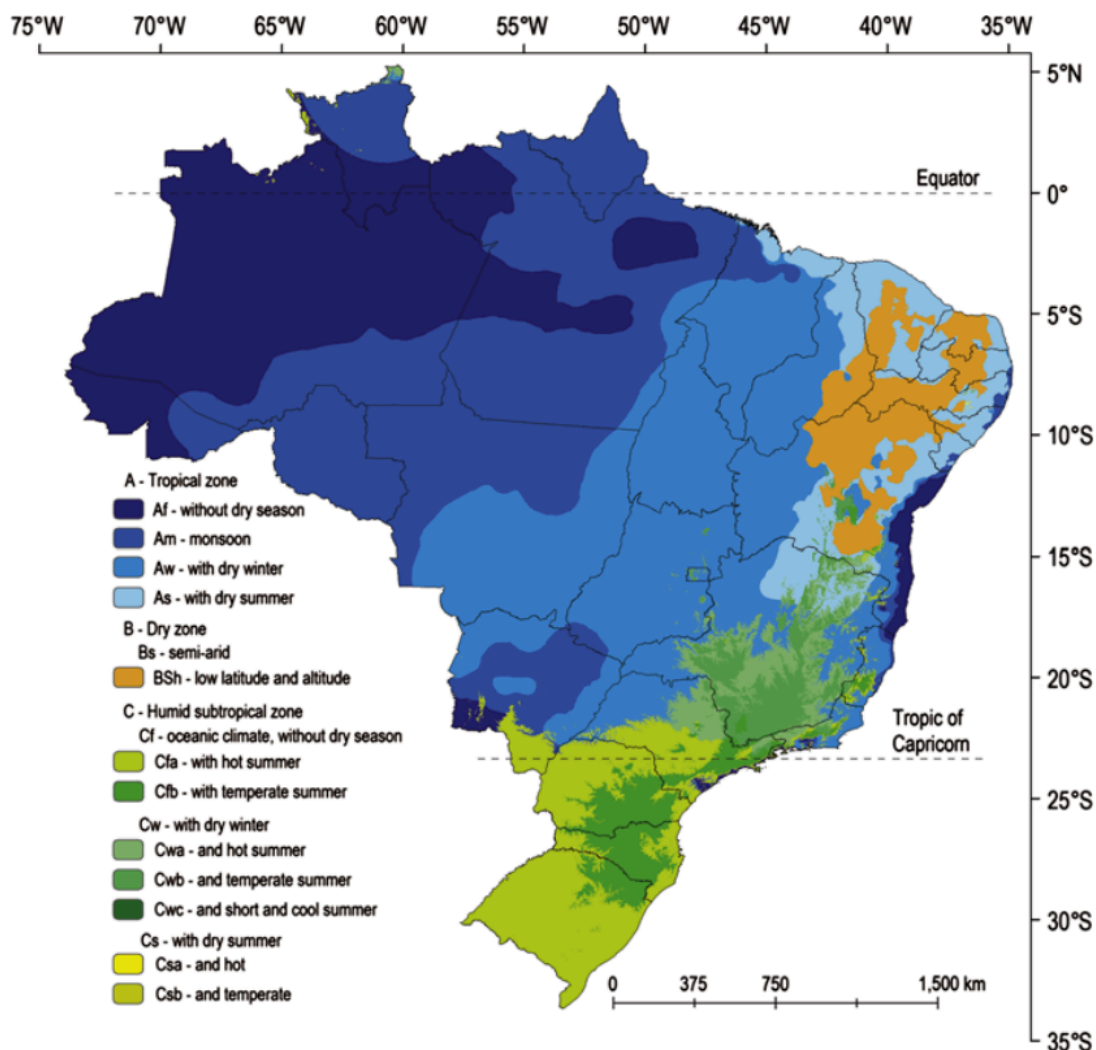


Figura 02: Mapa da classificação climática do Brasil segundo Köppen.  
 Produzido por Alvares et al. Köppen 's climate classification map for Brazil. 2014, p. 717.

A região é, então, caracterizada por uma forte tropicalidade continental, com estações chuvosas alternando-se com estações secas. O principal tipo climático predominante na região é o Aw, conforme a classificação climática de Köppen-Geiger, que corresponde ao clima tropical com estação seca no inverno (ALVARES, 2014). Além do Aw, a região também apresenta outros tipos climáticos, como o Af, que é o clima tropical equatorial, principalmente no norte do Centro-Oeste, já na fronteira com a Amazônia; o Am, que é o clima tropical de monção; o Cfa, que corresponde ao clima subtropical úmido, principalmente nas terras de maiores latitudes, no sul da região; e o Cwb, que é o subtropical de altitude, nas terras com altitudes elevadas próximas ao Sudeste. Esta diversidade climática, marcada principalmente por verões quentes e chuvosos e invernos secos,



resulta de uma combinação de fatores como latitude, continentalidade, movimentação de massas de ar, altura e disposição do relevo. O relevo relativamente plano e de baixa altimetria da região facilita a entrada de massas de ar, favorecendo a ocorrência de fenômenos como as “friagens”, que são quedas bruscas e significativas de temperatura.

Por fim, é necessário caracterizar a fitofisionomia dos Cerrados, paisagem, ecossistema, bioma<sup>3</sup> e domínio morfoclimático tão característico da região Centro-Oeste.

O Cerrado é um “complexo vegetacional que possui relações ecológicas e fisionômicas com outras savanas da América Tropical e de continentes como a África e a Austrália”. Ocorre em altitudes que variam de cerca de 300 m a mais de 1.600 m (EMBRAPA, 2008, p.40).

Interessante citar também a definição de “formação tropical com domínio de gramíneas, contendo uma proporção maior ou menor de vegetação lenhosa aberta e árvores associadas” (Collinson, 1988, in EMBRAPA, 2008, p.40), ou ainda a definição de que se trata de uma “vegetação xeromorfa de arvoredos, comunidades arbustivas, savanas abertas e campos gramíneos do Brasil Central” (Eiten, 1977, in EMBRAPA, 2008, p.40). Independente da definição, se trata de um bioma situado entre 5° e 20° de latitude Sul e de 45° a 60° de longitude Oeste, localizando-se em sua maior parte no Planalto Central do Brasil. O bioma, a partir da influência de diversos fatores como os solos, a topografia e variação climática, resulta em um mosaico de vários tipos de vegetação, conhecido como fitofisionomia

Se trata de uma das áreas de savana tropical<sup>4</sup> com maior riqueza biológica do planeta, e por isso o Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (em inglês, Critical Ecosystem Partnership Fund – CEPF) o classificou como *hotspots* de biodiversidade, que podem ser definidos como “regiões que possuem pelo menos 1.500 espécies de plantas endêmicas e perderam pelo menos 70% de seu habitat

---

<sup>3</sup> Utilizamos a definição de bioma de “grande área geográfica, ou biossistema regional ou subcontinental, caracterizado por um tipo principal de vegetação. Com esse sentido, deve ser entendido como sinônimo de domínio vegetacional ou província, na acepção adotada por autores como Leopoldo Magno Coutinho e Aziz Ab’Sáber” (EMBRAPA, 2008, p. 40). Considera-se seis biomas no Brasil a partir de IBGE (2004): Cerrado, Floresta Amazônia, Campos Sulinos, Florestas Atlânticas e Araucárias, Caatinga e Pantanal.

<sup>4</sup> Alguns autores questionam a nomenclatura de savana para as terras do Cerrado, indo tanto pela linha que a nomenclatura não se encaixa no bioma e quanto que ela seria restrita apenas a fitofisionomia do Cerrado típico, excluindo as demais como o Cerradão. De qualquer forma, consideramos válida a nomenclatura dos Cerrados enquanto savana, assim como a maior parte dos autores da bibliografia usual (EMBRAPA, 2008).

natural” (Sawyer, 2018, p.19). Existem, de acordo com a organização, 35 *hotspots* pelo mundo, cobrindo uma área de 15,7% da superfície da Terra. A grandeza territorial não surpreende, uma vez que apenas o Cerrado brasileiro, sozinho, cobre uma área de aproximadamente 2.036.448 de quilômetros quadrados, ou 23,9% do nacional (IBGE, 2004), sendo considerado o segundo maior bioma brasileiro e o maior *hotspot* do Hemisfério Ocidental. Além das áreas presentes no Brasil, o bioma também se projeta internacionalmente, para países como Bolívia e Paraguai.

O Cerrado conta com uma imagem seca e muitas vezes desolada, porém essa imagem não condiz com a realidade, uma vez que o bioma conta com cabeceiras das três das maiores bacias hidrográficas da América do Sul: Amazônica, São Francisco e Prata, abrigando inclusive o centro dispersor de águas do Planalto Central, conhecido como Águas Emendadas (Steinberger, 2000).

Em relação à sua biodiversidade, o bioma conta com 12.070 espécies de plantas catalogadas, um total de 251 espécies de mamíferos conhecidos, 856 espécies de avifauna, 800 espécies de peixes, 262 espécies de répteis e 204 de anfíbios (Sawyer, 2018), como demonstra a figura 03.

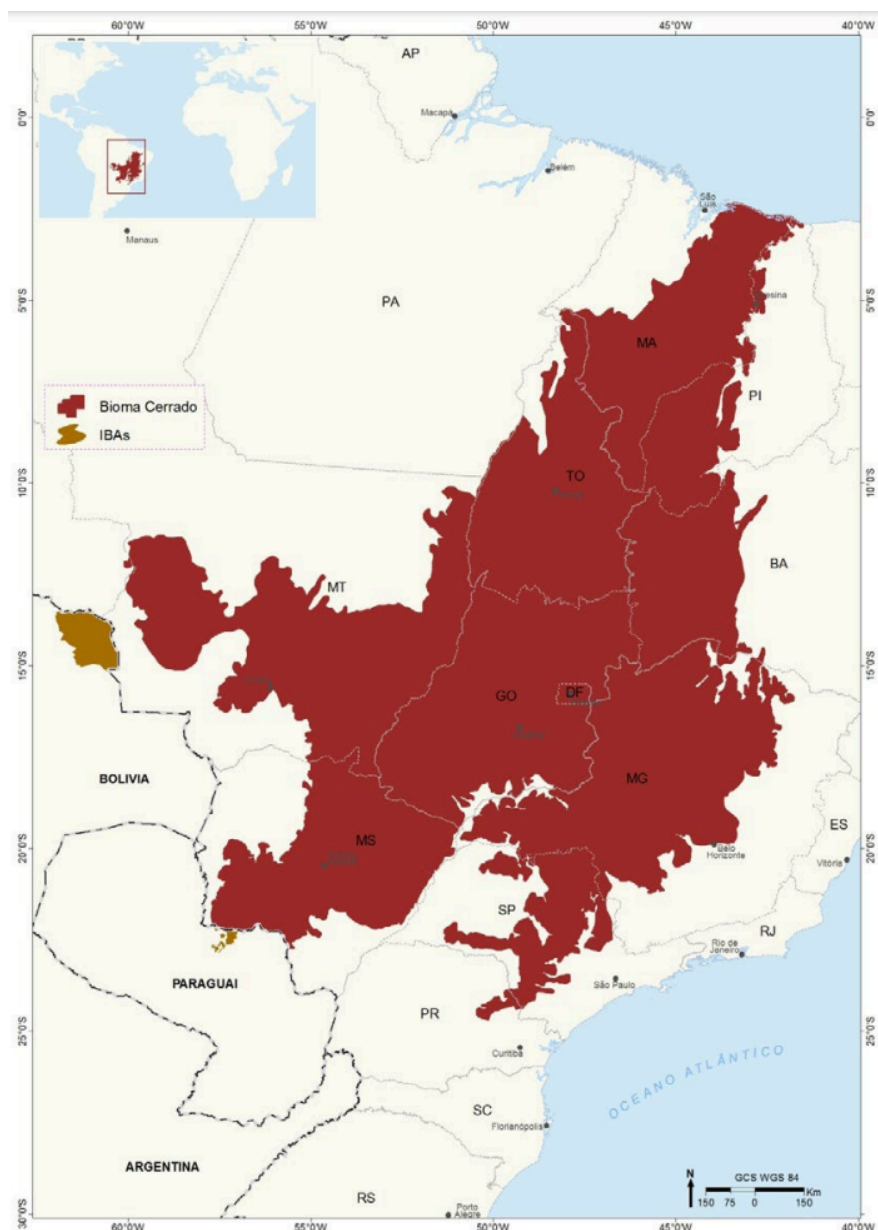


Figura 03: Mapa de novos limites para o hotspot Cerrado, somando áreas do bioma na Bolívia e Paraguai.

Retirado de: Perfil do ecossistema: hotspot de biodiversidade do Cerrado - relatório completo. Sawyer, 2018, p. 24.

O Cerrado, ao contrário do que se pode pensar no imaginário popular, não é homogêneo, mas conta com grandes variações em relação à sua vegetação, resultantes de influências climáticas, pedológicas, geomorfológicas e hidrológicas. Nas variações da fitofisionomia, o estudo da EMBRAPA (2008) divide em três grandes categorias as formações vegetais dos Cerrados: as Formações Florestais, Formações Campestres e as Formações Savânicas.

Dentro da primeira, encontramos a Mata Ciliar, a Mata de Galeria, a Mata Seca e o Cerradão. Já na segunda, é possível observar o Cerrado em seu sentido

restrito, sendo a fitofisionomia mais clássica. Nas formações campestres são encontradas Campo sujo, Campo Limpo e Campo Rupestre. Nas Formações Savânicas, vemos as Veredas, o Parque do Cerrado e o Palmeiral, como demonstra a figura 04:

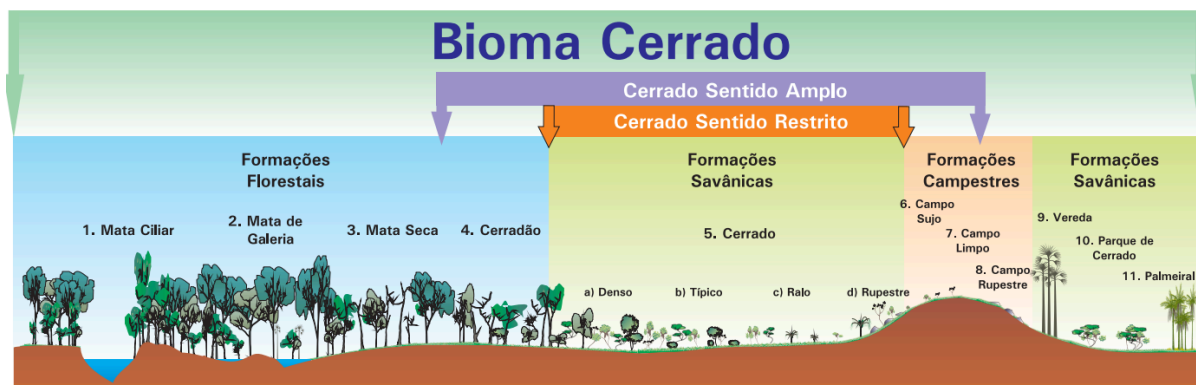


Figura 04: formações vegetais do bioma Cerrado

Produzido por: EMBRAPA. Cerrado - Ecologia e Flora. Volume 1. Embrapa Informação Tecnológica Brasília, DF. 2008.

O bioma é limitado ao norte pelo domínio Amazônico, a leste e a nordeste pela Caatinga e ao sul e a sudeste pelas florestas tropicais Atlânticas. Ab'Saber (2003) denomina estas áreas de *faixas de transição* onde espécies de dois ou mais domínios morfoclimáticos se encontram, dando origem a complexos de ordem regionais e subregionais da paisagem<sup>5</sup>. No Cerrado predomina o clima tropical chuvoso Aw, segundo Köppen, possuindo média anual de 1.500 mm, concentradas principalmente de outubro a março.

Além das já citadas especificidades ambientais, o bioma tem grande importância social, pois muitas comunidades o utilizam como fonte de recurso e reprodução da vida, como os quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, além dos povos indígenas presentes na região, todos eles os que, reconhecidamente, mais preservam a cobertura vegetal das frações de território em que estão inseridas<sup>6</sup>.

Depois da mata atlântica, o Cerrado é o bioma brasileiro que mais sofreu ocupação humana, cenário esse que explica a baixa preservação de sua cobertura

<sup>5</sup> Diniz (2006) a partir da classificação de biomas do Brasil pelo IBGE, define como ecótonos de transição as áreas de encontro dos biomas, tendo o Brasil três delas: o ecótono Cerrado-Amazônia, Cerrado-Caatinga e Amazônia-Caatinga

<sup>6</sup> É importante ressaltar que os grupos citados não obrigatoriamente vivem no bioma Cerrado, mas pelo caráter sistêmico dos diversos ecossistemas e dos biomas, as pressões antrópicas sofridas no Cerrado se projetam para os demais biomas.

vegetal, uma vez que apenas 8,3% de sua área foi incorporada com proteção legal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, onde apenas 3,1% estão integralmente protegidos e 5,2% estão inseridos em áreas de uso sustentável<sup>7</sup> (Sawyer, 2018). Para exemplificar o que estamos afirmando, basta considerar o fato de que a lei florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012) exige que a Reserva Legal na região do Cerrado pertencente à Amazônia Legal mantenha 35% da área, e apenas 20% nas demais áreas do Cerrado. A título de comparação, as áreas florestais da Amazônia exigem uma área de 80% de Reserva Legal.

Sawyer, (2018), afirma que aproximadamente metade da cobertura vegetal do Cerrado já foi perdida (dado que é corroborado por Silva et al, 2023), fenômeno associado por eles ao modelo de ocupação econômica que realizada na região, sendo o Centro-Oeste uma das maiores regiões produtoras de grãos no mundo, causando, de acordo com os autores, uma taxa de desmatamento de 6.000 quilômetros quadrados por ano, tendo a fragmentação de sua cobertura vegetal como um dos principais problemas ambientais e sociais. Silva (2023) afirma que a partir da década de 1950, com a chamada *revolução verde*, e mais intensamente a partir da década de 1960, com a expansão da agricultura mecanizada em direção ao interior do país, o Cerrado passou a ser a mais nova fronteira agrícola nacional, passando a ser palco de uma série de novas pressões antrópicas, causando a fragmentação da cobertura vegetal, conversão de áreas de cobertura nativa em áreas destinadas à agropecuária e exploração predatória do material lenhoso para a produção de carvão. A essas constatações, podemos somar a intensa concentração de terras e os inúmeros conflitos com as populações que há tempos ocupavam a região. Os autores, utilizando dados de Nepstad (2009), defendem que, nos anos entre 1996 a 2005 houve uma conversão de áreas naturais em pastagens a um ritmo de 19.500 quilômetros quadrados anuais.

---

<sup>7</sup> O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, SNUC, foi criado pela lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, com alterações a partir dos decretos nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 e nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Ele divide Unidades de Conservação (UCs) em dois grandes tipos: I - Unidades de Proteção Integral e II - Unidades de Uso Sustentável. O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural; V - Refúgio de Vida Silvestre. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação: I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Fonte: MMA (2011).

Se utilizarmos dados mais atualizados, os números não são melhores: o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), unidade vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e que realiza monitoramento por satélite por meio do sistema PRODES em biomas brasileiros, divulgou recentemente o mapeamento da supressão de vegetação nativa no Cerrado, com dados relativos ao período de agosto de 2022 a julho de 2023, chegando a conclusão que houveram 11.011 quilômetros quadrados de corte raso, um aumento de 3,02% em relação ao ano anterior, que foi de 10.688 quilômetros quadrados (PRODES, 2023).

Como se pode observar, houve, nas últimas décadas, grande modificação do meio natural no qual a região Centro-Oeste está inserida, mudanças no uso da terra, em seus ecossistemas e em seu território. Este estudo busca compreender o histórico da ocupação que resultou nessas mudanças e qual modelo de ocupação territorial foi priorizado para a região a partir de dois processos de ocupação territorial no século XX: a Marcha Para o Oeste e Mudança da Capital Brasileira.

É necessário, entretanto, mobilizar alguns conceitos e discussões teóricas a respeito da formação territorial brasileira e ocupação do Brasil Central. Essa discussão teórica é o foco do próximo capítulo.

## 2. Discussão Teórica

### 2.1 O sertão como categoria espacial

O território atualmente nomeado como Centro-Oeste já recebeu muitas denominações. Uma delas foi a famosa categoria de sertão, um conceito difícil de definir e que carrega em si certa imprecisão conceitual, além de ser dotado de imenso conteúdo histórico. Como veremos, muito dessa imprecisão foi proposital, uma vez que a denominação de sertão para se referir aos interiores do Brasil ajudou a consolidar a imagem de um Brasil atrasado, desocupado, onde a civilização deveria ocupar e modernizar (ABREU, 2015).

“O sertão está em toda parte”, escreve João Guimarães Rosa em seu livro *Grandes Sertões: Veredas*, de 1956. Por mais que se trate de um trecho literário, consideramos a frase coerente dentro da análise geográfica, como veremos a seguir.

A discussão a respeito da categoria espacial sertão se faz necessária pois, como bem pontuou ABREU (2015), em sua tese de doutoramento a respeito da colonização do norte do Mato Grosso durante a ditadura militar, quando se estuda a formação territorial brasileira, e em especial olhando para o Brasil Central, devemos estudar não apenas sua *materialidade*, mas também a *construção de um imaginário sobre a região*. É possível que o estudo da categoria sertão nos ajude a compreender outras, como a de *espaços vazios*, de *civilização brasileira*, de *litoral* (historicamente falando), entre outras. O autor se pergunta: “[...] de que modo, diversas regiões, cujo conteúdo histórico e um arcabouço de experiências distintas, são generalizadas por meio da categoria sertão?” (ABREU, 2015, p. 43), uma vez que, como dissemos, há uma enorme imprecisão no conceito sertão. O autor ainda se pergunta o que podemos aprender acerca de nossa civilização a partir desta categoria, uma vez que o Estado brasileiro vê, historicamente, no sertão, a necessidade de expandir as lógicas econômicas e os modos de existência social sertão.

Como indica Amado (1995) em estudo pioneiro sobre o tema, o sertão é, talvez, a categoria espacial com maior significado e conteúdo dentro daquelas que designam nosso território, seja no senso comum, nas políticas públicas oficiais, em nosso pensamento social ou imaginário sobre o espaço. Podemos dizer que a

categoria permanece viva até os dias de hoje na construção imaginária e material do território. A autora citada nos lembra que a categoria representou uma *forma de pensar o Brasil*, desde a Colônia até a fundação do Estado Nação.

Não é possível mensurar a influência desta categoria espacial na literatura, principalmente naquela que recebe o nome de literatura regionalista. Nomes importantes como Guimarães Rosa, Euclides da Cunha, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado, João Cabral de Melo Neto ou outros mais recentes, como João Ubaldo Ribeiro, Ariano Suassuna e vários outros se apropriaram da categoria, criando espaços imaginários, que muitas vezes não eram tão imaginários assim, com fortíssima conotação social e geográfica, falando de suas experiências e suas formas de habitar o espaço. É possível refletir o quanto os escritos literários a respeito da temática contribuíram para a construção deste sertão, território imaginário em nossa construção espacial. A literatura construiu vários sertões, em paisagens que se sobrepõem e espaços que se cruzam.<sup>8</sup>

Amado (1995) indica que a palavra sertão é utilizada pelo menos desde o século XIV, quando, em Portugal, ainda se escrevia “certão”, para indicar as áreas dentro de Portugal mas distantes de Lisboa. A partir do século XV, passa a ser referenciada para nomear espaços vastos, interiores, “vazios”, sobre os quais nada ou quase nada se sabe<sup>9</sup>.

A autora trabalha com uma definição própria, que foi incorporada na já citada tese de doutoramento de ABREU (2015):

‘sertão’, já se viu, designava não apenas aos espaços interiores da colônia, mas também aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura (Amado, 1995, p. 149).

Moraes (2003) também contribui para o debate sobre a categoria. O autor, em estudo riquíssimo publicado na revista *Terra Brasilis*, nos lembra que a categoria sertão não encontra fundamento natural no espaço geográfico. Ele não é uma obra da natureza, um espaço definido com qualificações no meio físico. A materialização

<sup>8</sup> É necessário lembrar que há na geografia uma corrente de estudos que pesquisa a relação e as possibilidades de estudo entre a geografia e a literatura. Nesta corrente, os estudos organizados por Marandola (2010) são a maior referência.

<sup>9</sup> Afirma que não caberia em uma única pesquisa a sistematização de toda a documentação histórica brasileira dos tempos coloniais que utilizam a categoria sertão, mas que ela é numerosíssima.



no espaço geográfico se dá a partir de nossa construção imaginária acerca do território, e não a partir de uma naturalidade própria.

O autor discute que a marca do sertão não são grandes atividades produtivas e econômicas, nem grandes adensamentos populacionais, nem formas específicas de se relacionar com o meio natural dos grupos humanos presentes ali, mas sim a ausência destes elementos que, historicamente, esteve associada ao sertão, sendo por isso chamado, como veremos, também de vazios demográficos e terras vazias, mesmo que essa concepção não estivesse correta. De acordo com o autor,

Não se trata de um resultado de processos da natureza na modelagem de uma porção da superfície terrestre (como um ecossistema, um bioma, ou um compartimento geomorfológico), e nem do resultado de processos sociais na criação de um espaço produzido pela sociedade (como uma plantação, uma vila ou uma cidade). (Moraes, 2003, p. 1 e 2).

A abordagem de Moraes (2003) vai contra a tradicional abordagem que domina, historicamente, a geografia, de associar o conceito a uma realidade empírica visível, uma vez que o autor considera não haver correspondência entre ambos por não haver manifestação física na caracterização geográfica das realidades sertanejas. A categoria de sertão para o autor é, inclusive, diferente daquelas mais usuais da geografia, como habitat, ambiente, região ou território, uma vez que estas seriam mais passíveis de adquirir localização definida e precisa, tendo definições aferíveis em campo.

O autor define:

Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto - em certos contextos históricos - a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualitativo local básico no processo de sua valorização. (Moraes, 2003, p. 2).

Essas condições influenciam no processo de *valorização do espaço*, criando realidades simbólicas que corroboram maiores *ideologias geográficas*, categoria esta que se faz presente em nosso debate e vale a pena destacar sua conceituação:

Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. O objeto empírico desta qualificação varia espacialmente, assim como variam as áreas sobre as quais incide tal denominação. Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados. Nesse sentido, a adjetivação sertaneja expressa uma forma

preliminar de apropriação simbólica de um dado lugar (Moraes, 1988, in Moraes, 2003, p. 2).

É possível observarmos a aplicação da categoria do autor na discussão central de sertão. O sertão se trata de um discurso valorativo referente ao espaço, que o qualifica como positivo ou negativo, neste caso negativo, embora haja movimentos de populações locais que buscam a revalorização do nome. O sertão varia a depender dos interesses vigentes do processo, como veremos mais adiante, podendo ser considerado um valor positivo, como uma campanha publicitária por parte de um governo, ou negativo, como geralmente encontramos ao longo da história, como na literatura nacional ou nos discursos da população.. Por fim, se trata da apropriação simbólica de um lugar, uma vez que, como já foi dito, não há materialização física no espaço, sendo uma construção simbólica a respeito do mesmo.

É relevante discutir o quão diferentes entre si são as áreas que foram e ainda são denominadas de sertão. Há o conhecido sertão Nordestino, onde entra muitas vezes como classificação sub-regional e climática, área de atuação do clima semi-árido, do gênero de vida sertanejo propriamente dito. Porém, os interiores de Minas Gerais também são famosos por seus sertões, assim como os de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em Santa Catarina ainda se utiliza o sertão para se referir ao Oeste do estado, assim como no Amazonas (Amado, 1995). A prova de que o sertão não é um lugar, propriamente dito, está no fato de que todos esses territórios são diferenciados entre si, com atributos físicos e humanos extremamente diferentes.

Amado (1995) traz uma contribuição interessante ao debate ao discutir a formação territorial do Brasil: durante os três séculos iniciais, os portugueses estiveram concentrados no litoral, onde concentravam seus principais pontos administrativos, construindo núcleos urbanos e concentrando as atividades econômicas relevantes, de forma que o ponto de observação dos colonizadores era sempre para fora, uma visão sempre de leste para oeste, do litoral ao interior, o que fazia com que aglomerassem em uma única categoria as diversas terras longínquas, desconhecidas e “desabitadas”. Este processo teve uma consequência

clara na formação territorial brasileira e em seu pensamento social: ela cria uma relação dialética entre sertão e litoral, uma relação em que ambos os conceitos são opostos mas se complementam, na qual ao se oporem se reafirmam, só podendo existir a partir de sua dualidade. Essa dualidade está presente em toda nossa história territorial e política (Moraes, 2003).

A imagem a respeito do território que historicamente foi contruída é: de um lado temos o litoral, ou como pode ser encontrado nos escritos sobre o tema, a costa: um espaço conhecido, colonizado, dominado, seguro, habitado, dinâmico economicamente, onde há um certo reconhecimento étnico dos povos brancos, um espaço de cristandade, culto e dominado pela civilização. No outro oposto, se encontra o sertão, um local isolado, estagnado economicamente, atrasado culturalmente, dominado pela natureza bruta e pelas matas “intocadas”, cheio de terras virgens a serem dominadas, onde não há religião nem os benefícios da civilização (ABREU, 2015).

O estudo de Moraes (2003) dialoga com o de Amado (1995) ao discutir o que chama de *imaginário do sertão*. O autor define esse imaginário como um “conjunto de juízos e valores adaptáveis a diferentes discursos e a distintos projetos” (Moraes, 2003, p.2). Ao longo da história, essa construção social do sertão, reforçada por imagens que o retratam como um lugar violento, atrasado e distante, serviu para legitimar futuras intervenções. Segundo Moraes, a qualificação do sertão como um espaço de atraso não é um simples diagnóstico, mas uma estratégia que facilita sua posterior modernização, ocupação e exploração. Ao ser rotulado como atrasado, o sertão é, na verdade, preparado para ser valorizado e transformado. Nesse contexto, o autor argumenta que qualquer lugar pode ser qualificado como sertão, no momento em que atrai o interesse de agentes sociais e territoriais. Evidentemente, não compactuamos com essa visão historicamente construída, mas ela merece destaque por se tratar da visão oficial.

Assim, o sertão nada mais é do que um território que está sujeito a novas ondas colonizadoras, um espaço para expansão, para apropriação de novas terras, como por meio do avanço da fronteira agrícola, compra de terras, colonização pública e privada. Para tal qualificação, o contexto de legitimação pode ser variado, se tratando de um local de soberania incerta, de controle meramente formal, ou um *fundo territorial* de que o Estado dispõe, categoria frequentemente utilizada na geografia política brasileira. Ele se refere a

áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinadas na cartografia da época. Trata-se dos “sertões”, das “fronteiras”, dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos “naturais”. Na ótica da colonização, são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão da colônia (Moraes, 2002,p.69).

A composição do imaginário do sertão deve sempre ser desnaturalizada. A primeira composição é como um local *distante*. Evidentemente, a qualificação distante é sempre relativa. Distante em relação a que? Distante em relação a quem? Os centros de decisão político do Brasil, que historicamente se encontram no litoral, utilizaram marcos próprios para qualificar a região, sem outra palavra melhor para definir, *exógenos* em relação ao modo de vida e existência dos diversos grupos humanos das terras chamadas de sertão.

A segunda é de lugar *vazio*. O sertão não estava, ou está, como ainda se afirma em debates nacionais, “vazio”. A presença indígena (com dezenas de etnias), cabocla, quilombola, camponesa e ribeirinha, entre outras, demonstra com grande facilidade que as distintas regiões que recebem o nome de sertão não estavam vazias à época dos grandes projetos de ocupação territorial. Esse vazio, porém, se refere, e principalmente, *ao vazio de valores da civilização*. O grande projeto de ocupação territorial que aqui se estuda, que ganha sua máxima proporção no século XX, se caracteriza como um guia civilizacional, alterando toda a lógica por onde passa, levando sua *mentalidade litorânea* (ABREU, 2015), detentora do ideal de civilização. Além disso, o imaginário vazio do sertão sempre encontrou preocupação dos dirigentes políticos da história do Brasil, seja no Brasil Império ou no período posterior a 1822. A preocupação girava em torno de inúmeros temas, seja na dificuldade de comunicação com a região, de domínio territorial efetivo, do nível de coesão com a população local, vulnerabilidade fronteiriça.

A terceira caracterização, e talvez a mais problemática, é a de “selvagem”. Essa denominação carrega um profundo viés racista, pois historicamente foi utilizada para marcar o sertão como um espaço de alteridade radical em relação ao restante do país, especialmente em comparação às regiões litorâneas. Esse rótulo deriva não de uma característica intrínseca ao território ou às suas populações, mas da visão colonial e eurocêntrica que o associa a um lugar de atraso e primitivismo. O sertão sempre foi habitado por uma diversidade de povos – indígenas,

quilombolas, caboclos, caiçaras, ribeirinhos, entre outros – que, ao longo da história, foram classificados como "selvagens" simplesmente por não se encaixarem no modelo hegemônico imposto pelas elites coloniais e, posteriormente, pelo Estado nacional. Essa categorização não apenas apaga a complexidade dessas culturas, mas também reforça uma hierarquização racial e social que precisa ser urgentemente discutida e problematizada. É fundamental reconhecer que essa visão é um instrumento de marginalização e exclusão, sustentado por discursos racistas que ainda ecoam no imaginário nacional.

Mesmo quando aparecem qualificações positivas em relação às imagens do sertão, essas qualificações são adormecidas, passivas, futuras, como um local cheio de recursos naturais à espera de ser ocupado e produzido. “O sertão é sempre um espaço-alvo de projetos” (Moraes, 2003, p.4). *O sertão é uma condição a ser superada*, a ser modernizada. Ele só se torna bom quando deixa de ser sertão. Se trata de uma apropriação imaterial dos símbolos, em que criar um espaço que necessita de uma superação, a condição sertaneja, implica impor um domínio territorial sobre o mesmo. Esse domínio se inicia sempre com o desconhecimento do território, o que explica as primeiras grandes políticas de alteração desse sertão serem antecedidas por políticas de conhecimento do território. Primeiro se conhece uma realidade para alterá-la, primeiro se conhece uma região para depois ocupá-la e modificá-la. “Conhecer e divulgar um dado espaço desconhecido iniciaria o processo de uma transformação, sem fim enquanto sertão” (*idem, ibidem*).

É interessante pontuar que os profissionais responsáveis por penetrar no sertão ficaram conhecidos como *sertanistas*, primeiro motivados pela captura de indígenas e depois de metais preciosos até o ponto de se especializarem no contato com indígenas isolados, foram eles que adentraram o território brasileiro ainda desconhecido pelo litoral.

É interessante pensar em dois atores que ajudaram a construir o imaginário do sertão na história do Brasil: Marechal Rondon e Euclides da Cunha. Rondon, como veremos mais adiante, foi marechal e sertanista brasileiro que, em sua Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, nutria uma imagem efetivamente positiva do sertão e do homem sertanejo, ao contrário do esperado da mentalidade vigente no período. Porém, mesmo com sua visão positiva, percebe-se também a visão de civilizar os sertões, de modificar este território e integrá-lo ao restante do país. Já em Euclides da CUNHA (1902)

percebemos a visão do sertanejo como um homem forte e um processo civilizatório irreversível. Por mais que o autor questione essa civilização de onde parte, ela ainda norteia, naturalmente, a visão com que vai olhar para aquela parte do Brasil. Tratam-se de narrativas diferentes e distintas entre si, mas que compartilham ambas da mesma ideia do caráter da missão civilizatória de gradual intervenção, primeiro do Estado brasileiro e mais recentemente do capital privado.

Por fim, o relato de Auguste de Saint-Hilaire nos ajuda a compreender a construção imaginária que foi historicamente produzida a respeito desta categoria:

“as *áreas despovoadas* do interior do Brasil. Quando digo ‘despovoadas’, refiro-me evidentemente aos *habitantes civilizados*, pois de gentios e animais bravios está povoada até em excesso” (Hilaire, 1937, *apud* Amado, 1995, p. 148, grifo meu).

Observam-se várias óticas que serão mantidas até os tempos atuais sobre como interpretar os interiores do Brasil, em especial a região Centro-Oeste, e que já estavam presentes nos discursos geográficos do período citado. Áreas despovoadas, muito semelhante ao conceito que posteriormente o Estado brasileiro iria nomear de *vazios demográficos*, se referindo ao Centro-Oeste e à Amazônia de uma forma geral, onde parte do Centro-Oeste foi incorporado após a criação da Amazônia Legal pelos militares. Aos habitantes civilizados podemos entender que Hilaire se referia à população branca que habitava o litoral e as grandes cidades, vendo os indígenas e populações tradicionais do interior como não civilizados, portanto bárbaros. Essa construção reflete uma imagem de interior/sertão *atrasado*, que deveria ser *modernizado*, ocupado e introduzido ao sistema produtivo capitalista nacional, em uma constante oposição entre sertão e civilização.

Este breve quadro da utilização da categoria espacial sertão serve para mostrar o contexto, a base e a estrutura em que se assentam os projetos nacionais para o Centro-Oeste territoriais e as políticas de ocupação territorial brasileira para a região no século XX. Porém, para chegar a esse tema, é necessário entender outra categoria de análise que está presente nas políticas territoriais: o território.

## 2.2 O conceito de território na Geografia Política

Muitas são as categorias e os conceitos trabalhados pela Geografia. Espaço, região, meio, habitat, escala, paisagem, enfim, diversas são as formas de entender o mundo, e os geógrafos historicamente se apropriaram destes e de outros conceitos e categorias para melhor compreender a realidade. Um dos conceitos que serão mais utilizados neste estudo será o de *território*, e por isso se faz necessário caracterizá-lo e entender como ele pode nos auxiliar a explicar a realidade. Optamos por mobilizar o conceito de território como conceito central deste trabalho, uma vez que ele é o conceito que melhor explica a constante apropriação humana no espaço geográfico.

O conceito de território é usado em diversas áreas dentro da geografia, como geografia agrária, geografia cultural, geografia regional, geografia urbana, entre outras. Porém, podemos considerar que é na geografia política onde o conceito encontra maior presença, mesmo que não se limite a ela.

A geografia política conta, inclusive, com conceitos próprios, tais como solo, fronteira, federação, unidade, coesão, nação, nacionalidade, entre outros (COSTA, 1992), historicamente trabalhados pela geografia política e geopolítica com significados distintos daqueles que são utilizados pelos outros ramos da geografia<sup>10</sup>.

A visão do território na geografia política se aproxima mais dos conteúdos relacionados com segurança, defesa, coesão, nação, estratégia e política estatal. Podemos evidenciar isso na afirmação de Wanderley Messias da Costa: “a ideia de território, que, com suas características físicas intrínsecas, será avaliado em suas potencialidades de penetração, organização e domínio como recurso geral para a política estatal” (COSTA, 1992, p. 22).

Para RAFFESTIN (1993) o espaço é anterior ao território, com o segundo se formando a partir do primeiro. Quando um ator se apropria do espaço, se forma um

---

<sup>10</sup> A diferenciação entre geografia política e geopolítica é frequentemente negligenciada por autores. Segundo Costa (1992), a geografia política se concentra na relação entre o espaço e o Estado, abordando aspectos como fronteiras e organização territorial, enquanto a geopolítica se dedica à formulação de estratégias e projeção de poder entre Estados, aproximando-se das ciências políticas aplicadas. No contexto deste estudo, considera-se geografia política a análise de projetos de poder internos, como circulação territorial e geografia eleitoral, enquanto a geopolítica envolve a projeção externa de poder, incluindo relações internacionais e acordos multilaterais. Assim, este trabalho se insere, pelo menos em parte, no campo da geografia política.

território, seja uma apropriação simbólica ou concreta. O homem territorializa o espaço.

Podemos também pensar o território a partir das ideias de Marcelo José Lopes de Souza:

O território, objeto deste ensaio, é fundamentalmente *um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e identidades entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo [...] mas o verdadeiro *Leitmotiv* é o seguinte: *quem domina ou influencia e como domina e influencia esse espaço?* (SOUZA, 1995, p.78 - 79, grifos do autor).

Na verdade, o território encontra uma gama de óticas e interpretações, podendo ser visto como cultural, de identidades, espaço de produção, de organização política, de domínio bélico, enfim, uma gama de lentes de análise. Outros autores também associam automaticamente o território à presença de fronteiras. Porém, consideramos essa abordagem limitada e estática, uma vez que diversos povos estabelecem territórios, mesmo aqueles sem a tradição histórica do estabelecimento de fronteiras. Mesmo entre aqueles que os têm, o território não é estático, uma vez que, como veremos, temos inúmeros casos na história de expansão territorial fronteiriça. O que nos parece se manter tradicionalmente nas definições é a presença das relações de poder e domínio no espaço, formando assim o território. Essa apropriação do espaço e sua transformação em território se desdobra de diversas maneiras, sendo uma delas a cultural-identitária, pois um povo não pode mais ser identificado sem levar em conta seu território ou a falta dele, ligando outros conceitos à discussão, como patrimônio, pertencimento, paisagem (SOUZA, 1995).

Souza (1995) nos lembra que o território não deve ser limitado à visão nacional, onde encontra sua maior projeção no Estado Nação. Na verdade, se trata de uma visão multiescalar, pois há diversas escalas de interpretação e atuação no território, podendo se manifestar em continentes inteiros (a área de atuação da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN, por exemplo) ou simplesmente a uma rua (território de atuação de uma gangue ou milícia, por exemplo), embora a abordagem mais usual seja, como já dito, a do *território nacional*.



Embora os agentes territoriais sejam diversos, como veremos, é difícil não associar o território e suas transformações com aquele que consideramos o maior agente territorial: o Estado. Raffestin (1993), por exemplo, critica a geografia política como uma Geografia do Estado, propondo uma Geografia do Poder. Friedrich Ratzel, considerado por muitos como o fundador da geografia política com sua *Politische Geographie*, assume uma relação indivisível entre o Estado, o território e a Nação (Ratzel, 1897, apud Costa, 1992). Em sua obra, porém, o território é chamado de solo (*Boden*), e tem uma relação direta com o Estado, sendo este uma união do povo vivo com o solo, imóvel. A tradição ratzeliana é a de se referir e até mesmo se restringir ao *solo pátrio* (território nacional), o que é profundamente criticado por Raffestin. O Estado Ratzeliano é, inclusive, visto como uma aproximação de um organismo biológico, o qual tenderia a nascer, crescer e perecer.

Mesmo que a perspectiva do Estado Territorial seja aqui adotada como a principal, reconhecemos que todos os povos detêm suas territorialidades próprias. Os países com grande histórico de separatismo, como no caso Espanhol onde a Catalunha e o País Basco representam um bom exemplo, têm seu território contestado e processos em curso de fragmentação, não sendo possível a abordagem apenas do Estado Territorial neste contexto. Essa discussão é, inclusive, antiga na Geografia Política, com a crítica feita por RAFFESTIN (1993) à abordagem ratzeliana, com seus herdeiros mantendo a tradição de enxergar o poder concentrado apenas ao Estado. O autor deixa claro que, na sua visão, o poder territorial não se refugia apenas no Estado.

De acordo com Cataia (2011), a ancoragem do território em Estado Territorial teria sua origem no Tratado de Westphalia (1648), onde, a partir deste momento, cada Estado passa a ser soberano em seu território, e as interferências desta premissa serão agora consideradas violações do direito internacional, surgindo assim os embriões dos Estados Territoriais modernos. Para o autor, é neste momento em que o território adquire sua definição contemporânea, de "área de exercício do poder de um Estado" (Cataia, 2011, p. 116). É neste momento, inclusive, que há a separação entre política doméstica e política externa. Essa separação se dá a partir das fronteiras territoriais, se são internas ou externas a ela, semelhante à definição de geografia política e geopolítica.

O Estado, nos atuais estudos de sua formação Territorial, seria dotado de algumas características em comum. Cataia (2011) nos lembra de três delas: **a)** o Estado Territorial é o motor que mantém circulando os capitais dentro de um espaço econômico delimitado, sendo responsáveis por garantir o grande monopólio da expansão capitalista, além de restringir a capacidade dos trabalhadores de restringirem seus interesses; **b)** O Estado Territorial tem também a atribuição de criar infraestruturas de garantia de sucesso para os investimentos financeiros, sobretudo dos grandes capitais, atribuindo pequenos riscos aos empresários e lidando com o grandes riscos e eventuais prejuízos; **c)** por fim o Estado Territorial assume para si o papel mistificador de criar mitos fundadores e ideologias que sustentem sua existência.

No Brasil, vemos o surgimento da geografia política atrelada ao meio estatal, uma vez que o primeiro autor brasileiro a tratar do assunto foi o general Mário Travassos (COSTA, 1992). Suas obras, como veremos, tiveram grande influência nas políticas territoriais brasileiras. Seu trabalho foi fortemente influenciado por outro autor, o britânico Halford Mackinder, autor de grande influência na geografia política e geopolítica mundial com a teoria do *heartland*, ou o Coração do Mundo, onde afirmava que a Europa seria um território estrategicamente situado, onde quem controlasse essa área controlaria o mundo (MACKINDER, 1904). As grandes guerras da história da humanidade, segundo o autor, foram pelo controle deste segmento do mundo.

Uma das contribuições de Travassos foi aplicar essa teoria à América do Sul, afirmando que o *heartland* sul-americano seria a Bolívia, pois é o único território a fazer fronteira com os três grandes domínios do continente: o Amazônico, o Platino e o Andino. O autor ainda identifica duas grandes dualidades em nosso continente: Prata vs Amazônico e Atlântico vs Pacífico (TRAVASSOS, 1935, apud Costa, 1992).

No que diz respeito ao Brasil, de acordo com Costa (1992), interessava-se pela posição e relação do Brasil situado próximo a esses grandes antagonismos, e principalmente sua projeção internacional em relação ao continente. Os aspectos gerais de nossa geografia, em uma descrição detalhada, o interessam, uma vez que são estes aspectos que podem auxiliar em nossa projeção.

Outro fator que lhe chama atenção é o que considera um eventual e iminente embate entre Brasil e Argentina, pois seriam os dois maiores Estados do continente. Questões como expansão de um e outro, áreas de influência e competição entre os

países seriam temas sensíveis em nossa geografia política e geopolítica. Caberia a nós, ao reconhecer o planalto Boliviano como área pivô do continente sul-americano, não permitir que a Argentina obtivesse o controle da região, pois assim poderia se projetar muito mais a norte, devendo o Brasil inclusive usar as grandes hidrovias da região Norte como vias de penetração e ligação a Bolívia.

O autor nos lembra que o Brasil está inserido em dois dos sistemas continentais, o Amazônico e o Platino, além do sistema Atlântico. Nesse estudo, Travassos (1935) dividia o Brasil em quatro regiões naturais, pautado principalmente nos estudos de Aroldo de Azevedo: o Brasil Amazônico, o Nordeste Sub-Equatorial, a Vertente Oriental dos Planaltos e o Brasil Platino.

Por fim, vale mencionar as contribuições do autor no debate efervescente do período que marca a geografia política do começo do século xx e é um dos focos desta pesquisa: a integração nacional rumo a Oeste. Travassos afirma que na ocupação brasileira não deveríamos travar uma batalha contra o oceano, pois ele é um grande aliado nacional. Além disso, considera que a atração das ondas colonizadoras do sertão nunca poderia competir com a atração exercida pelo mar, que garantiu continuamente em nossa história que as populações se concentrassem na costa. É um dos primeiros autores conhecidos a utilizar o conceito de *hinterland* ao território do Brasil. O autor afirma ser necessário estreitar a aliança do sertão com o mar, ampliando terras à dentro a vinculação litorânea, em um movimento que chama de “*Para Oeste!*”:

Para Oeste! tem toda a concisão das verdadeiras formulas políticas. Quer dizer antes de tudo compreensão e definição do *facies* geográfico do Continente e do Brasil. Em seguida, comunicações, colonização, atividade industrial. Por sua vez, nesses desdobramentos se encontram outros aspectos, ligados à escolha dos meios de transporte, às questões de saneamento e educação, à noção de ordem, de urgencia dos cometimentos (TRAVASSOS, 1935, p.214).

Para finalizar este trecho, entendemos que o território foi e continua sendo uma categoria de análise relevante dentro das ciências sociais e principalmente na geografia. Trabalhamos com a ideia central presente nos autores apresentados de o território como manifestação espacial das relações de poder. Para aprofundar nesse

tema, apresentaremos a seguir um breve panorama do território dentro da geografia histórica, outra linha da geografia que também nos norteia.

### 2.2.1 O território na Geografia Histórica

É necessário refletir sobre outro ramo da geografia que também se utiliza do conceito de território: a geografia histórica. Tal ramo, para se debruçar sobre a formação territorial brasileira, se utiliza de diversas discussões que se relacionam mais ou menos com as áreas adjacentes à geografia, como a história e a ciência política. Veremos agora algumas dessas discussões.

Uma das discussões já existentes é o grande número de lentes que são aplicadas e utilizadas para pensar o território brasileiro e sua formação. Moraes (2002) afirma que ora se estuda a construção material da geografia do território brasileiro como tema, em outros momentos os discursos que movem este processo, e ainda a linguagem dos discursos. As três perspectivas são de grande interesse para geografia, cada uma com uma grande gama de temas, metodologias e discussões próprias, que em alguns momentos se misturam e em outros seguem caminhos separados. É interessante ressaltar que pesquisas nas três metodologias são necessárias, pois a análise de discursos que legitimam a formação territorial e a análise da linguagem dos discursos carregam uma ideia de território, uma visão de espaço, de poder e de legitimação do poder sobre este espaço.<sup>11</sup>

Nesta discussão, o antigo debate dentro da geografia humana referente à diferenciação entre pensamento geográfico e geografia (*stricto sensu*) se manifesta. Moraes (2002) utiliza categorias próprias para aprofundar essa discussão: diferenciando três níveis de abordagens, o autor nomeia de *Horizontes Geográficos* as diversas geografias produzidas pelos indivíduos comuns, incluindo a geografia espontânea e do cotidiano; denomina de *Pensamento Geográfico* os discursos e análises eruditas acerca da superfície terrestre, incluindo escritos literários, filosóficos, científicos, enfim, escritos cultos que abordam os temas relevantes à ciência do espaço; ainda nomeia de *Ideologias Geográficas* os discursos dentro da

---

<sup>11</sup> Um estudo que se relaciona com a metodologia de análise dos discursos na Formação Territorial, e altamente próximo do tema de estudo deste trabalho, é o estudo de Matheus Eurich Arrais, denominado de A Marcha Para o Oeste e o Estado Novo: a conquista dos sertões, onde analisa o discursos e representações em documentos, revistas e livros sobre a legitimação do movimento governamental intitulado de Marcha Para o Oeste, que será melhor abordada mais à frente neste estudo.

categoria anterior com representações com conteúdo político explícito, formando uma construção imaginária coletiva acerca do espaço.

Os discursos geográficos são relevantes no vasto campo das pesquisas sobre formação territorial, e por isso são abordados na obra de Moraes. Para o autor,

“Os discursos geográficos - no sentido mais amplo do termo (discursos referidos ao espaço terrestre) - variam de lugar, variam por sociedade, mas principalmente pela época em que foram gerados. São construções engendradas dentro de mentalidades vigentes, isto é, dentro de formas de pensar historicamente determinadas, com epistemes próprias que confrontam não apenas os paradigmas da reflexão mas a própria sensibilidade humana.” (Moraes, 2002, p. 23)

Para este autor, a diversidade de discursos geográficos encontrados pelo globo é proporcional à quantidade de culturas e formas de organização humana<sup>12</sup>, refletindo a complexidade e a pluralidade das relações entre os seres humanos e seus ambientes. A própria geografia, tal como a podemos definir, emerge em todas as épocas e sociedades, em todas as terras continentais e insulares, em todo o tempo e em todo espaço, pois se refere à relação dialética entre o ser humano e seu meio natural. Este relacionamento é caracterizado por uma interação contínua onde o ser humano modifica e é modificado pelo ambiente em que vive, produzindo uma geografia tanto material quanto discursiva. A formação territorial articula uma relação dialética entre a constituição material de um território pela nação e a constituição simbólica de um território por uma nação.

É relevante que se problematize um ponto aqui, que diz respeito à tradição de metodologia de estudo na formação territorial brasileira. É sobre os já citados discursos geográficos, tema de ampla relevância para a Geografia, uma vez que legitimam o poder sobre o espaço e as políticas que movem a formação territorial. Historicamente, a geografia tem se dedicado a estudar os chamados Discursos

---

<sup>12</sup> Como diferenciar os agrupamentos humanos pelo globo? Moraes, sem investigar muito nesta questão pois merece um aprofundamento a parte, propõe que uma das maneiras de diferenciar e historicizar as culturas seria a de entender como formam e sistematizam (se for o caso) a suas geografias: de um lado, temos a produção de uma geografia que podemos chamar de Erudita, que abarca os escritos acerca do espaço, a produção científica, racional, recente, sistematizada, com normas e padrões homogêneos que legitimam sua produção, associada a academia, a ciência. De outro lado, temos as diversas geografias Populares, associadas muitas vezes ao conhecimento oral sem escrita, tradicional, espontâneo e do cotidiano, muitas vezes fantásticas, podendo ou não ser associada com uma religiosidade e mitos sobre a natureza. Em termos do tempo histórico, podemos dizer que o primeiro grupo, a geografia erudita ou melhor, a geografia-ciência, foi eleita como a forma legítima de estudar e sistematizar os lugares do globo, causando, pelo menos em parte, a exclusão das geografias populares e tradicionais produzidas ao longo da história.

Eruditos, ou seja, os escritos formais, acadêmicos, muitas vezes governamentais, embasados cientificamente, deixando de lado todos os Discursos Populares, advindos de comunidades tradicionais, das centenas que formam o vasto espaço brasileiro. Tal postura é limitada, incapaz de entender ao fundo as diversas formas de se relacionar com o meio natural, e por isso tem sido cada vez mais deixada de lado nas pesquisas recentes, onde urge a necessidade de entender a geografia vista pelos povos originários, os ribeirinhos, os quilombolas, entre outros, justamente por não levar em conta as visões de povos com distintas cosmologias, onde a sua perspectiva territorial deve ser levada em consideração.

Na formação do território brasileiro, Moraes pontua dois aspectos de formação: o primeiro é o da condição de Colônia e o segundo é a condição espacial Periférica. Em relação à primeira condição, a colonial, o autor argumenta que nasce daí nosso constante apetite pela conquista espacial, com a expansão territorial como aspecto fundante nesta sociedade, onde as relações metropolitanas seriam motivadas pela busca de mais *territórios*. Os agentes sociais que habitam o espaço colonial brasileiro, como senhores coloniais, “homens bons”, bandeirantes e capitães do mato, são peças que compõem este tabuleiro, mecanismos criados pelo Estado português, juntamente com a administração colonial, para ler, sistematizar, expandir e controlar o vasto território continental a Oeste do litoral Atlântico.

A segunda condição espacial resgatada pelo autor é Periférica. Podemos afirmar com relativa certeza que esta é consequência da primeira, uma vez que a colonização é por si só uma relação espacial, atribuindo uma hierarquia entre metrópole-colônia, ou em outras palavras centro-periferia. Nossa relação periférica nasce com a fundação da colônia, porém, ela não morre com ela, permanecendo até os dias de hoje. Por isso temos, nas palavras de Moraes, uma “cultura erudita que tem seus estilos e conteúdos definidos no exterior” (Moraes, 2002, p.32). Um dos modelos de organização política que o Brasil busca incorporar será o de Estado Nação, forma vigente de organização política na Europa que irá se difundir pelo mundo a partir da ocidentalização do mundo.

Levando em conta nosso contexto colonial (que depois se desdobra na atual herança colonial), além de nossa condição periférica, o autor afirma que o discurso geográfico é altamente eficaz como ideologia, formando argumentos de base naturalizante para explicar uma realidade histórica problemática como a do Brasil, em que a coesão interna, a formação da sociedade e a construção de um imaginário

nacional foram e ainda são historicamente um problema. A realidade demográfica, assim como sua distribuição concentrada em terras próximas ao litoral, caracterizou historicamente um dos grandes problemas territoriais brasileiros. O autor argumenta que em 1822 era necessário formar e consolidar o recém criado Estado Nacional, em uma delicada situação em que quase metade da população era constituída de escravizados. Para Moraes, vemos na história brasileira um Estado com grande dificuldade de identificar-se como nação, tomando assim o território como centro de referência da unidade nacional, *“vendo seu povoamento como a tarefa básica a ser realizada no processo de construção do país”* (Moraes, 2002, p.33, grifo nosso). Tais argumentos de expansão e domínio territorial se enraizaram na identidade política brasileira, onde irão se desdobrar em diversas políticas de economia e planejamento regional, de integração, de interiorização e ocupação dos interiores do Brasil, principalmente a partir do século XX.

O presente estudo trabalha com a linha de que a mentalidade de ocupação territorial oriundas do que Moraes chama de Estado Territorial, além das já citadas condições periféricas e coloniais, fazem da interiorização e expansão territorial a ideologia central do planejamento territorial brasileiro.

Outro ponto que merece ser destacado é a relação entre geografia e história, uma vez que na formação territorial nos propomos a estudar o espaço, que a partir da apropriação e implantação de relações de poder se transforma em território, que além da produção presente, conta com a produção pretérita, que já foi produzido, fazendo necessária uma metodologia em que a história esteja presente.

De acordo com Silva (2012) a relação entre história e geografia não é linear e muito menos um debate superado, uma vez que encontramos momentos na história da disciplina onde a relação com a história torna-se bem vinda e outros momentos em que sua utilização é considerada descabida. Este autor afirma que muitas comunidades de geógrafos parecem ter estabelecido uma lei informal de que a geografia deve focar apenas na realidade presente, nas relações espaciais atuais, deixando qualquer tema que se relacione com o passado para os historiadores. Afirma que tal postura parece ser explicada como uma busca da geografia para se legitimar com um lugar só seu na ampla gama de estudos da ciências sociais, deixando os estudos que se relacionam com o passado para a história. Para outros autores, como Abreu, essa postura é limitante. O autor, em seus estudos afirma que ao fazer isso “impele a disciplina na direção exclusiva da interpretação do

presente dos lugares, e não no caminho da interpretação dos lugares” (Abreu, 1996, p. 15).

Para chegar à citada interpretação dos lugares, como o autor propõe, consideramos relevantes a retomada da história de um local, afinal as formas, as rugosidades, as relações sociais e as velhas e novas formas de apropriação e produção da natureza, enfim, são todas construções históricas, resultados da ação humana e do trabalho sobre a superfície terrestre, não sendo cabível seu estudo sem uma retomada histórica. Moraes inclusive estabelece uma concepção própria de história, voltada para a ótica da geografia humana, sendo “uma progressiva e reiterada apropriação e transformação do planeta, resultando numa cumulativa antropomorfização do espaço terrestre” (Moraes, 2002, p.42). Para o autor, a paisagem tem o poder de *manifestar a historicidade do desenvolvimento humano*, sendo possível, interpretação nossa, reconhecer a qual período histórico se refere apenas na interpretação de uma paisagem. Nas palavras do autor: “Nesse sentido, a paisagem manifesta a historicidade do desenvolvimento humano, associando objetos fixados ao solo e geneticamente datados” (MORAES, 1988, p. 15).

Neste trabalho, optamos por utilizar a história enquanto ferramenta de análise para entender a região Centro-Oeste, e isso por uma simples razão: só com a utilização da história podemos ver a sociedade em seu movimento, em dia dinâmica, ver a geografia enquanto *processo*. A geografia não deve ver seu objeto de pesquisa enquanto estático, acabado, e sim como dinâmico, inacabado, em constante transformação. Apenas a história é capaz desta realidade.

Retomando as discussões a respeito do conceito de território e sua formação, Moraes (2002) defende a utilização do próprio conceito de território ao invés de outros muitas vezes utilizados nos escritos geográficos, como área, espaço, região, etc. Para o autor, a utilização do conceito resgata uma questão clássica na geografia, onde, no território, o uso social é seu elemento definidor. Nas palavras do autor, “é a própria apropriação que qualifica uma porção de Terra como um território” (Moraes, 2002, p.45). Nessa linha de análise, os grupos e agrupamentos humanos criam o território, se apropriando, transformando e recriando a natureza com os conceitos já expostos. Ou seja, o território não existe naturalmente, inexistindo enquanto realidade apenas natural” (ibid), não preexistindo ao social, mas sendo constituído por ele. O autor propõe que, ao utilizar este conceito, estaríamos avançando na ciência geográfica no sentido de superar as concepções naturalistas



de espaço e território, ou seja, que estes espaços tendem a ser naturais e preexistentes à constituição social. Supera-se a visão naturalista já citada e ainda resgata a dialética do processo, estabelecendo movimento a partir da *formação*.

Dentro do processo de formação territorial, diversos são os agentes que tiveram influência e participação. Um dos que mais se destacou historicamente, foi o Estado brasileiro. Moraes (2002) afirma que uma das características básicas do atual Estado moderno, que afirma ser localizado historicamente e uma manifestação de nosso tempo, é ser dotado de um território, ou seja, dele possuir “um espaço demarcado de exercício de poder” (Moraes, 2002, p.52). O referido autor afirma que estamos diante da manifestação espacial de poder da modernidade, o que chama de *Estado Territorial*. Para o autor:

A construção política dessa jurisdição pressupõe um domínio territorial efetivo sobre uma porção da superfície terrestre, a qual se qualifica como base física desse poder, expresso num aparato estatal. Entretanto, a consolidação desse amálgama entre Estado e território ocorre como um processo lento (plurissecular), no qual aquela extensão areolar tem de ser organizada e operada como um espaço político, jurídico, econômico e cultural, até resultar numa unidade tomada como evidente: um país. A esse processo, pode-se denominar de *formação territorial-estatal*, a forma geográfica de analisar a formação de um Estado Moderno. (Moraes, 2002, p.51, grifo meu)

Um ponto relevante neste trecho deve ser pontuado: o autor considera o território como gênese do Estado moderno, algo indissociável onde, sem um território, não teríamos um Estado, expresso no que conceitua como formação territorial-estatal, sendo essa visão ligada a de Ratzel. A formação territorial não anda mais sozinha, mas sim acompanhada com a formação estatal em nosso atual estágio de desenvolvimento.

O estudo das formações territoriais são, de acordo com Moraes, um objeto de estudo recente dentro da geografia humana. De acordo com o autor, a geografia é, historicamente, dominada pela ótica positivista, que via seu objeto como fato ou produto, como estático engessado, sendo a formação territorial um objeto dinâmico e em constante movimento, sendo a abordagem positivista centrada no presente. Com a recente crítica e relativa superação ao positivismo dentro da geografia no século XX e a incorporação do materialismo histórico e dialético, a abordagem humana passa a ser *processual*: “Nesse enfoque o território passa a ser visto como um resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só

pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento” (Moraes, 2002, p.52). Não se trata mais de simplesmente caracterizar um território, descrever suas características e tomá-lo como acidente geográfico na superfície terrestre, mas de entender quais os processos sociais o formaram, quais as intervenções humanas presentes ali. Trata-se de conceber a geografia humana como uma *história territorial* (Moraes, 2002).

Dentre as escolas e tradições geográficas que se relacionam com a formação territorial, segundo Moraes, Ratzel já no século XIX considerava a área da formação territorial como uma das três principais do estudo geográfico, sendo as outras duas o estudo da influência das condições naturais nas sociedades e a história das migrações dos povos na superfície terrestre (Moraes, 1990). Já nas tradições de geografia francesa possibilista, o estudo regional se destaca, sendo assim os estudos de cunho histórico adotam recortes espaciais que não coincidem com o nacional, sendo restritos a recortes dentro das fronteiras. Moraes (2002) afirma que a abordagem histórica dos territórios nacionais acaba sendo então restrita aos estudos de geografia política e geopolítica.

Na ótica da geografia histórica e política, um ponto é relevante na discussão a respeito de nossa organização atual dos espaços terrestres: vivemos em um momento em que todos ou quase todos os espaços terrestres, a Antártica sendo uma óbvia exceção, estão compartimentados em Estados nacionais ou territoriais. Essa forma de organização política supera a anterior com a fragmentação imperial no pós Primeira Guerra Mundial, no momento de formação da economia-mundo, o nascimento de nosso atual estágio de desenvolvimento globalizado. Esta forma de organização espacial do globo torna ainda mais complexas as relações identitárias e formações nacionais. Nossa atual compartimentação da superfície terrestre se inicia na Europa Ocidental, e se difunde pelo globo com sua própria ocidentalização. Esse processo causou uma proliferação de Estados territoriais, mas nem sempre de Estados nacionais, uma vez que a dinâmica de formação colonial não se preocupava com a formação de uma *nação*, mas sim de busca, domínio e utilização do *território*. O mundo atual é intensamente compartimentado com fronteiras e nações, seja nas terras continentais ou insulares, como já dito com a exceção óbvia da Antártida. Moraes (2002) afirma que hoje chegamos ao ponto de vermos as fronteiras nacionais como acidentes geográficos, como espaços pré existentes no mundo, como se fossem limites naturais, como rios ou montanhas: “Tal fetichização

da fronteira representa a plena consolidação da forma estatal territorial na atualidade” (p.60), afirma o autor, em uma óbvia referência ao fetiche marxista, que naturaliza as relações e as formas sociais como naturais, da mesma forma que o espaço é fetichizado, o que leva a não se perceber os processos sociais e históricos por trás da produção do mesmo. Devemos *desnaturalizar* este cenário, entendendo quais processos e dinâmicas nos levaram à atual configuração do mundo moderno. A formação territorial vê o território como um processo, um constructo inacabado que está em constante transformação.

O processo de formação territorial se torna complexo, não homogêneo e não linear. Não pode ser visto como uma simples expansão européia pelo mundo, no caso brasileiro uma expansão da Metrópole portuguesa rumo a terras americanas, caminhando de forma linear para o território que percebemos hoje no Brasil (Moraes chama as relações estabelecidas de expansão colonial em novos territórios de Estado territorial-imperial). Ao contrário, deve ser visto como um processo dinâmico, inacabado e cumulativo, onde os sucessivos ciclos de povoamento são herdados dos anteriores e sucedidos pelos que surgem na história, formando uma herança territorial, onde cada vez mais as características naturais deixam de ser vistas como motor que impulsiona os ciclos e povoamento, sendo substituídas pela quantidade e qualidade de capital agregado ao território em questão.

Neste capítulo, concluímos então que o território é ao mesmo tempo:

- *material* (sendo a base física para a formação de um Estado),
- *imaginário-simbólico* (como presente nos discursos históricos nacionalistas, nos mitos fundadores, nas ideologias geográficas, nos discursos que legitimam a ocupação territorial),
- uma construção *militar* (por meio das guerras, disputas e conflitos territoriais, seja entre comunidades humanas com o Estado, entre si, entre Estados territoriais, onde as conquistas devem ser mantidas sempre que necessário),
- *cultural* (na formação identitária de um povo),
- uma construção *política-jurídica* (que legitima o poder sobre uma dada porção do espaço terrestre, em diferentes escalas, com diferentes formas de organização e manifestação do poder),
- uma construção *econômica* (onde serão implementadas as atividades produtivas, as vias de circulação, os recursos naturais),

- uma *construção intelectual* (como gerir os fundos territoriais, descobertas de novos recursos, missões exploratórias, como regionalizar o território, textos e estudos de geografia política a respeito do território),
- *imaginário* (uma vez que todo cidadão cria categorias espaciais para pensar o território que não conhece)
- e ainda uma *construção ideológica* (uma vez que o território está em disputa, seja a quem pertence a exemplo da grilagem, seja como utilizar o território disponível, a exemplo do desenvolvimentismo ou preservacionismo).

Para entender como se formou o território que atualmente denominamos de região Centro-Oeste, é necessário um panorama do histórico da ocupação territorial antes do período que estudamos, isto é, antes do século XX. Esse panorama será feito no próximo capítulo.

### 3. Marcha Para o Oeste: o Centro-Oeste em Marechal Rondon, Getúlio Vargas e Irmãos Villas-Boas

#### 3.1 Breve antecedente histórico da ocupação do Centro-Oeste e Brasil Central: o imaginário do ouro e a estagnação.

O território atualmente concebido como região Centro-Oeste foi, historicamente, denominado de Brasil Central, como podemos observar na criação da Fundação Brasil Central (FBC) no contexto do Estado Novo. Porém, a região já tinha um histórico de ocupação territorial anterior a aquele concebido no início do século XX. Esta seção irá tratar brevemente de alguns aspectos referentes à ocupação humana no Brasil Central anterior a 1900. Esse momento inicial é dividido em duas etapas: a etapa 1. imaginário do ouro, primeiras etapas de colonização e definições fronteiriças, e 2. estagnação relativa.

É preciso deixar claro que a região do Brasil Central nunca esteve vazia. Este ponto é de grande controvérsia e discussão nas políticas territoriais que foram implementadas posteriormente. A denominação de *vazio demográfico* ou de *região vazia*, e até de *sertão* como já vimos anteriormente, desconsidera as inúmeras populações que habitavam aquele território. Não é nossa intenção nos aprofundarmos sobre essas populações, pois a temática exigiria um estudo próprio, dada sua complexidade. É necessário, entretanto, pontuar que este espaço não se encontrava vazio, e o que se inicia no século XVI não é o processo de ocupação em si, mas o que vamos definir, buscando maior precisão conceitual, como processo de *colonização branca* (DINIZ, 2006) da região.

A região do Brasil Central se localizava na parte espanhola do Tratado de Tordesilhas (1494). Este tratado, como se sabe, dividia as terras de colonização entre Portugal e Espanha, sendo aquelas que se situavam em até 360 léguas a leste da ilha de Cabo Verde pertenciam a Portugal, enquanto aquelas a oeste pertenciam à Espanha. Assim, o território que atualmente compõem o Brasil Central estava formalmente atribuído à Espanha.

Não houve, no entanto, ocupação efetiva deste território por parte dos espanhóis. DINIZ (2006) estabelece três grandes motivos: 1. os espanhóis não encontraram grandes reservas de ouro e prata, o principal motor de povoamento e ondas colonizadoras nessa época; 2. foram encontradas grandes dificuldades em

seguir para leste pela grande resistência indígena na região; e 3. por haverem encontrado grandes reservas de prata no Peru e Bolívia a oeste, nesta última podemos citar a cidade histórica de Potosí, desinteressaram-se pela penetração no Brasil Central.

É interessante ressaltar que o território indígena servia como uma certa *zona tampão* entre a expansão dos dois impérios, servindo para que aquela fronteira não fosse efetivamente disputada. De acordo com SIQUEIRA (2002, apud DINIZ, 2006, p. 33) os indígenas

formavam uma verdadeira fronteira viva entre os dois impérios. Acossados pelos portugueses - de Leste para Oeste - e fugindo dos espanhóis - de Oeste para Leste - os índios não contatados estenderam seu território ao longo do rio Paraguai, desde sua parte sul até o extremo norte.

Essa realidade contribuiu para a formação de um imaginário a respeito da região ser dominada por indígenas violentos e bélicos, e fez com que as terras do Brasil Central ficassem à margem do processo de colonização até a metade do século XVII.

A esse respeito, há uma discussão acerca desse período que a bibliografia consultada vai chamar de *mito geográfico*. O contexto histórico foi altamente propício para que, nessa época, surgissem uma série de imagens acerca do território interior da colônia, tanto espanhola quanto portuguesa. Para falar de apenas alguns, podemos citar a lagoa que ficou conhecida como Eupana, que teria seu conteúdo composto de metais preciosos; a Lagoa Xarayes, no rio paraguai e atual Pantanal, a Ilha Brasil e o Lago de Parauava são outros exemplos, juntamente com a cidade dourada de Eldorado. Essas representações foram materializadas na cartografia do período, como no atlas neerlandês e na cartografia jesuítica, representando o interior do continente sulamericano como esse local cheio de recursos naturais de fácil acesso.

Em seu estudo sobre o mito de Xarayes, Maria de Fátima COSTA (2007) nos lembra que várias são as razões e consequências que decorrem desse tipo de mito. A autora cita o estudo de Jaime Cortesão sobre Raposo Tavares, onde analisa o mito da Ilha-Brasil, no qual os mitos geográficos seriam “um fenômeno relacionado a uma época heróica, concebido pela intuição de uma realidade mal conhecida”, e ainda “os mitos geográficos correspondiam a uma necessidade de ação e estimularam grandes empreendimentos” (COSTA, 2007, p. 23). Em outras palavras,

um contexto histórico e geográfico propício a esse tipo de narrativa, no qual uma realidade mal conhecida do interior, uma época “heróica” que irá resultar no bandeirantismo e uma necessidade de justificar os empreendimentos de penetração no território são altamente propícios para a criação dos mitos geográficos.

Além dos já citados mitos geográficos, outra questão relevante na motivação das entradas em busca de metais preciosos merece uma referência histórica mais detalhada. No clássico estudo “A Formação Econômica do Brasil” (1959/2002), Celso Furtado analisa os grandes ciclos econômicos brasileiros, incluindo o ciclo do açúcar, o ciclo do ouro e os ciclos subsequentes. Furtado examina a decadência da produção açucareira nordestina no século XVII, explicando que tal declínio não se deu apenas por uma diminuição de produtividade, mas também por fatores externos e competitivos.

A produção açucareira das Antilhas, por exemplo, emergiu como uma forte concorrente no mercado global, especialmente após a expulsão dos holandeses do Brasil. Estes, após perderem o controle das plantações no Nordeste brasileiro, transferiram seus conhecimentos técnicos, sistemas de financiamento e redes de comércio para o Caribe, o que impulsionou significativamente a produção açucareira nas Antilhas. Essa nova concorrência minou a posição do açúcar brasileiro no mercado internacional, resultando em uma perda de hegemonia que, segundo Furtado, foi um dos fatores determinantes para a decadência econômica da região.

Adicionalmente, as relações diplomáticas e comerciais entre Portugal e Inglaterra tiveram um impacto considerável no cenário econômico brasileiro. Através de tratados, Portugal garantiu privilégios comerciais à Inglaterra, incluindo a entrada facilitada de produtos ingleses em mercados lusitanos. Esses acordos, enquanto beneficiavam as elites portuguesas e inglesas, acabaram por prejudicar a capacidade competitiva da economia colonial brasileira. Os produtos brasileiros, como o açúcar, enfrentaram não apenas a competição internacional, mas também uma estrutura mercantilista que favorecia os interesses comerciais britânicos em detrimento dos produtos coloniais.

Esses fatores contribuíram para a transição do ciclo econômico do açúcar para o ciclo do ouro, que atraiu mão de obra e investimentos para as regiões de mineração. Esse contexto histórico e geográfico se materializou na busca por metais preciosos rumo ao interior do Brasil, criando assim as entradas e bandeiras rumo ao

Brasil Central e dando novo impulso à colonização portuguesa e seu primeiro movimento de interiorização, principalmente a partir das bandeiras paulistas.

DINIZ (2006) afirma que, mesmo que a busca por metais se iniciou no século XVI, somente no século XVIII as buscas se mostraram frutíferas, com a descoberta do ouro, em 1719, em entrada comandada por Pascoal Moreira Cabral (DINIZ, 2006), alterando a ocupação regional. Como afirma BERTRAN (1988, p.18) “o processo de ocupação do território vai acompanhando a descoberta de ouro”, aumentando a migração para a região Centro-Oeste de modo considerável.

De acordo com DINIZ (2006), dois caminhos se estabeleceram entre São Paulo e a região Central do Brasil: o primeiro via barco, pelos rio Tietê, Paraná e Paraguai, e outro, por terra, passando pelo Triângulo Mineiro, Vila Boa de Goiás até Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, atual Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso. D'ALINCOURT (1877) apud DINIZ (2006) descreve que a realidade dessas minas eram complicadas, principalmente pela insalubridade, além das dificuldades na produção de gêneros alimentícios, com preços exorbitantes nos mantimentos e demais produtos manufaturados.

A presença e participação indígena no processo de colonização é contraditória. De um lado, os indígenas presentes na região auxiliaram com conhecimentos, tanto do território, quanto das línguas e etnias presentes ali, inclusive com seus caminhos e trilhas já consolidados sendo incorporados ao sistema colonial. Por outro lado, muitas vezes foram retratados como um “obstáculo natural” à penetração no território, sendo em muitos momentos combativos e dificultando o acesso às minas.

Até 1748 não havia ainda qualquer capitania própria da região, estando esta subordinada à capitania de São Paulo. Em 9 de março deste ano, porém, foi criada a Capitania de Mato Grosso pela coroa Portuguesa, justamente pelo crescimento das minas e por sua distância de São Paulo. Essa capitania era o protótipo do que viriam a ser as áreas do Centro-Oeste brasileiro atual. A primeira capital, entretanto, não foi Cuiabá, mas sim Vila Bela de Santíssima Trindade, de 1751 a 1815. O motivo da capital foi, evidentemente, territorial, uma vez que, ao contrário de Cuiabá, Vila Bela da Santíssima Trindade se localiza no extremo oeste da antiga capitania e atual estado, demarcando assim os limites entre os impérios, como demonstra a figura 05:



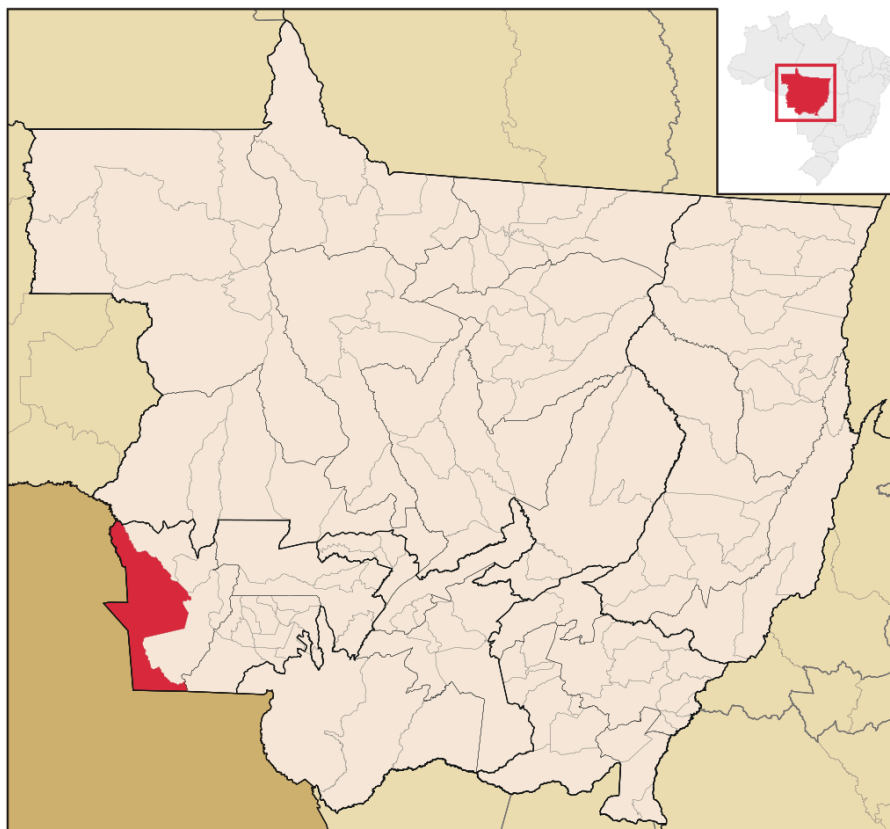


Figura 05: Mapa com a localização do município de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT<sup>13</sup>  
 Por Raphael Lorenzeto de Abreu - Image:MatoGrosso MesoMicroMunicip.svg, own work, CC BY 2.5,  
<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1417433><sup>14</sup>

Já a capitania de Goiás foi criada em 1744, porém, de acordo com DINIZ (2006), foi implementada apenas em 1749. Era, de acordo com o autor, uma capitania mais complexa, justamente pela proximidade com capitanias mais dinâmicas, como Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Pará. Essa proximidade, principalmente com a mineira, foi determinante para implementar um controle governamental mais forte sobre a mineração, a fim de tentar evitar o contrabando do ouro.

Essa ocupação foi ampliando os limites portugueses na Colônia, extrapolando as fronteiras anteriormente delimitadas pelo Tratado de Tordesilhas. Tal fato causou a assinatura do Tratado de Madri, em que “se dizia basicamente que cada parte ficaria com o que possuísse à data da assinatura, ou seja, fez-se valer o princípio do *uti possidetis*” (DINIZ, 2006, p. 41). O autor cita diversas vilas e lugares que foram construídos com o intuito de delimitar as novas fronteiras, como

<sup>13</sup> É necessário pontuar que o mapa se refere ao território do atual estado do Mato Grosso, sendo que a capitania de Mato Grosso englobava áreas do atual estado de Mato Grosso do Sul e de Rondônia.

<sup>14</sup> Data de acesso: 18/12/2024.

Vila Maria, atual Cáceres - MT; Forte Coimbra, atual Corumbá - MS; Forte do Príncipe de Beira, próximo a Costa Marques - RO.

Diniz (2006) afirma que nenhum novo povoado foi fundado em Goiás após 1750. Já em Mato Grosso, o autor cita sete novos povoados urbanos, sendo eles Vila Bela, Vila Maria, Poconé, Albuquerque, Miranda, Coimbra e Príncipe da Beira (*idem*).

A região atinge o auge da produção aurífera entre 1750-1754, sendo extraído 35 mil quilos de ouro nas capitânicas de Mato Grosso e Goiás, ou 7 mil quilos por ano, de acordo com PINTO (1979), tendo uma produção rápida mas entrando em decadência em poucos anos (DINIZ, 2006), sendo que o Mato Grosso teve uma produção de  $\frac{1}{3}$  da Goiana.

A produção de metais criou certa rede urbana inicial neste período, mas, ao contrário de Minas Gerais, que demandava maior suporte de engenharia e onde toda uma rede urbana foi instalada, em Mato Grosso e Goiás não houve grandes investimentos, o que fez com que, segundo DINIZ (2006), o processo de exploração de ouro não superasse sua fase inicial. O autor, inclusive, contrapõe BERTRAN (1988), que afirma que no Brasil teria existido uma rede urbana estruturada e abrangente em sua história colonial e que essa seria situada no Centro-Oeste. Porém, Diniz considera essa região como distante e pouco povoada no período. Para Diniz, lhe parece muito mais provável que esta tenha surgido em Minas Gerais. No Centro-Oeste, a ocorrência de minas e outros locais auríferos foi pequena quando comparada a Minas Gerais, sem considerar a distância em relação aos centros consumidores e políticos, situados em São Paulo e Rio de Janeiro, além da clara distância em relação ao oceano, que sempre prejudicou o escoamento da produção do Centro-Oeste. No caso de Minas Gerais, ainda, a concentração espacial das minas fazia surgir efeitos multiplicadores em outras áreas da economia além da mineração, o que, entretanto, não ocorreu no Centro-Oeste, o que nos auxilia a entender a próxima etapa de povoamento e ocupação territorial do Centro-Oeste, a de *estagnação*.

DINIZ (2006) defende que, ao contrário de Minas Gerais, a produção aurífera no Centro-Oeste esgotou-se de forma rápida e concentrou-se principalmente em Goiás. As principais rotas de ligação para a região declinaram em questão de fluxo de pessoas e mercadorias, sendo a ligação com o Atlântico feita pela companhia de Comércio do Grão-Pará, a ligação do Centro-Oeste com São Paulo e a ligação com

o Triângulo Mineiro. Essas ligações mantiveram constante os fluxos de produtos e migrantes para a região, e os processos que levaram a sua diminuição representaram um duro golpe no processo de sua ocupação.

A estagnação fez com que no Mato Grosso a capital fosse modificada para Cuiabá. Em um momento em que os comerciantes da região sentiram a estagnação ocorrer, não sentiam mais estímulos de levar os produtos para o extremo oeste, onde a capital se localizava, pois não tinham mais a certeza do pagamento. Assim, em 1819, a capital foi então transferida de Vila Bela da Santíssima Trindade para Cuiabá.

Em Goiás, o processo de decadência da mineração trouxe uma mudança na realidade geográfica da região, com uma dispersão da população em áreas rurais e com o que PALACIN (1994)<sup>15</sup> chamou de uma *ruralização da vida*. Segundo o autor, com o fim da mineração, Goiás

assistiu à ruralização da vida: de uma população radcada quase exclusivamente em centros urbanos - por pequenas que essas povoações fossem - passa-se a uma dispersão atomizada da população pelos campos. Realizada a transmutação, por toda a geografia de Goiás, na segunda década do século XIX, encontram-se carcaças das antigas povoações mineiras outrora cheias de vida. O capim cresce nas ruas, a maior parte das casas, abandonadas por seus habitantes, se desmancha e até as igrejas, a começar por suas torres, vão caindo aos pedaços. O norte, sobretudo, demorou mais de um século para recuperar-se (PALACIN, 1994, p. 150).

DINIZ (2006) avalia que, no caso goiano, a conjuntura política não sofreu grandes modificações, não tendo visto uma mudança da capital, por exemplo, como no caso mato-grossense, uma vez que a pecuária conseguiu manter certo dinamismo econômico na região, favorecendo as elites regionais com uma possibilidade de mudança nos investimentos.

No século XIX, a região de Mato Grosso e Goiás (na época englobando, além dos já citados, os atuais estados Tocantins, Mato Grosso do Sul e Rondônia, ou seja, o Brasil Central propriamente dito), torna-se um importante centro da pecuária. DINIZ (2006) afirma que as terras sem salitradas auxiliaram neste processo, pois dispensava a necessidade de sal, item caro e escasso porém necessário para a

---

<sup>15</sup> Luis Palacin, historiador hispano-brasileiro, se dedicou grande parte de sua vida a compreender a história de estados como Goiás e Tocantins, sendo um dos primeiros a utilizar o método historiográfico para esses estados, reconstituindo suas histórias e processos produtivos. Aqui cabe mencionar entre suas obras a de 1975, História de Goiás (1722 - 1972), Coronelismo no extremo norte de Goiás: o padre João e as três revoluções de Boa Vista, de 1990, História de Goiás em documentos: Colônia, de 1995, e a que mais recorremos, O século de ouro em Goiás, 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas, de 1994.

criação bovina. Para a região, foram atraídas grandes levas de gado, tendo o Triângulo Mineiro um dos pontos de acesso principais, criando cidades que herdariam a pecuária como motores de desenvolvimento, como Uberlândia, Araxá e Uberaba, todas na região do Triângulo<sup>16</sup>. Especificamente, Goiás cresce muito vinculada a Minas Gerais. A proximidade territorial cria laços econômicos e culturais, com a identidade dos dois estados estando muito próximas desde suas fundações.

Porém, de acordo com Diniz (2006), um problema que esteve desde o início da colonização na região se mantém até o século XIX: a dificuldade de comunicação com as demais regiões do país. É um processo, afinal, contraditório, uma vez que a região Centro-Oeste, neste período ainda conhecida como Brasil Central, é a região mais *central* stricto sensu do país, uma vez que é a única que se conecta com todas as outras. Tem uma centralidade evidente, e por isso foi posteriormente escolhida para acolher a nova capital. Essa dificuldade de ligação com outras regiões impedia o crescimento da produção agrícola, pastoril e até industrial, onde essa última se mostrou incipiente até meados do século XIX. Além disso, a entrada de produtos e objetos essenciais ao desenvolvimento econômico no modelo regional também era diminuto, como alambiques, cilindros de ferro ou outros produtos.

A região via algumas tentativas de integração anteriores aos grandes projetos do século XX. Por exemplo, na metade do século XIX, Mato Grosso, hoje região de Mato Grosso do Sul, viu sua integração aumentar consideravelmente através do rio Paraguai, com um novo período de crescimento, a partir de 1856, interligando-se às capitais do Cone Sul, como Montevidéu e Buenos Aires. DINIZ (2006) destaca alguns motores da economia regional, que se desenvolveram mais ou menos de acordo com as condições locais. A erva mate, por exemplo, se tornou amplamente produzida no sul da região do Mato Grosso, atual MS, o que contribuiu para o futuro sentimento de separação do restante do estado. No norte do Mato Grosso, a proximidade dos rios contribuiu para a produção açucareira que, no entanto, durou pouco, tanto que já na Era Vargas ela não conseguia competir com a produção paulista, além de não conseguir se adequar às novas realidades trabalhistas do país.

---

<sup>16</sup> Uberaba, inclusive, é uma das atuais principais cidades pecuárias do país. O evento Expozebu é uma das provas dessa afirmação, no qual atrai milhares de pessoas para a exposição da raça de gado zebuína.

Diniz (2006) pontua que no final do século XIX, novamente mudanças nacionais modificaram a formação territorial da região do Brasil Central, a saber, o fim da escravatura e o incentivo à imigração. Esses fatores combinados, defende, contribuíram para que a economia regional passasse de sua fase colonial e pré-capitalista para a capitalista.

Por fim, um último processo necessita ser detalhado para se entender como a região Centro-Oeste chega no século XX: a expansão ferroviária do oeste paulista em direção ao Centro-Oeste do Brasil. Com a expansão da economia cafeeira paulista, houve um grande acréscimo de construção das ferrovias no país como, por exemplo, a Estrada De Ferro Noroeste do Brasil. Inicialmente situadas em São Paulo, o surto ferroviário se expandiu até Corumbá e Ponta Porã - ambas em MS, e até o Sudoeste Goiano, GO.

Corrêa (1995) afirma que este processo de dinamização econômica criado pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, além de reorientar a direção dos fluxos econômicos (orientados anteriormente para o países do Cone Sul e com a ferrovia voltando-se em direção a São Paulo e litoral) passa também pela violência, com os conflitos das oligarquias regionais se tornando cada vez mais intensos. Para o autor, a história de Mato Grosso nas primeiras décadas do período republicano foi a história de um povo armado, considerado por muitos uma terra sem lei e tendo a característica da resolução de conflitos a partir da violência armada se confundindo com o próprio modo de vida da região.

Para fechar essa etapa do povoamento da região até 1900, utilizaremos um trecho da tese de DINIZ (2006) que resume bem o processo:

O crescimento populacional da área do Cerrado foi lento e irregular até meados do século XX. Em 1872, segundo os dados do primeiro Censo Demográfico feito no Brasil, os estados de Goiás e Mato Grosso (atuais Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Rondônia) tinham uma população de 220 mil habitantes, ou cerca de 2% da população brasileira. Em 1920, a população desta região já era três vezes maior, acompanhando o ritmo de crescimento do país, cuja população atingiu mais de 30 milhões de pessoas. Esse ritmo se manteria, tendo a população da região atingido mais de um milhão de pessoas em 1950, ritmo semelhante ao observado para o Brasil. A partir da década de 1950, este quadro se alteraria em função da construção de Brasília e do início de um projeto de expansão mais vigoroso para oeste, por meio da construção da malha rodoviária nacional, que integraria as regiões Norte e Centro-Oeste ao restante do país. (DINIZ, 2006, p. 57).

É importante prestar atenção nas pontuações do autor acerca do crescimento demográfico observado na região a partir de 1900, onde ele faz valiosos

apontamentos sobre como estava a população na região Centro-Oeste no período. Como citado, ele afirma que em 1872, os estados da região Centro-Oeste mais Tocantins e Rondônia tinham uma população de 220 mil habitantes. Já em 1920, a população da região já era três vezes maior. Vamos agora, neste próximo capítulo, nos debruçar sobre os processos políticos e territoriais que causaram esse processo, quais suas motivações e consequências para o Centro-Oeste.

### **3.2 Contexto Nacional do início do século XX**

Neste capítulo, iremos analisar as transformações territoriais que foram implementadas ao Brasil Central nas primeiras décadas do século XX, momento que consideramos o começo do processo que iria resultar na completa incorporação da região ao capitalismo nacional, em 1980 (STEINBERGER, 2000). Buscamos, assim, entender quais as políticas territoriais formam a base deste processo.

É necessário entender qual a conjuntura política do Brasil neste início do século XX, para então chegarmos à região Centro-Oeste. Com os grandes conflitos ocorrendo na Europa, como em 1914 e 1917, as questões de interesse nacional e cívico se confirmam no centro do debate público, com temas como integração territorial, circulação interna e expansão do povoamento se colocando como centrais. O sentimento de nacionalidade vinculado ao território se aprofunda ainda mais, chegando ao ápice neste primeiro momento de nossas etapas de análise. Além disso, o sentimento predominante na intelectualidade brasileira da época era o de re-descoberta da nação. Questões como: *O que é o Brasil? Qual o país que temos à disposição? Quem são e onde estão os brasileiros?* eram constantemente elaboradas para serem discutidas e nortear os escritos, tanto científicos quanto literários.

Vale citar, neste período, a atuação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro - CGRJ, posterior Sociedade Brasileira de Geografia. De acordo com NOGUEIRA (2018), a contribuição da SGRJ neste período foi central na formulação de valores pátrios e adoção de um imaginário nacionalista a partir de disciplinas científicas, entrando assim na formulação do projeto de saber geográfico. Grande parte dos trabalhos desenvolvidos pela SGRJ, de acordo com o autor, gira em torno de preencher lacunas do conhecimento acerca do Território, ainda sem consensos

na comunidade científica do período. O autor reitera que questões como definição das nascentes de grandes rios, exaltação da grandeza territorial e atenção aos limites fronteiriços internos e externos, são exemplos da maneira como, neste início de século, “a objetivação do nacional passava pela geografia e por categorias espaciais tanto quanto a construção de uma memória comum passava pela história” (NOGUEIRA, 2018, p. 46).

A conjuntura citada pode ser condensada a seguir:

A proporção tomada pelo conflito europeu suscitou interesse crescente pela confecção de mapas e outras formas de representação espacial, uma vez que a maioria das reivindicações políticas sobre Territórios nacionais assentava-se em argumentos históricos [...]. No Brasil, desde o final do século XIX, as autoridades republicanas preocupavam-se com a soberania e a preservação do espaço nacional. Se, por um lado, a vasta extensão territorial era motivo de ufanismo, por outro, o isolamento de algumas regiões, afastadas dos grandes centros e situadas nas faixas de fronteira, daria ensejo a diversos projetos de integração do Território, a exemplo do da Comissão de Construção das Linhas Telegráficas, formada por militares, que integrou as comunicações entre Rio de Janeiro, São Paulo e Triângulo Mineiro à Amazônia. Paralelamente, o governo passou a conferir maior importância a entidades como a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, reconhecida como órgão de utilidade pública [em 1917] por decreto do presidente Wenceslau Braz Pereira Gomes (CARDOSO, 2010, p. 73.)

Como vimos, a região do Brasil Central que posteriormente se chamaria Centro-Oeste se caracterizava em 1900 como 1. distante dos grandes centros econômicos e de decisões políticas do Brasil, 2. considerada isolada das demais regiões do país, em questão de infraestrutura e comunicações, e 3. com uma economia incipiente, pautada principalmente no extrativismo intensivo e na pecuária intensiva, uma mera fornecedora de produtos primários (TEODORO e NOGUEIRA, 2018). Segundo Nogueira o definiu, a partir da mentalidade reinante no período, “o interior do Brasil em geral, e o Mato Grosso em específico, figuravam como ‘terras incógnitas habitadas por índios’, sinônimo de desertos selvagens à espera de integração à civilização” (NOGUEIRA, 2018, p.49). É interessante também pontuar que, para o paradigma da geografia política do período, era necessário incorporar as áreas internas do país ao circuito nacional, uma vez que um Estado que não controlasse seu Território era considerado fraco, e aí entra a grande motivação das comissões: melhorar a comunicação entre as distintas regiões do país. Os autores avaliam que a recente República buscava introduzir no Território uma ação estadista, desenvolvimentista, civilizadora e progressista, para transformar um Território até então fragmentado em unificado.

A Comissão Rondon, comissão criada pelo governo de Afonso Pena (1906 - 190) para “ligar os dois brasis”, como se dizia na época, se insere no contexto das políticas republicanas de integração nacional, que irão se intensificar no Estado Novo varguista. A comissão tinha a proposta de levar as linhas telegráficas para o interior do Brasil, e o nome Comissão Rondon se refere a uma série de empreitadas e políticas do período.

Essas políticas, de acordo com TEODORO e NOGUEIRA (2018), se associam à ideia de controle do meio natural, onde entendem a natureza como um recurso a ser apropriado em função do iminente progresso e desenvolvimento que a República vai proporcionar à população. A ideia de natureza como atraso também se intensifica neste período. A concepção de Sertão de MORAES (2003), entendida como um local a ser dominado, ocupado, civilizado, onde a conquista é iminente e necessária para o progresso: “A conquista do Sertão, identificada com a própria construção da nacionalidade, emerge continuamente como o grande projeto nacional, sendo alçada à condição de função básica do Estado” (MORAES, 1999, p. 45).

Esse Sertão se relaciona com viagens, que neste capítulo da história do Brasil se manifestam como *expedições civilizatórias*. “Sertão, povoamento, civilização, integração à nacionalidade constituem termos recorrentes em diferentes documentos das três primeiras décadas do século XX” (LIMA, 1999, p. 67), como tentamos demonstrar na figura 06.

Neste momento, os supostos vazios interiores brasileiros se colocam como conteúdo patriótico, transformando a história do período em um constante projeto de expansão territorial:

Nesse contexto, os “vazios” disponíveis e incontestavelmente brasileiros constituíram-se em essências do sentimento patriótico, transformando a história nacional em um contínuo processo de expansão territorial. Assim, fundou-se a imagem do Brasil enquanto pátria geográfica: nação feita de espaços “vazios” e inextinguíveis, com ideais perpétuos de conquista e usufruto do espaço – ou seja, com um movimento que, partindo dos seus próprios centros político-econômicos, precisa ser diuturnamente feito (LEITÃO, 2012, p.4).



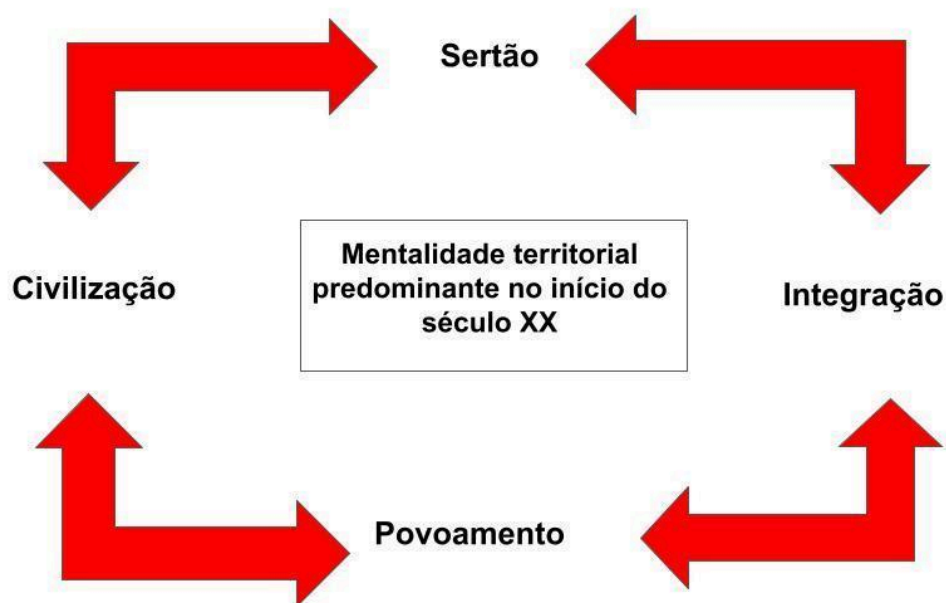


Figura 06: Esquema da mentalidade territorial predominante no início do século XX  
Elaboração própria

Podemos ainda caracterizar a região de estudo neste período como isolada e com baixa densidade demográfica, uma vez que, de acordo com os dados oficiais do primeiro Censo Demográfico realizado em 1872, a população dos estados de Goiás e Mato Grosso (atuais estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Rondônia) era de aproximadamente 220 mil pessoas (IBGE, 1872). Já em 1900, com a mesma fonte, sabemos que a população destes estados cresceu para 373 mil habitantes (IBGE, 1900). Porém, em 1920, a população seria de 759 mil, e em 1940, 1.259 mil pessoas, demonstrando que neste período há uma ruptura com o crescimento que se vinha realizando na região. Essa ruptura se dá com as migrações sendo, até então, de forma orgânica, para serem alvo de políticas públicas, como a própria Marcha para o Oeste e a criação de colônias agrícolas do governo Vargas, e um projeto de Estado de povoamento para a região, somada a temática do planejamento regional.

O começo do século XX marca o que para muitos estudiosos é considerado como marco inicial para o desenvolvimento regional, que buscará no Brasil a diminuição das desigualdades espaciais. Em 1909, por exemplo, foi criado o IOCS, Instituto de Obras Contra a Seca, instituição de abrangência para a região Nordeste. Logo em seguida, em 1912, foi criada a SDB, Superintendência de Defesa da

Borracha. Ambas as instituições refletem como foi o início do planejamento regional no Brasil: pontual, emergencial e efêmero (SILVA, 2014).

O planejamento regional, entretanto, não abarcou em sua fase inicial a região Centro-Oeste, só sendo contemplada posteriormente, com a inauguração da FBC - Fundação Brasil Central, em 1943. Consideramos que isso se deve ao fato da região ainda não estar, como já foi dito, totalmente conhecida e, utilizando um termo do período, “desbravada”. Eram, então, necessários projetos de cunho “desbravador” para se conhecer melhor a região do Brasil Central. É neste contexto que surgem as expedições de Cândido Rondon rumo ao Brasil Central.

### **Rondon**

Como sabemos, o final do século XIX e início do XX é marcado pela intensa transformação da sociedade brasileira. O desenvolvimento e a antiga busca pela interiorização do capitalismo nacional é uma das mudanças, além da recente proclamação da República (1889) e fim da escravatura (1988), com todas as mudanças territoriais advindas desses marcos. Era necessário, portanto, reorganizar as estratégias de defesa e ocupação das fronteiras e Territórios brasileiros, como região Centro-Oeste e Amazônia.

Duas questões se apresentavam como central para o desenvolvimento regional do interior do país neste período: a *integração regional* e a *questão indígena*. Sobre a primeira, é necessário lembrar que a capacidade técnica do período era diferente da atual. Integrar a região se dava pela instalação de linhas telegráficas. Sobre a segunda, a região do Brasil Central foi historicamente marcada pela grande presença indígena não contactada e conhecida como violenta, que serviam como “barreira natural” à interiorização. De acordo com BIGIO (2000), os indígenas eram vistos, nos primeiros governos republicanos, sob uma perspectiva de integração à sociedade nacional, como um contingente de futura mão de obra disponível para garantir o desenvolvimento e defesa da região, além de poderem, com o contato certo, auxiliar de maneira efetiva na integração da região, afinal a “posse não depende apenas da fixação dos pontos de delimitação física/geográfica do Território, mas principalmente da sua elaboração cultural e social” (MACIEL, 1998, p. 111).

Outro acontecimento que influenciou na visão territorial do Brasil era a relativamente recente Guerra do Paraguai (1864), onde os paraguaios invadiram o

Brasil pela frágeis e isoladas fronteiras com o Mato Grosso, demonstrando a porosidade presente nas fronteiras brasileiras. Além disso, a guerra evidenciou os problemas logísticos de comunicação com as partes mais distantes do Império. Ambas as questões, a integração nacional e a questão indígena, encontraram eco nas expedições e estudos realizados do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865 - 1958).

Há uma discussão nos estudos de geografia histórica de que a Comissão foi “a manifestação de um movimento que visava a incorporar áreas distantes do país, como o Mato Grosso, na órbita de influência do nascente Estado Republicano” (TEODORO e NOGUEIRA, 2018), razão pela qual este momento e este processo terem tamanha importância para a presente pesquisa, entendendo que o processo de incorporação das terras do Oeste brasileiro se deu por todo o século XX, tendo a Comissão Rondon o primeiro grande passo político deste processo. Diante disso, uma reconstituição da vida do Marechal Rondon se faz necessária.

Nascido em Mimoso, atual distrito do município de Santo Antônio de Leverger, MT, em 5 de maio de 1865, foi consagrado militar em 1886, na Escola Militar da Praia Vermelha, do Rio de Janeiro. Em 1889 foi nomeado ajudante da Comissão de Construção das Linhas Telegráficas de Cuiabá a Registro do Araguaia, uma organização incipiente do que seriam as futuras comissões, e da qual em 1894 foi nomeado chefe. Em 1900 foi nomeado chefe da Comissão Encarregada da Construção das Linhas Telegráficas do estado de Mato Grosso, comissão de maior abrangência que faria a ligação entre a capital e o Sul do estado, hoje Mato Grosso do Sul. Em 1903 foi promovido a Major dos engenheiros militares, e em 1907 foi é criada a Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas, a mais famosa e que ficaria conhecida como *Comissão Rondon*, embora Rondon, como visto, já prestasse serviços ao Estado Brasileiro há pelo menos 20 anos no, ainda inicial, Projeto de Integração Nacional.

Em 1909 Rondon foi atacado por integrantes da tribo indígena Nambikuára, enquanto chefiava uma tropa que penetrava em seu território, em busca do reconhecimento da área. A história de Rondon associa a este momento sua célebre frase pela qual ficaria marcado: “Morrer, se preciso for, matar nunca”, se referindo ao contato com os indígenas (RIBEIRO, 1958). O evento demonstra a necessidade de discutir a complexa questão indígena brasileira, tendo para isso, sido criado em 1910 o SPI- Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais

(SPILTN), órgão criado pelo decreto 8.072 de 20 de junho de 1910, e que a partir de 1918 seria transformado simplesmente em Serviço de Proteção ao Índio (SPI), mais sobre isso a frente. Em 1913, depois de ser agraciado pelo Governo Federal por 30 anos de serviços, foi nomeado pelo mesmo órgão para comandar a expedição que o acompanharia ao Cel. Theodore Roosevelt, ex-presidente do Estado Unidos da América, traça-lhe o roteiro e a organiza, que fica conhecida como Expedição Roosevelt-Rondon. Em 1917, em homenagem aos serviços prestados por Rondon na interiorização do país, foi é proposta pelo diretor do Museu Nacional e renomado membro da Academia Brasileira de Letras, Dr. Edgar Roquette Pinto, a denominação de Rondônia para o então denominado Território do Noroeste do Brasil. Em 1922, foi agraciado com a mais alta honraria da Sociedade Geográfica de Washington, o diploma de sócio honorário, em reconhecimento às contribuições para a Geografia, “através da exploração dos sertões do Brasil e como tributo aos serviços à civilização e proteção aos aborígenes” (RIBEIRO, 1958 p. 58). Em 1927 foi nomeado chefe do recém-criado Inspeção de Fronteiras, a fim de efetivar estudos sobre a problemática da segurança e povoamento nas fronteiras brasileiras. Em 1942 recomendou a criação de um órgão, vinculado ao SPI, que tenha o objetivo de documentação e registros da vida indígena. Morreu em 1958 na cidade do Rio de Janeiro.

Este breve retrato de sua vida busca contextualizar o peso de Rondon no grande projeto da Marcha Para o Oeste e da Integração Nacional, além de reverenciar suas grandes contribuições para o que ficou conhecido, depois de sua atuação, como indigenismo. Além de simplesmente citar as datas dos marcos de sua vida, busca-se entender quais as contribuições de Rondon à temática da integração nacional e quais as consequências de seus projetos.

Sobre as motivações das políticas integracionistas de Rondon, que iriam dar origem a Marcha Para o Oeste, Ribeiro (1958, p. 32) pondera:

Chegara-se a um ponto em que não podia permanecer mais a dualidade escandalosa da civilização citadina, orgulhosa de suas conquistas materiais e morais, e a realidade do interior onde prevaleciam, ainda, os métodos do século da conquista.

Essa realidade “atrasada” que o Brasil Central era enxergado e com uma visão socialmente construída encontra a primeira grande tentativa de alteração com a ligação do estado de Mato Grosso ao de Goiás, que até então se encontrava fora

do circuito telegráfico nacional. Incorporar o recém adquirido Território do Acre, conquistado pelo Brasil em 1903, ao circuito nacional também se encontrava nas motivações das entradas território adentro.

Ribeiro (1958) avalia que, ao fim dos trabalhos, foram construídos 2.270 km de linhas telegráficas, além de 50.000 km de levantamentos geográficos, a determinação de mais 200 coordenadas geográficas e o reconhecimento de 12 rios até então desconhecidos pela geografia nacional, além de outras tantas contribuições botânicas, etnográficas, zoológicas e linguísticas.

Problematizar a criação do SPI é necessária para chegar a reflexões mais críticas a respeito da atuação de Rondon no processo de ocupação do Brasil Central. Como já dito, o órgão foi primeiro denominado de Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Almeida (2017) avalia que, depois de quatro séculos de colonialismo português, o Estado brasileiro temia uma resistência organizada do movimento indígena, e por isso buscou atrelar a política indigenista com uma nova ótica: o indígena como *trabalhador nacional e reserva de mão de obra*, razão pela qual a primeira versão do órgão ter no nome “Localização de trabalhadores nacionais”. Com isso, de acordo com o autor, o órgão tinha o objetivo da plena assimilação e integração do indígena à sociedade nacional. Posteriormente, em 1966, com grandes acusações de corrupção e inoperância administrativa, o órgão é substituído pela Fundação nacional do Índio (FUNAI), órgão que caminha na mesma direção de integração do índio à comunidade nacional (Almeida, 2017).

Morato & Rodrigues (2014) afirmam que essa instituição, o SPLTN, oferecia diversos meios para a inserção dos indígenas na “civilização”, como o atendimento à saúde, educação e desenvolvimento de ofício ligados à agricultura, que eram visto como atividades mais aceitáveis à nova nação. Além disso, distribuíam presentes como roupas e instrumentos de ferro, sendo parte do dispositivo principal de conversão indígena.

A política integracionista do período era considerada necessária pela classe dominante como condição para se atingir a construção de um Estado-nação na recém proclamada república (Almeida, 2017), assim como a integração da imensa reserva de território que o Brasil dispunha. Essas ideologias, da integração indigenista com a integração territorial, formavam a base do pensamento de Rondon e nortearam suas ações. O Brasil não estava sozinho nessa tendência. Almeida

(2017) afirma que a tendência global com relação aos povos autóctones era de impulsionar o progresso e o desenvolvimento à custa do padecimento dos grupos étnicos.

A trajetória de Rondon, como já dito anteriormente, se inicia em 1907, com a criação da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas - CLTEMTA (1907 - 1915), comissão essa que recebe o nome da principal comissão de Rondon. Sobre o nome da expedição, CESAR e SÁ (2011) avaliam que todos os trabalhos realizados por Rondon entre 1889 e 1939 foram abarcados pelo nome de Expedição Rondon. Os trabalhos principais que são comumente associados à grande comissão contam com construção da linha telegráfica do Mato Grosso a Goiás, construção de linhas telegráficas entre o Rio de Janeiro e Mato Grosso, a Expedição Científica Roosevelt-Rondon e a inspeção das fronteiras brasileiras.

A CLTEMTA, ou simplesmente Comissão Rondon, foi o primeiro grande esforço da nova República Brasileira que tinha o intuito de incorporar os sertões do Brasil, ou sertões de noroeste nos estudos de Darcy RIBEIRO (1958), ao restante do país. Ela deveria partir de Cuiabá a Santo Antônio do Madeira, depois para Manaus, atravessando o Território acreano, do Alto Purus e Alto Juruá (CESAR e SÁ, 2011). Inicialmente, a Comissão tinha o objetivo de

expandir a infraestrutura de comunicações do país por meio do telégrafo, assegurar definitivamente a posse das regiões a noroeste do país, realizar contatos com sociedades indígenas, efetuar levantamentos científicos (botânicos, zoológicos, antropológicos e geológicos) e iniciar o processo de ocupação produtiva da região através do estabelecimento de pequenos núcleos agropecuários em torno das estações telegráficas (CESAR e SÁ, 2011, p.472).

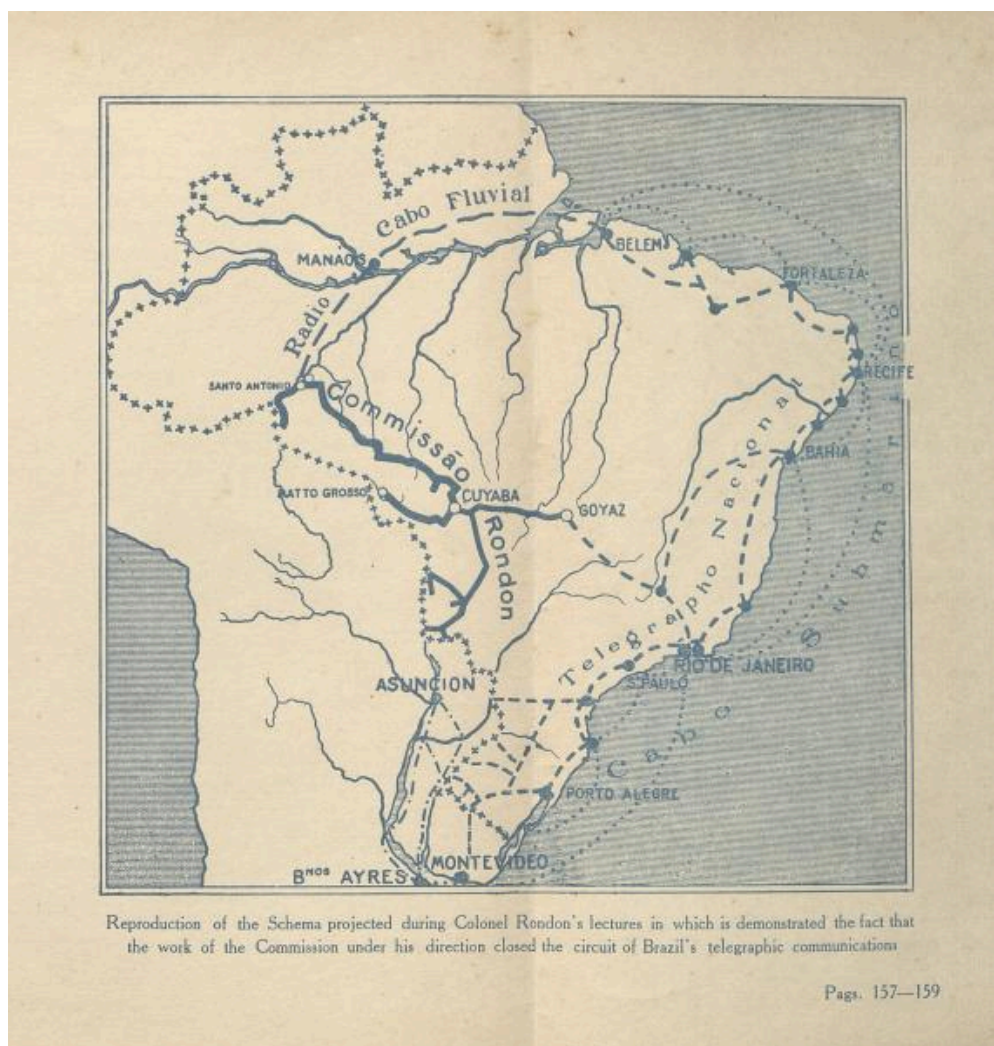


Figura 07: Esquema das linhas telegráficas brasileiras durante a Comissão Rondon

Divulgação: Obras Raras Fiocruz. Disponível em:

<https://www.iciet.fiocruz.br/content/obras-raras-imagens-do-acervo-da-comiss%C3%A3o-rondon><sup>17</sup>

Apesar de parecer ter grande estima por Rondon, Darcy Ribeiro deixa claro que suas comissões tiveram efeitos devastadores para diversos povos não contatados:

Nos primeiros vinte anos de vida republicana nada se fez para regulamentar as relações com os índios, embora nesse mesmo período a abertura de ferrovias através da mata, a navegação dos rios por barcos a vapor, a *travessia dos sertões por linhas telegráficas*, houvessem aberto muitas frentes de luta contra os índios, liquidando as últimas possibilidades de sobrevivência autônoma de diversos grupos tribais até então independentes” (RIBEIRO, 1986, p. 127, grifo meu).

As discussões a respeito da Comissão Rondon sempre passam pelas políticas indigenistas, e é necessário adentrar este tópico. Lima caracteriza a

<sup>17</sup> Acesso em: 19/02/2024.

expressão política indigenista, que “designaria as medidas práticas formuladas por distintos poderes estatizados, direta ou indiretamente incidentes sobre os povos indígenas” (Lima, 1995, p.15). Dentro desse ramo de políticas com as populações originárias, durante o século XX deu-se o nome de políticas integracionistas e políticas assimilacionistas. Rodrigues (2011) nos ajuda a entender: “Políticas assimilatórias são entendidas como mecanismos empreendidos pelo Estado Nacional com o intuito de proporcionar a “integração” das populações nativas no Brasil à sociedade nacional” (Rodrigues, 2011, p.6).

Com Rondon, a política indigenista passa a ser Paternalista (Morato & Rodrigues, 2014), onde a pacificação dos povos indígenas passa a utilizar métodos não coercitivos, não violentos e educativos de assimilação:

no indigenismo republicano, a categoria ‘pacificação’ passou a descrever um processo dito humanitário exercido pelo Estado no sentido de proteger uma população altamente vulnerável e desfavorecida, agora a ser contatada sem o exercício da violência” (Oliveira 2014, apud (Morato & Rodrigues, 2014).

Mas por que Cândido Rondon, e o Estado Brasileiro em geral, primavam tanto pela integração nacional? Já levantamos diversos motivos, mas um deles merece grande atenção: o *ideal positivista* que marcou o Marechal, o exército e o próprio Estado no período. Para entender este aspecto, é necessário lembrar que no momento em que Rondon ingressa no exército, o mesmo estava imerso em forte debate intelectual, dividido entre militares mais aristocráticos, como seria o caso de Duque de Caxias, e militares mais científicos, influenciados pelo positivismo, grupo no qual se localizava Rondon, cujos integrantes estavam interessados em ampliar os conhecimentos sobre o território brasileiro e também em ampliar suas fronteiras (Morato & Rodrigues, 2014).

Os seguidores do Positivismo foram presentes e influentes no Brasil no período do final do século XIX até meados do século XX. Foi fundada por Miguel Lemos e posteriormente assumida por Teixeira Mendes, o idealizador de nossa bandeira, uma organização chamada de Igreja Positivista do Brasil, que pregava ideias propostas por Auguste Comte no país. Dentro deste grupo, um dos núcleos se destacou: chamados de Apostolado Positivista, influenciaram e adaptaram as ideias comteanas ao contexto nacional com ideias conservadoras de ordem e progresso (Rodrigues, 2011).

Os positivistas tinham certa “defesa” dos indígenas presentes em seus discursos e em suas ideias, com o grupo Apostolado Positivista tendo inclusive



mandado um artigo para ser votado na Constituinte de 1891. Evidentemente, suas ideias eram a partir do que concebiam do mundo como certo e errado:

Urge, segundo os ditames da moral e da razão, ver nos povos selvagens nações independentes, que devem ser tratadas com as atenções com que tratamos os povos mais fortes... Perante os brasileiros, as tribus selvagens devem, pois, constituir nações livres, cujos territórios cumpre-nos escrupulosamente respeitar e cuja amizade devemos procurar com lealdade (R. Teixeira Mendes, *Ainda os Indígenas do Brasil e a Política Moderna*. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil, 1908, p. 8). (CUNHA, 1987, apud Rodrigues, 2011).

A utilização do vocabulário racista de “selvagem” demonstra a natureza conservadora da ideia. Rodrigues (2011) ressalta que essas ideias foram inspiradas em José Bonifácio, principalmente no que diz respeito à defesa do fim da escravidão e da “civilização dos selvagens”, algo visto atualmente como processo assimilacionista e violento contra as comunidades. Nas palavras da autora:

Os positivistas ressaltavam que as populações nativas eram fetichistas, e estariam no primeiro estágio mental da humanidade. Para tanto, era necessário ampará-las e protegê-las a fim de que pudessem atingir o estágio mental da civilização. Então, seria necessário elaborar um projeto para que esta prática desse frutos. Constantemente, o Apostolado criticava a forma violenta como várias populações nativas eram dizimadas no Brasil. Também ressaltavam que apenas através dos preceitos comteanos o nativo poderia evoluir para ingressar nas fileiras do progresso (Rodrigues, 2011, p. 3).

Em um primeiro momento, essas ideias podem parecer positivas e respeitadas, porém a mentalidade racista é evidente no trecho citado acima. Trabalha com a ideia de uma linearidade evolutiva, com o pressuposto de que estes povos são atrasados e que devem ter o direito de “evoluir” por si próprios, ideias que refletem a mentalidade européia do período. O trecho de “ingressar nas fileiras do progresso” demonstra o caráter integracionista e assimilacionista presente nas ideias. O ideal positivista, além de apresentar uma visão romântica do século XIX, via essas populações como em um estágio primitivo da humanidade. Para a autora citada, a nova política indigenista reflete as tentativas de modernizar o país que ocorreram no início do século XX.

De acordo com Rodrigues (2011), o grupo positivista comandado por Teixeira Mendes teve imensa influência na criação do SPI, ainda SPILT, e propõem em nome do Apostolado Positivista, uma série de princípios que o novo órgão deveria

seguir, como promover pacificamente a abolição da antropofagia, desenvolver o vestuário nos indígenas, garantir a posse dos territórios pelos indígenas e respeitar as atividades missionárias. A autora reitera a contradição deste processo, uma vez que os seguidores do positivismo reclamam pelo respeito territorial das comunidades mas ao mesmo tempo tratavam sua identidade indígena como temporária, atrasada e subdesenvolvida, com a clara intenção de modificar a composição cultural das populações autóctones. Rondon parecia trabalhar com o “acolhimento” como o meio para a ordem e progresso como fim, uma vez que acreditava que o contato pacífico e não violento, levando à “pacificação”, poderia causar uma imagem positiva à comunidade indígena a respeito do Brasil, semelhante à imagem racista construída de “o bom selvagem” que esteve presente na mentalidade brasileira em sua história.

Posteriormente, o ministro da agricultura, Rodolfo Miranda, convida Marechal Cândido Rondon para assumir a direção como primeiro presidente do SPIILTN (Rodrigues, 2011). Em 1910, o Marechal explica para o ministro as bases da política indigenista a ser implementadas pelo órgão estatal para as populações nativas:

Catequização dos indígenas, compreendendo a sua incorporação a nossa sociedade pela assimilação de nossa indústria, nossas artes, bem como pela adoção de nossos hábitos – que resultam de nossas crenças religiosas, no sentido destes termos – julgo-a ser um problema diretamente inabordável no presente, em que por tantas crenças se repartem as preferências das populações. Como positivista e membro da Igreja Positivista do Brasil, estou convencido de que os nossos indígenas deverão incorporar-se ao ocidente, sem que se tente forçá-lo pelo teologismo. [...] usando sempre de processos fraternais, por-se-á mesmo mudar a residência de algumas tribos, quando isso convier aos interesses do país (VIVEIROS, 1958, apud Rodrigues, 2011).

A autora reitera o detalhe interessante e violento neste processo: o Estado brasileiro, que sempre efetivou políticas assimilacionistas com as comunidades indígenas, enquadra-os agora sob uma nova ótica, a de incorporação do indígena como trabalhador nacional. Ela afirma que a história nacional, que neste momento do início do século XX é construída a partir dos critérios de cientificidade positivista, colocava os povos indígenas como competentes da nação, com a intenção não apenas de protegê-los mas principalmente de *incorporá-los* à nação. Essa ideia se manifesta claramente na seguinte citação:

Em termos práticos significa sobretudo a proteção física na qual a demarcação de um território é imprescindível. Mas é, antes de tudo, uma proteção de “material humano”, de “braços”, que devem ser preenchidos de civilização, educados para o trabalho. A proteção fraternal tem em mente o

“proletário” de uma nova fase pacífica-industrial, e objetiva isto na Pátria brasileira, com elementos que compõem nacionalidade como forma de manter a tradição e lutar contra a imigração. (MENDES, apud Rodrigues, 2011, p. 9).

A política mudava no sentido de não aceitar mais o extermínio, mas sim a transformação da população diretamente via controle e tutela do Estado, através do SPILT. Essas mudanças não seriam aleatórias, mas estratégicas, no sentido que serviriam para estabelecer boas relações com as comunidades tradicionais com o intuito de assimilá-los junto a unidade nacional. O órgão, que em sua trajetória transitou por diversos ministérios, não era propriamente militar, mas utilizava de técnicas, léxico e esquemas classificatórios essencialmente militares, além da massiva presença de militares em seu corpo técnico, como o próprio Rondon (Morato & Rodrigues, 2014). Para Rodrigues (2011), portanto, a política indigenista de Rondon era uma reinterpretação da política indigenista que fora feita durante todo o período colonial e imperial.

Evidentemente, as regiões exploradas por Rondon eram habitadas por comunidades variadas de indígenas, nas quais seus territórios eram identificados pela Comissão e direcionavam os indígenas para o trabalho nas instalações das linhas. Foram criados os chamados postos indígenas, com o intuito de incorporação dos mesmos em “trabalhadores rurais úteis ao patronato e à nação (Morato & Rodrigues, 2014, p. 85). Para os autores, para que a missão de incorporação indígena ao trabalho fosse bem sucedida, era essencial que os mesmos abdicassem de suas práticas culturais, demonstrando com maior força o caráter racista dessa política.

Para os autores Morato & Rodrigues (2024), a política de Rondon refletia o que chamam de “dispositivo de pacificação”. O conceito, trabalhado à luz da categoria *dispositivo* de Michel Foucault, se refere à penetração das ideias positivistas nas forças armadas, que norteavam as investidas de Rondon rumo ao interior. Para os autores, essas ideias norteavam as forças armadas na busca de uma nação supostamente harmoniosa, pacífica, desenvolvida, cabendo ao exército acabar com as discontinuidades geográficas e atuar como “agentes de socialização” das comunidades que habitavam o interior.

É sabido da iniciativa de Rondon de estabelecer “boas relações com os nativos”, que geralmente é sintetizada na frase à qual o marechal é associado: “Morrer se preciso for, matar jamais”. Essa frase não pode ser vista a partir de uma

ótica individualizada, como se Rondon a tivesse proposta a partir de sua única experiência. Pelo contrário, ela refletia a ideia predominante no exército brasileiro, onde era esperado que cada membro militar

[...] deveria demonstrar sua coragem física (“elemento de guerra”) e moral (elemento de civilização) quando, ao ser atacado por índios hostis, deveria manter a posição somente defensiva e dar-se conta da nobreza da missão a cumprir, de modo a convencer o inimigo de seu desejo sincero de estabelecer relações de amizade. (Souza Lima 1992, 160).

O estudo citado acima demonstra que às forças armadas cabia criar as condições para o estabelecimento de “relações de amizade” com as nações indígenas, sendo considerado um agente conciliador, de respeito a suas terras não como reconhecimento do outro como grupo étnico dotado de direitos, mas sim como garantia de futura mão de obra, onde se fazia presente o elemento positivista citado acima, de possibilitar que os indígenas chegassem a um “ponto evolutivo” aceitável para os padrões da sociedade brasileira. Morato & Rodrigues (2014) evidenciam em seu estudo que no início do século XX a ordem era substituir a palavra catequese pela de *proteção*, mais aceitável aos moldes da modernidade, tendo as forças armadas papel fundamental. O SPILTN, considerado pelos autores a primeira grande política pública indigenista do país, é representante deste processo, sendo Rondon o seu maior protagonista.

Em sua trajetória, vários povos considerados hostis foram “pacificados”, como os Kepkiriwát, Ariken e Nambikwara (Morato & Rodrigues, 2014), demonstrando que a integração do território por meio das linhas telegráficas, estava associada a um verdadeiro “projeto civilizador”.

TEODORO e NOGUEIRA (2018) avaliam, a partir de MACIEL (1998), que o controle territorial via poder estatal que as comissões permitiram expandir, avançavam por duas vias distintas: uma associada ao *mundo moral*, levando para o Sertão questões como patriotismo e nacionalismos, e a segunda do *mundo físico*, no qual temas como tecnologias, urbanização, domínio territorial, cientificidade e desenvolvimento aparecem como temas centrais. É preciso deixar claro que não representava mais um puro extermínio físico, mas agora um extermínio cultural, com a cultura “civilizada” a ser levada junto às linhas telegráficas.

Como se percebe, aqui ecoa a discussão que temos tentado trazer à tona: a interiorização do território rumo a Oeste foi tanto material quanto imaterial. Material, pois, de fato, houve materialidade física nela, nas linhas telegráficas, colônicas, etc.

Mas também imaterial, pois como afirmam os autores acima citados, a Comissão também levava ideia da recém-criada República, marcada pelo patriotismo e pela nacionalidade.

Muito do que se sabe sobre as diversas comissões que receberam o nome de Comissão Rondon veio das conferências realizadas por ele no Rio de Janeiro posteriormente ao trabalho que realizou em campo. Essas conferências tinham o intuito de tornar público o alcance realizado pela CLTEMTA, situando o cidadão sobre o processo não-concluído de “direcionar a civilização e o progresso ao Sertão”, reiterando as potencialidades futuras que o Mato Grosso e todo o Território do Brasil Central disponibilizariam para o país e para o desenvolvimento.

Rondon era considerado um *sertanista*, ou seja, alguém que adentrava os sertões. CESAR e SÁ (2011) lembram – como evidenciamos no capítulo anterior – que, no início do século XX, o Sertão tinha grandes significados e construções, como espaços vazios, incorporação, progresso, civilização e conquista. Por isso, para a imprensa do período, para os políticos e para os próprios membros da comissão, o que estavam fazendo representava uma epopeia: a integração do Brasil.

Um apontamento interessante mencionado no livro de RIBEIRO (1958) a respeito da então formação territorial nacional é que Rondon observou duas grandes frentes de expansão de homens brancos rumo ao Brasil Central: uma pelo Sul e outra pelo Norte. A primeira é aquela tradicional que viera justamente o Marechal, que ia de São Paulo e da região sul do Mato Grosso em direção a noroeste, com a pecuária e a mineração. A outra, que surpreendeu Rondon, foi encontrada a 2 mil km de distância dos últimos povoados do Mato Grosso partia do rio Madeira e seguia sentido sudoeste. Tratava-se da fronteira de expansão da economia extrativista da Amazônia que, de acordo com o autor, avançava com a mesma violência contra os indígenas que as frentes do Sul.

Dos quinze anos de trabalho nas diversas comissões que ficaram conhecidas como Comissão Rondon, morreram mais de 170 pessoas que participaram da comissão, entre oficiais do exército, soldados e trabalhadores civis (RIBEIRO, 1958). O próprio Rondon chegou a ser flechado no contato com os povos indígenas. Esse fato demonstra o nível de violência que é típico das regiões de fronteira de expansão.

Darcy RIBEIRO (1958) escreve sobre o choque que ocorre nas frentes de expansão entre os indígenas e os diversos grupos que avançam no Território em busca de recursos e terras, citando seringueiros, grileiros, castanheiros, posseiros e garimpeiros. O autor afirma que esse choque, em 1910, já havia sido evidenciado em São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santos e Bahia. Porém, na época de escrita do livro, meados de 1950, se encontrava efetivamente no Brasil Central, pois “lá correm em nossos dias os limites da zona efetivamente ocupada pela civilização no Território nacional” (RIBEIRO, 1958, p.39).

Por fim, condensamos a contribuição de Rondon ao país na frase de Ribeiro:

Depois das jornadas de Rondon, [...] não podiam manter-se mais aquelas velhas teses defendidas por tantos, da incapacidade do índio para a civilização, da inevitabilidade do uso da força contra o índio arredo e hostil e, ainda, a conjuntura mais manhosa, de que a dizimação dos povos tribais, conquanto lastimável, seria uma imposição do progresso nacional e, assim, historicamente inexorável (RIBEIRO, 1958, p. 33).

Por fim, o que podemos compreender é que o trabalho de Rondon foi importante para “abrir o caminho” para Getúlio Vargas e sua própria política territorial.

### **Getúlio Vargas e a Marcha Para o Oeste**

Como dito, o contexto político no início do século XX era complexo. São Paulo e Minas Gerais se destacavam no controle nacional, formando uma bipolaridade política conhecida como “política do café com leite”. Apesar do republicanismo formal, as oligarquias regionais mantinham-se com proeminência na política local, gerando alto descontentamento pelo domínio paulista e mineiro. Em 1929, a crise mundial do capitalismo teve grandes efeitos na política e na economia brasileira, especialmente no principal setor econômico do período, a produção cafeeira. Este cenário de crise e descontentamento favoreceu a articulação de movimentos contrários à ordem vigente, culminando na Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, marcando o fim da Primeira República e o início de um período de centralização política e reformas estruturais no país.

A Assembleia Constituinte foi eleita em 1933, sendo promulgada em 1934 e considerada a primeira constituição liberal e “modernizante” do país (COSTA, 1988), afinal, ela estabelecia princípios hoje tidos como básicos, mas revolucionários ao

período, como voto universal e secreto, separação entre os poderes, legislação trabalhista e reformas no judiciário. Outras questões, novamente hoje tidas como básicas, foram pensadas a partir da década de 1930, com o governo provisório, como o ministério do trabalho, da saúde, da educação, além da propriedade da União sobre o subsolo do Brasil.

Em 1937, Getúlio Vargas intensificou suas manobras políticas para permanecer no poder, aproveitando-se do clima de instabilidade e ameaças reais e fabricadas. Utilizando esse contexto, Vargas solicitou ao Congresso, com o apoio de seus aliados, a decretação de um estado de guerra, que foi aprovado. Pouco depois, em 10 de novembro de 1937, Vargas deu um golpe de Estado, fechou o Congresso Nacional e outorgou a Constituição de 1937, instaurando o Estado Novo, um regime autoritário que lhe garantiu poderes amplos e centralizados, marcando o início de um período de repressão política, censura e controle estatal sobre a sociedade brasileira, que durou até 1945, com sua deposição.

O período do Estado Novo é complexo na história brasileira, sendo necessário amplo aprofundamento no tema para conseguir entender suas dimensões. No que tange a esta pesquisa, é necessário mencionar que ele foi, antes de mais nada, *centralizador*, afinal

[...] a partir dali, a política e a vida nacionais, mais do que nunca, passavam a gravitar em torno do governo central, na forma do *Executivo* (órgão supremo do Estado) e personificado na figura do ditador. [...] Pela primeira vez, instaura-se um regime político que é fruto e sustentáculo das classes dominantes, mas que muda as regras do jogo, de modo a garantir, pela proeminência de um Estado forte, 'acima das regiões, das classes, dos partidos, etc.', a continuidade acelerada da modernização capitalista do país e a articulação, 'pelo alto' de sua unidade nacional. (COSTA, 1988, p. 45 - 46, grifo do autor).

Costa deixa clara a base intelectual do Estado Novo. Inspirado em regimes fascistas ao redor do mundo, o governo brasileiro busca, neste período, utilizar categorias como o *nacional*, o *povo*, a *nação*, utilizando um *nacionalismo* exacerbado a fim de garantir sua continuidade e seu projeto de país. Ao nomear os interventores, Vargas garantia projeção de seu poder em todo o território nacional, já que, uma vez escolhidos, os interventores escolhiam os prefeitos e controlavam seus gastos, mantendo assim o coronelismo no meio rural uma vez que os proprietários de terra formavam a base do sistema de nomeações. Há, a partir de 1930, o que IANNI (1979) considera como o desmantelamento do Estado

Oligárquico, com a ação estatal ganhando força no Brasil. As oligarquias regionais eram vistas como um atraso, um traço obsoleto da velha política brasileira.

Outra ótica da centralização do período é aquela apontada por COSTA (1988), onde, de acordo com o autor, o Estado irá influenciar em todas as atividades possíveis, criando conselhos e comissões em todas as áreas rentáveis da economia da época, como o Departamento Nacional do Café ou o Departamento Nacional da Produção Mineral. Esses conselhos e comissões tinham, de acordo com o autor, a base de um Estado que se atribui a tarefa de promover o desenvolvimento do Brasil, principalmente o industrial. Torna-se um Estado efetivamente capitalista, inaugurando a era do planejamento econômico no país COSTA (1988).

O histórico de incontáveis revoltas regionalistas nos períodos do Brasil Império e início do Republicano fazem com que surja a necessidade de formar uma *unidade nacional a partir do centro e não das partes do país*. Afinal, a superação da condição de “arquipélagos econômicos” norteava as ações do Estado neste período (COSTA, 1995). A formação de uma nova estratégia geopolítica neste período é citada por autores que estudaram este processo, focando na unidade territorial do país, buscando integridade e integração. O paradigma nacional-desenvolvimentista também ganha destaque neste período.

A Questão Territorial volta ao centro do debate nacional. Em 1933 foi, a partir da carência de um órgão centralizado de estatística e entendimento sobre o território, criado o Conselho Nacional de Geografia, e em 1934 o Instituto Nacional de Estatística, unificados em 1942 no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, órgão altamente necessário para os propósitos do governo, de controle e conhecimento territorial, já que o país não dotava de um sistema cartográfico padronizado, com informações geográficas regionais, possuía e imprecisões nas identificações das fronteiras do país, além de grandes problemas de divisas entre estados e municípios. Conhecimentos demográficos, produtivos, de infraestrutura e organização social também eram necessários ao período. Para ABRANTES

O esforço do governo em modernizar e integrar o País mostrou a necessidade de um maior e mais aprofundado conhecimento do Território nacional. Ao criar o IBGE com o propósito de produzir e sistematizar informações sobre o povo e o Território brasileiro, o governo estava buscando respostas seguras e uniformes a uma série de questões recorrentes na história do país. Como era o Brasil? Quantos e quem eram os brasileiros? Onde estavam localizados e como viviam? Diferentemente dos levantamentos realizados pelos departamentos de estatística das unidades



da federação em décadas anteriores, a atuação do órgão destacou-se por acompanhar a diretriz fundada na centralização do poder do Estado (ABRANTES, 2007, p.5).

Entre os diversos estudos que foram realizados neste início dos órgãos citados, vale mencionar as tentativas de regionalizações do Brasil. CONTEL (2014) demonstra que já haviam ocorrido, antes das regionalizações feitas pelo IBGE no século XX, diversas outras tentativas de dividir o Território brasileiro em regiões. Uma delas se faz necessário mencioná-la e discutir rapidamente, pois vai promover os próximos trabalhos do IBGE e já respalda uma visão de Centro-Oeste. Trata-se da regionalização feita por Delgado de Carvalho, figura 7, que, em 1913, propôs a divisão do Brasil em Regiões Naturais. Para o autor

a região natural é uma área geográfica, mais ou menos precisa, que a observação permite criar com a superposição de mapas figurando influências fisiográficas diferentes: relevo, hidrografia, clima, vegetação; forma-se, assim, uma imagem composta, uma síntese esboçada que vai servir de cenário à ação do homem (CARVALHO, 1944, p. 16, apud CONTEL, 2014, p.3).



Figura 07: Regionalização do Brasil segundo Delgado de Carvalho (1913).

Elaborado por: HAESBAERT (2020).

A regionalização de Delgado de Carvalho coloca os estados de Goiás e Mato Grosso na região do Brasil Central. Se percebe claramente a ideia já presente da

região do Centro-Oeste. Mesmo sem ainda utilizar este nome, como região Central do Brasil, a ideia de região *core* do Brasil já estava lá. É necessário mencionar que nem os estados de Tocantins, Mato Grosso do Sul e Rondônia, inicialmente território federal de Guaporé, tinham sido criados ainda, e seus Territórios pertenciam à região Central. Posteriormente, tanto Tocantins quanto Rondônia irão pertencer a região Norte.

A primeira regionalização oficial do IBGE data de 1942, tendo como principal idealizador Fabio Macedo Soares Guimarães, então Chefe da Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia do IBGE. CONTEL (2014) avalia que

Dentre as dificuldades identificadas pelo autor para se propor uma divisão regional verdadeiramente “científica” e “unificada”, encontravam-se três principais: a. “deficiência do conhecimento do Território”; b. a variedade de critérios adotados nas divisões anteriores; e c. a falta de rigor científico das divisões “quanto ao conceito de região natural” (Guimarães, [1941] 1988, p.12, apud CONTEL, 2014, p.4).

A regionalização de 1942, desta vez elaborada por um órgão oficial, coloca o Centro-Oeste como Centro, mantendo o já citado caráter central na divisão regional brasileira, mas com a particularidade que incorpora Minas Gerais à região.



Figura 08: Regionalização de 1942

Disponível em:

<https://regininha-atividadesescolares.blogspot.com/2020/03/a-divisao-regional-do-brasil.html><sup>18</sup>

É neste contexto que Vargas declara a Marcha Para o Oeste, em 1938. Seu principal objetivo, como já detalhado, era dar unidade territorial ao país. Para tal, era necessário ocupar os espaços considerados vazios e promover integração política, fortalecendo assim a figura do Estado centralizado. Superar as “amarras” coloniais, incorporando as áreas do Sertão, também faziam parte da mentalidade do período. Proteger o Território a partir do povoamento para o interior, controlando o território mas também a população que nele residia, fazia parte do propósito, como o pronunciamento de Vargas deixa claro:

A civilização brasileira à mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividade, riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente em vigorosa e épica arrancada, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha Para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou o caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar: — dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal, com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial.

(Saudação aos Brasileiros, Pronunciado no Palácio Guanabara e Irradiada Para Todo o País, à Meia-Noite de 31 de Dezembro de 1937, disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1937>.<sup>19</sup>)

Por definição, podemos dizer que Marcha Para o Oeste foi um movimento de ocupação territorial promovido durante o governo de Getúlio Vargas no Estado Novo (1937-1945), que visava integrar o Sertão ao restante do Brasil por meio de colonização e controle do interior do país.

O antropólogo Otávio Velho tem uma análise interessante sobre a Marcha Para o Oeste:

A existência de grandes espaços desocupados (para praticamente metade do país) supostamente contendo vastos recursos continuou a ser um elemento importante em uma retórica que veio a ser sistematizada na frase “Brasil, país do Futuro”. Essa retórica tornou-se mais importante com o estabelecimento do estado novo, quando o nacionalismo passou a ser sistematicamente incorporado à ideologia do regime. Em 1938, o governo

<sup>18</sup> Acesso em: 24/02/2025.

<sup>19</sup> Acesso em: 24/02/2025.

anunciou uma Marcha Para o Oeste. Uma figura intelectual de destaque foi Cassiano Ricardo. Sua obra principal - *Marcha Para o Oeste* - surgiu em 1940 e foi muito bem recebida pelo regime. [...] Ricardo acreditava que o Leste (costa) mantinha laços estreitos com a Europa (especialmente Portugal), ao passo que o Oeste (Sertão) foi conquistado pelos que estavam dispostos a cortar esses laços. Assim, no começo da colonização: “As posições estavam, assim, definidas: os navios atraindo os lusos apegados à matriz cultural a que estavam intimamente ligados, e o Sertão atraindo os que (naturalmente mamelucos) davam as costas ao mar”. E “Quando entra no mato a primeira bandeira, termina a história de Portugal e começa a do Brasil.” Acreditamos que *Marcha Para o Oeste* encantaria qualquer especialista em mitos. [...] E é claro que tudo tem a ver com a justificação e legitimação do autoritarismo estatal. A analogia entre bandeira e o Estado Novo é clara. São ambos autenticamente brasileiros e não importados. [...] Diversas formas foram expressas ou podem ser distinguidas do discurso do Estado Novo: fixar em zonas mais produtivas e menos propícias à flagelo os excedentes populacionais de certas regiões do país; substituir imigração estrangeira, que havia sido maciça no começo do século, mas poderia trazer “ideologias exóticas”, pela colonização nacional; evitar ameaça de uma excessiva “aglomeração de braços” nas grandes cidades (VELHO, 1979, p. 141).

Vemos a existência do movimento nacionalista na análise do antropólogo. A dimensão de “quando entra no mato a primeira bandeira, termina a história de Portugal e começa a do Brasil” é uma clara referência ao bandeirantismo e, além de referência, glorificação deste período para localizar os paralelos no momento do Estado Novo. O litoral seria a influência estrangeira, enquanto o interior incorpora a nacionalidade.

ARRAIS (2016) estudou em seu trabalho os mecanismos de comunicação e propaganda do período Vargas que se relacionam com a *Marcha Para o Oeste*. O autor afirma que “criar o mito da unidade territorial e divulgar o Oeste no imaginário popular por meio de símbolos” (p.6) era o objetivo do processo, sendo a incorporação dos sertões um processo inevitável para que o Brasil chegasse à modernidade, vinculando esses espaços a uma nascente produção industrial. Para o autor, o projeto se inicia com as expedições científicas de conhecimento territorial que já tinham sido iniciadas no começo do século. Expedições estas de cunho nacionalistas com o objetivo de integrar a pátria. A *Marcha Para o Oeste* seria, em sua visão, um mecanismo para garantir um Estado nacionalista e intervencionista.

O autor propõe debates interessantes dentro da História Cultural. Afinal, seu estudo está focado nas imagens, representações e comunicações realizadas sobre a *Marcha* no período Vargas (1930 - 1945) e com foco no Estado Novo (1937 - 1945). Para sustentar suas ideias, recorre ao historiador francês Roger Chartier, segundo o qual “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto

identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, apud ARRAIS, 2016, p. 6). Nesse sentido, é fácil perceber, como já muito discutido, que a base ideológica do Estado Novo buscava construir a Marcha a partir de aspectos nacionalistas, como a valorização da brasilidade associada à integração do Sertão.

Esta ótica propõe uma série de discussões interessantes ao presente trabalho. Moraes se dedicou a entender este processo, com a perspectiva geográfica e espacial, entendendo as representações políticas acerca do espaço como *Ideologias Geográficas*. O autor define

Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. O objeto empírico desta qualificação varia espacialmente, assim como variam as áreas sobre as quais incide tal denominação. Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados. Nesse sentido, a adjetivação sertaneja expressa uma forma preliminar de apropriação simbólica de um dado lugar (Moraes, 1988, in Moraes, 2003, p. 2).

Neste caso, o discurso valorativo referente ao espaço interior sertanejo brasileiro não era negativo, um dos raros momentos da história do país que o discurso se inverteu. O motivo é bem claro: a justificativa para a Marcha deve ser positiva sobre os sertões, para justificar o movimento nacionalista em curso, em que o Estado se apropria, materialmente e simbolicamente, de seu território, de forma nunca vista antes.

Voltando à ARRAIS (2016), o autor utiliza, entre outras fontes, discursos de Vargas para entender quais representações foram criadas para legitimar o processo de Marcha em curso. Um fragmento de um discurso em 1938 revela algumas delas:

Um país não é apenas uma aglomeração de indivíduos em Território, mas é, principalmente, uma unidade de raça, uma unidade de língua, uma unidade de pensamento. Para se atingir esse ideal supremo, é necessário, por conseguinte, que todos caminhem juntos em uma prodigiosa ascensão...para a prosperidade e para a grandeza do Brasil. (CAPELATO, 2003, apud ARRAIS, 2016, p. 7).

O caráter da unidade, seja na população seja no território, é claramente percebido neste trecho, bem como o ideal positivista de *ordem e progresso*.

Cassiano RICARDO (1970) avalia em seus estudos que o processo conhecido como Marcha Para o Oeste é muito mais antigo do que quando

proclamado por Vargas. O autor, que foi visto como um certo mentor intelectual das ideias do regime, associa que a Marcha é na verdade uma continuação das antigas bandeiras paulistas do século XVI, ou pelo menos era o que os veículos de propaganda governamental como o Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP - queriam demonstrar. Os paulistas foram, na época da Marcha, grandes financiadores das expedições de reconhecimento dos sertões e suas terras. A memória das bandeiras serviu como grande fonte de inspiração para os participantes da Marcha. Os mitos da colonização inclusive são retomados neste período, Para criar uma representação/imaginário que transmitisse uma ideia de que Vargas estivesse colonizando o Brasil, remetendo às bandeiras paulistas para justificar este processo, estabelecendo um *sentido bandeirante*. A Marcha representava, assim, um neo-bandeirantismo.

Arrais avalia que associar a Marcha às bandeiras, ligando o passado rico a um futuro promissor ao retomar o mito da colonização, era fazer uso de um símbolo, que seria incorporado pelos veículos de comunicação com o intuito de “relacionar o fato de um Território ter sido explorado por bandeirantes séculos antes e ainda não estar definitivamente conquistado, além de ressaltar que poderia ser bem rentável para possível exploração” (ARRAIS, 2016, p. 8). A Marcha refletia a ideologia da Presidência no período, e também da realidade que o governo ditatorial pretendia construir. O autor defende que o DIP era a extensão da intervenção estatal, se manifestando nos meios de comunicação e na cultura.

O autor também utiliza como fonte revistas da época, como a Cultura Política (1941 - 1945), vinculada diretamente ao DIP, e a revista Oeste (1942 - 1944). Estudando as revistas como fontes históricas do período, o autor chega à conclusão que elas podem contribuir para o entendimento das ideologias por trás das políticas territoriais feitas em direção ao Sertão. Ao destacarem as características de uma terra livre e rica, mesmo a realidade social dos moradores sendo precária, o governo constrói um discurso que ressalta apenas as qualidades deste Território, com todos os problemas sendo intencionalmente omitidos, para convencer a população que o empreendimento valeria a pena, como se percebe no discurso a seguir:

O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha Para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e

vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial (VARGAS, 1938, p. 124).

Percebemos que ocorreu com Vargas uma tentativa de valorização do Sertão brasileiro, chamado à época de Brasil Central. Para que o projeto modernizador da marcha desse certo, era necessário que a narrativa fosse positiva, ou seja, era necessário justificar um programa imaterial de narrativas acerca do interior brasileiro que convencesse a sociedade que o empreendimento 1. era necessário e 2. resultaria em bons resultados.

Foi com Vargas que se iniciou o processo de ocupação do Centro-Oeste a partir de colônias agrícolas nacionais, fazendo parte de sua política expansionista, a partir de 1940. DINIZ (2006) afirma que cinco colônias foram construídas inicialmente: três na região Amazônica e mais duas no Centro-Oeste: Ceres, em GO, e Dourados, no MT (atual MS), sendo os dois estados importantes para o paradigma nacionalista do governo.

As Colônias Agrícolas Nacionais foram estabelecidas pelo decreto-lei Nº3.059, de 14 de fevereiro de 1941, onde estabelece critérios para a criação das Colônias, como o tamanho dos lotes a serem distribuídos, a organização e futura emancipação das colônias, etc. O fim agrícola escolhido para servir como povoamento à região é claro, como pode ser visto no segundo parágrafo do decreto:

Art. 2º As colônias serão criadas por decreto executivo e fundadas em grandes glebas de terras que deverão reunir as seguintes condições:  
 a) situação climática e condições agrológicas exigidas pelas culturas da região.  
 b) cursos permanentes d'água ou possibilidade de açudagem para irrigação (BRASIL, 1941).

Em seus estudos, CASTILHO, ao estudar a Colônia Agrícola Nacional de Goiás - CANG, nos lembra que as Colônias Agrícolas foram instituídas pelo governo com alguns objetivos específicos. De acordo com DAYRELL elas “foram criadas para receber e fixar cidadãos brasileiros pobres, aptos a agricultura, dentre aquele amplo programa de superação das carências do modelo brasileiro de desenvolvimento” (DAYRELL, 1974, p. 88, apud CASTILHO, 2012, p.119). O autor ainda avalia que as colônias tinham também o objetivo de alocar a mão de obra liberada pela decadência da cafeicultura e criar uma fronteira agrícola comercial.

CASTILHO (2012) comenta que o local escolhido para a implantação da colônia (15° de latitude Sul e 49° de longitude Oeste) refletia paradigmas da época, como ser distante de Goiânia mas próximo de Anápolis, o maior centro populacional da época, ter um solo fértil porém inexplorado e condições de expansão política e econômica para o interior do país. Este contexto, principalmente a terra gratuita disponibilizada pelo governo, atraiu forte contingente migratório com, de acordo com o autor citado, 900 ocupantes em 1943, tendo a partir de 1946 uma média de 30 famílias chegando à colônia por dia. Em 1953, a colônia chegou a ter 36 mil habitantes, com 3.543 lotes distribuídos entre os colonos (CASTILHO, 2012). Várias cidades surgiram em decorrência de um excedente de imigrantes, como Rialma, Uruana e Carmo do Rio Verde, todas em GO.

É possível verificar nesta avaliação, e no estudo do próprio decreto-lei, o começo do processo de utilizar a agricultura como mecanismo de ocupação do interior e dos sertões brasileiros, processo este que ainda irá se projetar por todo o século XX. A colônia já nasce como fronteira agrícola.

A lógica territorial do período faz com que se associe diretamente a dinâmica rural, formando a região denominada no período de Mato Grosso Goiano. A CANG se caracterizava em 1950, de acordo com CASTILHO (2012), como a principal área agrícola de Goiás do período. Porém, o sucesso da colônia durou pouco, uma vez que os colonos não tinham capacitação técnica, a agricultura era feita de modo muito rudimentar, o que degradava o solo e fazia com que uma pecuária ainda mais rudimentar substituísse a agricultura e com que os agricultores então não se consolidassem como produtores agrícolas, por não terem recursos técnicos para aumentar sua produtividade.

Foi com Getúlio Vargas que se iniciou o processo de ocupação do Sul de Mato Grosso por meio da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) (localização em 22° de latitude Sul e 54° de longitude Oeste). Faz parte, novamente, da política expansionista do governo. O Decreto-Lei Nº 3.059, de 1941, estabeleceu as bases para a criação das colônias agrícolas, e a CAND foi oficialmente criada em 28 de outubro de 1943. Entretanto, foi durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, em 1948, que a colônia começou a receber migrantes, principalmente nordestinos, em busca de terras férteis, bem como imigrantes japoneses (MENEZES, 2011).

Conforme relata a autora, os migrantes, chamados de "colonos", chegaram à região da Grande Dourados com o objetivo de fixar-se e explorar a agricultura. A



CAND ocupava uma extensa área, abrangendo os atuais municípios de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina e outros. A sua criação fazia parte da estratégia de Vargas de integrar economicamente o interior do país, vinculando-o ao processo de industrialização. Segundo Ponciano (2006, apud MENEZES, 2011), a chegada massiva de migrantes foi decisiva para consolidar a inserção da região à economia nacional.

A memória popular da CAND é profundamente associada à figura de Vargas, que, conforme descrito por ex-colonos, é lembrado como "o pai da nação" (OLIVEIRA, 1999). Essa representação contribuiu para a construção de uma memória oficial que exalta o papel do presidente, enquanto os esforços dos colonos anônimos, responsáveis pela concretização da colônia, foram em grande parte esquecidos. Monumentos, como o "Monumento ao Colono" e a estátua de Vargas, perpetuam essa narrativa seletiva.

A criação da CAND, além de promover o desenvolvimento econômico da região, trouxe consigo uma complexidade sociocultural, marcada por tensões entre indígenas, migrantes e trabalhadores da Companhia Mate Laranjeira, que já exploravam a erva-mate na região. Conforme MENEZES (2011), o impacto da CAND sobre o território foi significativo e duradouro, marcando a identidade regional, ainda que a memória oficial tenha priorizado aspectos simbólicos e políticos do projeto.

ABREU (2015) avalia que a composição demográfica da região Centro-Oeste atual, em parte formada por migrantes sulistas, em especial no estado de Mato Grosso, é um processo que se inicia com Vargas, pois o presidente do Estado Novo via nos sulistas uma população alvo para ocupar as terras do Brasil Central, como demonstra em sua citação de Siqueira:

O projeto getulista impunha o estabelecimento de trabalhadores civilizados, ou seja, desejosos de progredir [...]. Os colonos preferidos foram os migrantes da região Sul do Brasil, pois possuíam, segundo a visão reformista de Vargas, uma mentalidade empresarial, europeia (SIQUEIRA, 19990, p. 255, in ABREU, 2015, p. 51).

Se evidencia, a partir desta análise, as reflexões feitas anteriormente, quando debatemos o significado da categoria espacial Sertão. A escolha de imigrantes advindos do Sul do Brasil não foi aleatória, mas sim por terem aspectos ligados ao "processo civilizatório" considerados convenientes e positivos.

ABREU (2015) avalia que a nomenclatura de modernizador, que comumente é utilizada para se referir ao processo em questão, não é adequada para tal, sendo necessário o nome de um processo civilizador que o Estado brasileiro realizava no período:

A difusão do ensino e as leis de nacionalização, marcham na esfera educacional uma fase altamente patriótica que o governo, através do ministério da educação, lança na enorme área territorial para fixar e desenvolver os centros incultos do 'hinterland' (CARVALHO, 1941, p. 19).

Vale citar neste período a criação da nova capital para o estado de Goiás: o município planejado de Goiânia, em 1933. DIAS e MIZIARA (2022) evidenciam que a criação do município se insere na proposta do governo federal, juntamente com o governo estadual, de construir uma capital que reflita o discurso inovador e modernizante da Marcha, modificando a antiga e atrasada estrutura política de Goiás. A nova capital iria retirar das mãos dos coronéis e latifundiários o comando do estado, e para isso, colocava o estado nas mãos do interventor Pedro Ludovico Teixeira, que estava vinculado a Vargas no projeto de construir uma estrutura de interligação do estado de Goiás ao restante do país. A nova capital simbolizava a saída do atraso e do marasmo político e econômico, manifestando o espírito da Marcha Para o Oeste nos paradigmas políticos de seu tempo, como uma tentativa de romper com a antiga ordem oligárquica. Para tal, ela seria a nova capital do Sertão.

Foi com Vargas que se criou, em 1943, diversos Territórios Federais. A partir do decreto-lei Nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, que Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú:

Art. 1º São criados, com partes desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú (BRASIL, 1943, p. 13731).

Os Territórios Federais foram criados com os objetivos centrais alinhados com o paradigma central da política territorial do período: defesa nacional, povoar as regiões de fronteira do Brasil, ocupar as áreas longínquas do país, além de dividir mais o território brasileiro em grandes centros políticos e econômicos. A preocupação que o território mato-grossense, em sua porção sul, fosse ocupado mais uma vez pelos paraguaios também motivou a criação dos Territórios, em especial o de Ponta Porã. As fronteiras, no sentido estrito da palavra se referindo ao local de encontro entre dois Estados-Nação, são um tema muito caro para dois dos

maiores paradigmas que norteiam as políticas territoriais do período: *integração nacional e segurança nacional*.

Um aspecto que se faz necessário discutir neste período é a criação da entidade que ficou conhecida como Fundação Brasil Central - FBC, criada em 1943 e extinta em 1967, automaticamente sendo substituída pela SUDECO. A FBC foi a responsável por diversos trabalhos de integração, que posteriormente foram todos denominados genericamente de Expedição Brasil Central.

Sendo considerada uma entidade pertencente ao planejamento regional, é necessário lembrar que pesquisas atuais sobre o tema, como a de ARAÚJO (2018), consideram que o planejamento regional brasileiro era, entre o período que vai de 1940 até 1985, uma *questão de Estado*. Como aponta COSTA (1995) o planejamento regional no Brasil até o início do século XX havia sido feito apenas para a Amazônia e para o Nordeste, sempre em caráter pontual e emergencial. Com o governo de Vargas, os dirigentes do país buscaram modernizar o Estado para que o próprio país pudesse ser modernizado, industrializado e unificado. Como já dito, um dos recursos para tal foi a ocupação das áreas consideradas “desérticas” do país, como os Territórios das atuais regiões Norte e Centro-Oeste. ARAÚJO (2018) afirma que o Centro-Oeste foi a região em que as intervenções federais tiveram maior mudança na estrutura territorial.

Para tal, foi criado, como já dito, entre outras ações já detalhadas, a Fundação Brasil Central. Instituída a partir do Decreto-Lei Nº 5.878, de 4 de outubro de 1943. Em seu primeiro artigo, o Decreto-Lei já afirma que a fundação teria como função “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental” (BRASIL, 1943), tendo caráter agrícola explícito. Percebemos como a utilização da agricultura e pecuária para ocupar as terras do Centro-Oeste já aparecem neste período. Para definir a FBC, podemos recorrer às palavras de Araújo:

primeira instituição brasileira, veículo de intervenção do Estado, sobre o Centro-Oeste, que veio promover a urbanização e a modernização econômica e sociocultural, favorecendo, deste modo, a integração dessa área, de grandes proporções geográficas e de incalculável potencial econômico ao contexto nacional brasileiro (ARAÚJO, 2018, p. 25).

Em publicação na Revista do Serviço Público, em setembro de 1945, o repórter Adalberto Mário RIBEIRO escrevia sobre a FBC e as expedições que a organização incorporou em seus trabalhos:

É o coração do Brasil que se pretende revelar aos brasileiros, tornado-o conhecido e acessível, não do alto, em vôos rápidos, que o avião realiza facilmente, sobrevoando regiões imensas, mas cá em baixo, no duro, em meio de asperezas, que vistas lá de cima parecem veludas, de encantar a vista, quase sem depressões ou elevações no ondulado de um chapadão sem fim e no qual até os grandes rios figuram como tênues riscos prateados, lacrimais insignificantes (RIBEIRO, 1945, p. 70).

Na mesma publicação, o ministro João Alberto Lins de Barros, na época Coordenador da Mobilização Econômica, se pronuncia e fala sobre os antecedentes e motivações da FBC e de suas expedições, afirmando ser o desdobramento do interior remoto do Brasil uma velha política de Estado, se verificando desde as entradas dos bandeirantes na época de Tordesilhas, embora critique o caráter pontual das entradas em solo brasileiro:

O desdobramento do interior remoto do Brasil é um velho programa que se vinha protelando de ano para ano. Desde que os primeiros bandeirantes romperam a demarcação do Tratado de Tordesilhas, este problema da exploração do *hinterland* brasileiro foi formulado e exigiu solução. As bandeiras em si, embora tivessem produzido resultados políticos apreciáveis, consubstanciados em última análise na configuração territorial do Brasil de hoje, economicamente não criaram, no entanto, um a riqueza permanente e nem sequer um conhecimento adequado de todo o nosso vasto e remoto Sertão. Malgrado os trabalhos posteriores de exploração, geralmente com interesse apenas administrativo e raramente comercial, seguindo as linhas fáceis de penetração dos grandes rios e só excepcionalmente representando um esforço realmente heróico, como no caso do militar que, no século XVIII, transportou peças de artilharia, de bronze de Belém até Cuiabá, cum prindo uma missão que lhe fôra confiada, foram empreendimentos isolados e que não visavam um trabalho de conjunto (RIBEIRO, 1945, p. 71).

É necessário discutir que a região conhecida como Brasil Central só existiria oficialmente a partir do século XX. Era, na verdade, uma vasta porção do Território brasileiro habitado por diversos povos indígenas, com uma grande riqueza étnica e linguística, com sua população escassa e dispersa, ainda muito desconhecida pelo restante do país e por isso recebendo constantemente a denominação de “vazia”. A imprecisão do termo se assemelha à imprecisão do termo Sertão, e por isso mesmo ambas as categorias foram utilizadas como sinônimos diversas vezes. Além disso, o sentido, no âmbito geográfico no qual a palavra remete, das expedições também

são diversos, não obtendo no conceito de Brasil Central uma resposta. O território do que se chamava Brasil Central, inclusive, por mais que se confunda e seja utilizado como sinônimo da região Centro-Oeste, se projeta muito além dela, pegando também regiões Amazônicas e até o extremo oeste da região Sudeste, como evidenciado pelo roteiro traçado pela Expedição.

As expedições foram efetivadas no sentido Oeste, rumo ao Território do Acre, no sentido Noroeste, rumo ao Território de Rondônia, no sentido da bacia Tocantins-Araguaia, sentido Leste-Oeste no Vale Amazônico, enfim, diversos eixos de entrada foram lançados.

A Expedição Roncador-Xingu (Decreto-Lei nº 5.801, de 8 de setembro de 1943) se insere neste contexto, pois os trabalhos realizados por ela foram incorporados pela FBC. Entram em cena atores que muito ficaram conhecidos pelas ações neste contexto, sendo considerados inclusive os herdeiros de Rondon: os irmãos Villas-Bôas.

### **Os Irmãos Villas-Bôas**

Orlando (1914 - 2002), Cláudio (1916 - 1998) e Leonardo (1918 - 1961) foram importantes sertanistas brasileiros. Nascidos no interior mas morando em São Paulo capital, os irmãos sentiam falta da vida interiorana, não encontrando pertencimento no local em que habitavam. A Marcha Para o Oeste, deflagrada na mesma época por Getúlio Vargas, atraiu os irmãos, que se candidataram para compor a vanguarda da Expedição Roncador-Xingu, criada pelo governo federal no início de 1943 com o objetivo de conhecer e desbravar as áreas em branco nas cartas geográficas brasileiras. Além dela, os irmãos organizaram e comandaram a grande Expedição Xingu-Teles Pires, nos anos de 1948 e 1949, que tinha como objetivo chegar até a serra do Cachimbo, no Pará. O trabalho dos Villas-Bôas iria resultar, no ano de 1961, na criação do Parque Indígena do Xingu, já no mandato do presidente Jânio Quadros (1961 - 1961). O Parque é um dos maiores da categoria em todo o mundo, e foi símbolo do processo de ocupação do Brasil Central, contando inclusive com a participação de Darcy Ribeiro.

A Expedição parte de Uberlândia/MG, considerada no período como a “boca do Sertão”. De caminhão, alcançaram as margens do rio Araguaia, no local de encontro com o rio das Garças, formando mais tarde a cidade de Aragarças/GO, onde seria finalmente o ponto inicial da expedição (latitude 15°S e longitude 52° O).

Deste ponto, rumaram em direção ao rio das Mortes, fundando o posto que viria a ser a cidade de Xavantina, hoje Nova Xavantina/MT, nome dado pela presença indígenas dos Xavantes na região (VARJÃO, 1989).

A FBC tinha como foco se apropriar das áreas “descobertas” pela Expedição e atuar nessas áreas, como pode ser visto pelo pronunciamento do Ministro João Alberto ao Jornal Do Brasil (1945, citado por VARJÃO, 1989):

Desbravar [por meio das expedições], primeiramente, os Territórios desconhecidos e, em seguida, promover a colonização da região [pelas fundações]. Entenda-se por povoar a formação de núcleos coloniais em condições econômicas compatíveis com a civilização moderna. Nossa principal preocupação nesse setor é estimular a formação desses núcleos antes de proceder a repartição das terras, o que virá assegurar ao colono, que vai se instalar, toda a assistência de que carece (VARJÃO, 1989).

A chave para entender a grande diferença de atuação entre a Expedição e a Fundação é que a primeira seguia abrindo “picadas” em Território considerado inexplorado, penetrando nos “espaços vazios” do interior brasileiro, enquanto a segunda instalava no espaço aberto pela primeira benfeitorias que seriam úteis à apropriação daquele espaço, criando condições de fixação do homem ao solo e condições de vida ao que consideravam serem compatíveis com a civilização moderna (RIBEIRO, 1945).

No período em que se manteve ativa, a FBC, juntamente com os irmãos Villas-Boas e com o SPI, abriu estradas, apontou os locais e diretrizes para a construção de cidades, construiu pontes, organizou expedições ao longo do Vale do Xingu, Araguaia e rio das Mortes, criou campos de pouso, campos de auxílio a indígenas, retirou as grandes florestas, abriu bases militares, assim como diversas atividades para garantir possibilidade mínima para que as frentes pioneiras chegassem ao Brasil Central. A FBC se estendeu por uma área de 1,5 milhão de quilômetros quadrados, abriu 3.000 km de estradas e implementou mais de 50 vilas, bases e cidades (BORGES, 1987) como demonstra a figura 9 seguir:



*demográficas e econômicas*. DIAS e MIZIARA (2022) definem o processo de expansão das fronteiras, como “mudanças nos modos de produção, mecanismos de acumulação e a expropriação de excedentes por atores particulares, juntamente com intervenções políticas e ideológicas associadas, promovidas pelo Estado” (Kroger & Nygren, 2020, p.365, apud DIAS e MIZIARA, 2022, p. 12<sup>20</sup>).

Categorias espaciais surgem à luz desta reflexão, sendo a primeira delas de Centro e Periferia. O centro era o local de dispersão, tanto de políticas públicas quanto de migrantes, além, é claro, das mentalidades que fomentaram os projetos. A periferia era o espaço de atração, o lócus de inserção destas políticas, dos imigrantes e das mentalidades.

Uma forma como foi caracterizada essa periferia foi com a categoria *hinterland*, o qual, segundo DIAS e MIZIARA (2022) pode ser definida como

uma espécie de Território onde a fronteira agrícola e demográfica se desenvolveriam, com o objetivo de interligar esse espaço “desconectado” ao restante do país e assim fomentar a produção agrícola nacional e criar mecanismos de melhorar as condições de vida nos grandes centros urbanos, reduzindo problemas relativos à superlotação, e por fim, gerar consumidores que pudessem absorver a produção industrial que o país estava a desenvolver ( DIAS e MIZIARA, 2022, p. 2).

Uma reflexão necessária sobre este processo é o quanto a natureza foi tratada como inimiga, um obstáculo a ser superado em nome do progresso. Vemos este fato se repetir ao longo do século XX, e agora ele ocorre na Amazônia. No caso do Brasil Central, Vargas afirma em 1941 que “A voz da Marcha Para o Oeste é uma voz de heroísmo — um grito de guerra contra as forças hostis da natureza” (Brasil, Presidente Getúlio Vargas, 1941, p. 223), conclamando os novos *bandeirantes* de seu tempo a substituir o atraso pelos símbolos imateriais do progresso, da civilização.

Em seus trabalhos, Manuel FILHO (2000) estuda a formação da cidade de Aragarças/GO e como ela se insere no processo de ocupação territorial do Brasil Central. A cidade foi essencial para todo o processo da Marcha, sendo tanto o ponto de partida das expedições, considerada o Marco Zero, quanto a primeira base operacional montada neste contexto. O autor estuda a formação da memória da população acerca deste período. Ele nos lembra que o território ocupado neste período, além de ser uma área de trânsito de garimpeiros e sertanejos, era também

---

<sup>20</sup> Obra original: Kroger, M.; Nygren, A. (2020) Shifting frontier dynamics in Latin America. In Journal of Agrarian Change, 20 (3), 364-386.



Território dos Bororo, Xavantes e Kaiapós, contradizendo a tese oficial que se tratava de “espaços vazios”. Ele nos lembra que a cidade foi escolhida para ser a segunda experiência da modernidade no Sertão, logo atrás de Goiânia/GO.

O autor traz reflexões interessantes sobre este processo. Afirma que a cidade era prioritária na ocupação territorial do Brasil Central, tanto por Getúlio inicialmente e por Juscelino posteriormente, sendo inclusive visitada pelos dois presidentes em seus respectivos mandatos. Entretanto, como já dito, este espaço não estava vazio. O autor menciona as tribos indígenas já citadas, e em Aragarça especificamente havia a presença de garimpeiros e sertanejos, o qual se contrapõem como agentes territoriais distintos com a chegada de expedicionários e servidores da FBC, com essa divisão se colocando como uma dualidade, tanto de modos de vida, a quem pertence aquele Território. Esse território não só já era ocupado quanto havia ali uma lógica territorial estabelecida, onde o que levou Lévi-Strauss a afirmar “O interior do Brasil vivia solidariamente uma vida lenta, mas contínua” (1986, p. 107). A chegada desses novos atores territoriais demarca, na visão do autor, um ritual de delimitação de um novo espaço e um novo tempo, acelerando essa vida lenta no qual estavam inseridos. Ela estabelece um novo controle territorial, um mecanismo de expansão capitalista a partir da frente que se abriu, a qual foi mobilizada por militares, diz o autor, com bases aéreas em parceria com a FAB, o próprio ministro João Alberto era militar, demonstrando a participação do exército neste processo..

O autor avalia que a cidade se dividiu na época entre os expedicionários, pioneiros e servidores da FBC com suas recentes construções (hospital, olaria, hotel, base aérea) de um lado, que ocuparam o que os habitantes chamavam de Cidade Alta, e os garimpeiros e sertanejos do outro lado, do que chama de Cidade Baixa. Além de uma separação territorial, ela representa formas de se relacionar com o ambiente, de pensar o território e sua posse. Além disso, o primeiro grupo constituía o Estado, a civilidade, os civilizados, a modernidade, a legalidade. Essa dualidade, por mais que o autor a tenha encontrado em Aragarças, podemos considerar estar presente em todo o Brasil Central no momento da Marcha, não sendo Aragarças um caso isolado como deixado claro pelo autor:

O Marco Zero era como um cristal de múltiplas faces, compostas por uma frente evangelizadora ritualmente marcada pela missa e pelo cruzeiro; uma frente de civilização, reencenando a saga dos bandeirantes paulistas; uma frente demográfica, porque a cidade deveria abrigar “verdadeiras ondas migratórias”, vagas humanas que devassariam os reversos e acabariam com os vazios do país; uma frente de expansão econômica, a banir a

rudimentalidade do garimpo e induzir os homens às iniciativas privadas, já que no Brasil Central talvez se encontrasse “o maior empório de gado no país” (Barros, 1945, p. 33) e, por fim, uma frente militar, representada pelo Exército, os expedicionários e a Força Aérea Brasileira (LIMA, 2000, p.75).

A citação permite ver que a criação de Aragarças/GO não era um processo isolado de criação de povoamento, mas sim parte de um processo maior, um processo que estabelece hierarquias dentro da ocupação territorial rumo ao Brasil Central: hierarquia religiosa, afinal a cidade conta com uma missa fundadora; uma hierarquia civilizacional, com a saga dos bandeirantes paulistas, com o capitalismo privado e o exército como base desta civilização; uma hierarquia de qual população compõem este interior, substituindo os brutos e iletrados sertanejos por homens mais cultos, leais à mentalidade litorânea. A cultura deveria transformar a natureza, deveria articular os conceitos de nação, civilização e transbordar de modernidade os espaços vazios. Havia ampla propaganda, carregada de ideologia Estado Novista, acerca da cidade e o que ela simbolizava. “Aragarças significava a chegada da franja litorânea ao Sertão” (LIMA, 2000, p. 76).

Assim, ao cruzar as margens do Araguaia, a civilização da capital impôs suas linhas retas e seus marcos simbólicos, tentando dominar a vastidão de um Sertão que, embora considerado vazio, já pulsava com a vida lenta e contínua de seus habitantes. O território, agora moldado pela lógica da modernidade, não apaga suas raízes, mas convive com a memória dos que vieram antes, em um encontro inevitável entre tradição e progresso.

## 4. Segunda fase: O Centro-Oeste a partir de Brasília: a mudança da capital nacional

### 4.1 A mudança da capital na geografia política brasileira

Em termos históricos, a geopolítica tem sido comprovada e aplicada de várias formas por diferentes autores ao longo dos anos. Um dos mais importantes formuladores do pensamento geopolítico brasileiro, o general Carlos de Meira Mattos, afirma que nenhuma nação pode desconsiderar a geografia ao formular suas políticas. Para Mattos, a geopolítica é formada pela interação entre política (como concepção) e estratégia (como ação), sendo uma dimensão estratégica da geografia (MATTOS, 2021). Ele menciona diversas teorias sobre a projeção de poder, como a do poder marítimo de Alfred Mahan (1890), o poder aéreo de Giulio Douhet, e, com destaque, o poder terrestre de Halford Mackinder. A teoria do poder terrestre é uma obra com grande influência pelos centros geopolíticos nacionais ao redor do globo, influenciando vários países, como os exemplos mais proeminentes e facilmente observáveis, como na Alemanha e na Rússia, mas também no Brasil a teoria encontrou eco e significado na realidade geopolítica.

A teoria, escrita principalmente no seu *O Pivô Geográfico da História* (1904), trata principalmente de uma transição que o mundo estaria passando, no começo do século XX, da hegemonia de poder marítimo para a hegemonia do poder terrestre, para aquelas nações que detinham a posse de territórios vitais. MACKINDER (1904) utiliza análises históricas, principalmente da Eurásia, análises geográficas e os meios técnicos vigentes na época, principalmente os meios de transportes, para chegar na tese de que um ponto central do mundo, na perspectiva de domínio territorial, seria o que denomina de *Heartland* (podendo ser traduzida em Área Pivot, Área Coração ou Coração Continental). Essa área é, de acordo com o autor, um território central para a estruturação do poder terrestre de qualquer potência que tivesse a intenção de ter efetivo domínio do mundo: “De acordo com suas especulações, Mackinder conclui que na região da Europa Oriental está a chave para, através do poder terrestre e das integrações sucessivas, alcançar-se a dominação do Globo” (MATTOS, 2021, p. 10).

Meira Mattos não foi o primeiro autor a pensar a geografia política do Brasil a partir dos estudos de Mackinder. Em 1948, o general Djalma Polli COELHO, na época diretor do Serviço Geográfico do Exército, além de ter sido nomeado dois

anos antes como presidente da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital, faz valiosos apontamentos sobre a geopolítica brasileira, sua relação com a interiorização e o que chama de Terra Central, que valem a pena ser debatidos em um momento introdutório:

A Geopolítica é uma doutrina que se aplica ao Estado considerado como organismo geográfico, ou melhor, como organismo espacial. Por isso mesmo é a Geopolítica uma doutrina que pode ser aplicada ao Brasil. [...] vamos tentar aqui um esboço geopolítico do Brasil, em suas linhas mais gerais, de modo a fundamentar naquela doutrina a escolha, feita pela Comissão, da área destinada à futura capital. Essa fundamentação constitui uma preocupação constante da Comissão, desde os seus primeiros estudos. [...] Aliás, o Estado Maior Geral, por expressivo parecer de seu eminente Chefe, concorreu fortemente para uma tal orientação. Existe somente o Mundo, como um todo fechado e contínuo, cada vez parecendo menor ao homem que o domina com seus meios eficientes de transportes e comunicações. Nesse Mundo único existe uma grande ilha, a Eurásia, que constitui imensa terra sem solução de continuidade, habitada pela maior massa humana e contando com a mais formidável concentração de recursos naturais. Essa grande ilha, pela sua situação no conjunto do globo, pode ser chamada Terra Central. A Terra Central tem sido disputada pelas principais nações, desde que a política europeia assumiu proporções mundiais, na época da formação dos grandes impérios coloniais. Todas as guerras deste século e do fim do século XIX têm sido travadas pela posse de partes maiores ou menores dessa Terra Central. [...] A tese da absoluta superioridade do poder terrestre e, portanto, naval e aéreo da Ilha Mundial foi sustentada por sir Halford Mackinder. [...] Na América do Sul, o Brasil possui uma grande área que se pode chamar também de Terra Central, ou heartland. Essa Terra Central, que pertence integralmente ao Brasil, não está, entretanto, ocupada pelos brasileiros senão em proporções insignificantes. [...] De modo que do ponto de vista da geopolítica sul-americana, sob o qual devemos encarar a segurança do Estado brasileiro, o que precisamos fazer quanto antes é realizar a ocupação da nossa Terra Central, mediante a interiorização da capital, porque esse é o meio que todos reconhecem como o mais rápido e eficaz para se realizar aquela indispensável ocupação e o consequente fortalecimento econômico da Nação (COELHO, 1948, p. 19).

Vários são os pontos trabalhados no trecho que merecem destaque. O primeiro é a geopolítica como organismo espacial, onde a distribuição territorial e a ocupação do território desempenham papel central e, por consequência, cabe ao Brasil considerar o domínio de áreas estratégicas dentro do seu território.

Além disso, se refere ao conceito de Terra Central, ou heartland, uma área central vital para o controle geopolítico pautada nos estudos de Halford Mackinder (1904), um dos maiores autores da geopolítica que, em seu já citado texto *O Pivô Geográfico da História*, propõem o heartland global na Eurásia, uma área e controle territorial estratégico para o mundo. No Brasil, COELHO (1948) identifica essa mesma realidade no Brasil Central, uma região equivalente no cenário sul-americano que ainda estava pouco ocupada e desenvolvida no período

analisado, sendo muito rica esta análise em nossa temática. O autor ainda retoma o paradigma territorial do início do século XX de espaços vazios do interior, sendo uma questão relevante a segurança do Estado brasileiro ocupá-lo mediante a interiorização da capital.

Já no caso brasileiro, não é difícil perceber a relação entre nossa visão política com nossa suposta grandeza territorial, embora haja divergências em se analisar o Brasil como um país continental ou marítimo. MATTOS (2021) cita a fórmula de Backeuser para calcular o coeficiente de continentalidade, onde se deveria dividir a extensão da fronteira terrestre pela extensão da fronteira marítima, chegando neste caso ao resultado do Brasil ser um país continental. Já Golbery, em seu livro *Geopolítica do Brasil* (1967) afirma ser continental áreas situadas a 1.000 km da costa marítima, sendo o nosso território 40% continental, de acordo com essa perspectiva. Nenhuma das perspectivas leva em consideração, no entanto, o grau de desenvolvimento ou o quanto a região é ocupada, este último um dos pontos de preocupação histórica na política territorial brasileira.

Há diversos aspectos que configuram uma capital: sua localização no território, os fluxos com as diversas partes do território sob o domínio desta capital, os seus traçados urbanísticos com modelo arquitetônico.

A história da humanidade já observou diversas mudanças de capital, refletindo contextos nacionais como formação, expansão ou retração territorial, mudança no tipo de governo, enfim. Podemos citar rapidamente o caso da capital espanhola, Madri, a capital russa, São Petersburgo e posteriormente Moscou, a capital norte americana, Washington e, mais recentemente a capital egípcia, que está em vias de mudança de sua capital para uma nova que denominou de Nova Capital Administrativa.

Em relação à localização, são diversas as variáveis que as caracterizam: central ou periférica, marítima ou interiorana, se o centro econômico do país é o mesmo da capital e se esses por sua vez são o centro geométrico do território, se é isolada ou integrada, etc. Não há, no entanto, uma “teoria geral das capitais”, uma vez que para a constituição de cada uma delas, principalmente no aspecto de localização da capital, há questões muito particulares, especificidades que denotam cada contexto histórico, geográfico e geopolítico (tanto estruturais quanto conjunturais) de cada local e período. Não é possível, portanto, o estabelecimento

de leis gerais no que tange à constituição ou mudança de uma capital dentro de um território.

Um dos primeiros estadistas da República, José Bonifácio, em 1821, já refletia sobre nossa mudança de capital: “da capital, especialmente erguida no interior do Brasil abrir-se-iam estradas para as diversas províncias e portos de mar, de maneira a colocar o governo em posição central com comunicação em todo o país” (BONIFÁCIO, 1821<sup>21</sup>, in MATTOS, 2021, p. 11). Esse processo, que só iria se realizar efetivamente em 1960, mais de um século depois, reflete o sentimento de colocar o Estado brasileiro em contato com sua massa continental.

Um conceito que aparece neste momento é o de Planalto Central, saindo da conceituação geomorfológica e se projetando para outras áreas da geografia e na mídia, buscando substituir o Brasil Central para se referir ao interior do Brasil que seria ocupado neste período. O Planalto Central, não se referindo aqui à sua definição geomorfológica mas sim política, se refere a áreas de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e atual Distrito Federal. O conceito está presente na Constituição de 1891, em seu artigo 3º: “Art 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal” (BRASIL, 1891, p.1).

Muito do que entendemos sobre o Planalto Central vem das expedições ocorridas em 1947, organizadas pela Comissão De Estudos Sobre a Localização da Nova Capital do Brasil. A primeira foi chefiada pelo professor Francis Ruellan, e realizou estudos em oito zonas diferentes para localizar o ponto mais adequado à introdução da nova capital. Já a segunda, alvo de maiores estudos, foi chefiada pelos renomados geógrafos Fábio Guimarães e pelo professor Leo Waibel:

O chamado Planalto Central do Brasil é uma região de características próprias, que a distinguem nitidamente de outras regiões brasileiras. Não se trata de uma área arbitrariamente considerada, pelo simples fato de se achar situada no centro do país, mas sim de uma verdadeira região geográfica, caracterizada por aspectos gerais quanto ao relevo, clima, vegetação, hidrografia, ocupação humana, tipos de economia, etc (GUIMARÃES, 1949, p. 3).

Fábio Guimarães fornece, em texto citado, grande disponibilidade de informações a respeito da região conhecida como Planalto Central do Brasil. Trata do relevo da região, de seu clima, hidrografia, vegetação, solos, ocupação humana

---

<sup>21</sup> Obra original: Lembranças e Apontamentos, 1821, José Bonifácio.

e tipos de economia. Os autores delimitam a região do Planalto Central em sua porção leste começando no Triângulo Mineiro, afirmando que aí sua delimitação é fácil. Porém, ela se torna complexa quando se avança em direção a noroeste, pois aí o Planalto Central se mistura com a planície amazônica.

Na sessão de ocupação humana, o paradigma vigente no período é reiterado: o autor afirma que se encontra, no Planalto Central brasileiro, de imensos espaços despovoados onde o viajante tem de percorrer dezenas de quilômetros sem ver uma casa. Afirma que os latifúndios são a regra e a população vive isolada uma da outra, sendo a agricultura a grande condensadora da população.

De acordo com VESENTINI (1987), a escolha do Planalto Central não foi puramente geográfica, baseada nos conceitos de localização, estratégia e precisão, mas afirma ter sido também criada uma narrativa sobre a história nacional, relacionando-a com o Planalto Central. O autor afirma ter sido Varnhagen, o barão de Porto Seguro, quem fixou, baseado em mapas, o local denominado de Planalto Central para a inserção da nova capital, cabendo às posteriores expedições apenas ratificar o local. Além disso, entidades que estavam historicamente comprometidas com a construção da nação, como o IHGB, viam na interiorização da capital um mecanismo de construção da nação brasileira. O planalto foi escolhido por ser a área mais central do território brasileiro, mesmo que não esteja localizado exatamente no centro geométrico do país. Algo interessante que se acha na bibliografia a respeito do local de escolha da nova capital é que alguns autores consideram este o local de encontro das três grandes regiões brasileiras: Amazônica, Franciscana (nordeste) e Platina (meridional).

A localização da nova capital também foi discutida em ser incorporada na região do Triângulo Mineiro/MG, com a alegação de que a tão buscada centralidade nacional se atingiria a partir deste ponto. Voltam à tona discussões como a que “Uberlândia seria a boca do Sertão”, como foi tantas vezes dito nas propagandas da Marcha Para o Oeste, como tratado no capítulo anterior.

As ideias já eram tratadas anteriormente. Francisco Adolfo de Varnhagen (1816 - 1878), o visconde de Porto Seguro, foi um dos principais nomes brasileiros a tratarem do assunto de forma pública. Historiador, integrante ativo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB e diplomata, era da elite intelectual do Império e diplomata brasileiro na Europa em um momento de consolidação dos Estados-Nação, o que fez com que se preocupasse com a construção na nação

brasileira, com ênfase em sua integridade, coesão e integração do território. Varnhagen via no Estado a força central do processo civilizatório, além da maior expressão da nacionalidade, o que explica sua repulsa aos movimentos regionalistas que ocorreram na história do Brasil. É autor do livro *História Geral do Brasil* (1854) e de *"A questão da capital: marítima ou interior?"* (1877), diretamente ligado a nosso tema. O autor, que sempre insistiu na mudança da capital do país para o interior, denomina de Planalto Central essa área em Goiás onde seria ideal para sediar a nova capital, e escreve:

Ora pois, hoje que não somos colônia; que não necessitamos de estar em dependência de Lisboa, e que as vantagens de termos a capital sobre o mar não compensam a fraqueza e comprometimentos que daí podem resultar para a Nação, e outras muitas desvantagens que se colheram de a transferir para o Interior [...] assentamos por princípio que na capital do Império [...] não deve ser em porto de mar, sobretudo atualmente, em que graças à invenção dos caminhos de ferro podemos fazer em algumas horas comunicar com a beira-mar qualquer ponto do Sertão. [...] Os governos cuja sede está no interior do país tratam mais que os outros em cuidados de facilitar as comunicações, que são as veias e as artérias do Estado, que sem elas definha e morre. Ao mesmo tempo, uma capital central pode distribuir com mais igualdade, em diferentes raios, sua solicitude. [...] O rio seria boa capital se o Brasil tivesse em vista absorver a África, assim como seria a cidade de Cuiabá ou Mato Grosso se quiséssemos ameaçar os Estados do Sul. Mas se a nossa missão for só conservarmos íntegro o território que era de nossos pais, e melhorá-lo quanto possível, a capital num lugar forte e central é melhor (VARNHAGEN, 1977, p. 10)<sup>22</sup>

O tema da mudança da capital federal foi essencial para a Geografia Política brasileira, sendo necessária retomar os principais autores, temáticas e história desta área do conhecimento. Um dos pioneiros da Geografia Política foi Everaldo Backheuser (1879 - 1951). O autor tem ampla contribuição para os estudos da mudança geopolítica da capital federal para o Planalto Central, como: BACKHEUSER, Localização da nova capital do país no Planalto Central (1947), O Retângulo Cruls. (1947), Localização da Nova Capital: Clima e Capital. (1947), Localização da Nova Capital: Critérios e Escolhas. (1947) e Localização da Nova Capital: Ponto Nevralgico. (1948). Como se percebe, o autor contribuiu principalmente para o entendimento de qual local era mais adequado do ponto de vista geopolítico. Ele afirma:

É indispensável coordenar a mudança da capital com uma série de obras públicas que a completem. Sempre imaginei a transferência da capital como seguida (e talvez mesmo precedida) de um sistema racional de comunicações, fáceis e baratas, para os diversos azimutes do litoral e das

<sup>22</sup> Foi optado por converter a escrita de palavras às normas ortográficas atuais, ao invés das utilizadas no período.



fronteiras terrestres. E por quê? Porque o problema primordial das Nações ocupantes de espaços desérticos é povoá-los, não transitória e precariamente mas de modo estável e duradouro. Para fixar a população ao solo cumpre possuir rede de comunicações abundantes, para que se dê exploração econômica efetiva. A mudança de capital não é, portanto, um fato isolado, como que solta no ar. Cumpre acompanhá-lo de uma política territorial bem estruturada[...]" (Backheuser, 1947, p. 1084).

É interessante o autor pontuar as diversas obras que seriam necessárias antes, durante e depois da implementação da nova capital, uma vez que Brasília se transformou na meta síntese Plano de Metas de JK. O autor já sabia que a transferência da capital federal seria uma obra de tamanha envergadura que iria ocasionar uma série de efeitos multiplicadores na economia, onde quer que fosse instalada. O autor também se refere ao Planalto Central, onde a capital seria instalada, como região desértica de nosso país, evidentemente na perspectiva demográfica.

Sobre Backheuser, COSTA afirma:

A proposta de Backheuser no tocante à localização da capital manifesta também essa tendência à centralização. Partindo das ideias de Ratzel, Otto Maull e mesmo de C. Vallaux e J. Brunhes (em relação aos quais ele engenhosamente transforma divergências em concordâncias), ele vê o papel das capitais como essencial para os mecanismos promotores da coesão do todo nacional-territorial. Por isso, defende a centralização geográfica e geopolítica da capital brasileira, de modo que, a partir dessa "nova posição", pudesse fazer frente aos desafios da integração interna e às exigências da defesa estratégica em relação ao meio externo. Desse modo, e refletindo o ponto de vista dos setores militares do período, defende uma localização que situe a capital no "centro de gravidade do sistema geopolítico" (COSTA, 1992, p. 191).

Mais à frente em seu estudo, GUIMARÃES (1949) define o que considera como dois conceitos extremamente importantes para a discussão política da nova capital: os conceitos geopolíticos de *sítio* e *posição*. Tais conceitos fariam parte do arcabouço de contribuições feitas pela geografia à discussão da mudança da capital nacional, uma vez que as diversas áreas oferecem distintas contribuições. A contribuição da geografia seria essencial. Voltando aos conceitos apresentados, os autores definem:

Entende-se por "sítio" Conjunto de aspectos intrínsecos do local em que se acha a cidade, bem como das zonas imediatamente circunvizinhas. São as características do relevo, do clima, do solo, da vegetação, etc. da área ocupada pela cidade e suas circunvizinhanças, considerados em si mesmos. Por "posição" compreende-se a situação da cidade em relação a outras áreas distintas, mesmo que muito afastadas, em relação ao conjunto do país e até do continente, em suma. Não é um conceito puramente geométrico,

que se possa exprimir simplesmente pelas coordenadas geográficas (latitude e longitude), pois envolve considerações a respeito das condições geográficas de outras áreas que não aquela que se acha estritamente ocupada pela cidade. Tais considerações se referem, por exemplo, à situação da cidade em relação a acidentes geográficos distantes, tais como as grandes linhas de relevo, os cursos d'água importantes, as fronteiras políticas, as vias mestras de transportes e comunicações; à proximidade ou afastamento do mar; às suas relações com outras cidades e outras regiões do país, tendo em vista as facilidades ou dificuldades de comunicação, de intercâmbio econômico, etc. (GUIMARÃES, 1949, p. 497).

Ambos os conceitos são necessários para uma análise completa da introdução de uma capital, porém, as abordagens são distintas. Para se aprofundar no sítio, trabalhos de campo *in loco* são necessários, além de mapas pedológicos, geológicos, climatológicos, hidrológicos, etc. Análises laboratoriais, como para os tipos de solo, por exemplo, podem ser bem vindas. As cartas utilizadas serão de média a grande escala, uma vez que o nível de detalhamento é alto. Já na posição, os mapas e cartas utilizados deverão ser de pequena escala, enquadrando o país como um todo e até o continente, para que não se perca a visão do conjunto. Os fluxos (financeiros, de pessoas, de comunicações, etc) que ocorrem em direção àquela cidade, ou futura cidade como no caso de Brasília, deverão ser estudados, abordando uma temática mais abstrata. Os fixos, que possibilitam a transação dos fluxos, que a região já conta deverão ser levados em conta, e também a possibilidade da inserção de novos fixos. O sítio é suscetível à modificação humana, mas a posição não.

Podemos refletir que no caso específico da escolha de um local de introdução da nova capital, o conceito de posição se faça mais presente, se tornando assim mais importante e conseqüentemente mais estudado: “Para o país interessa muito mais a posição em que se acha sua capital, do que o sítio. Este interessará, certamente, de modo particular, aos habitantes da capital, mas não ao conjunto da nação.” (GUIMARÃES, 1949, p. 498).

Para a geopolítica brasileira, Fábio Soares GUIMARÃES (1949) faz contribuições interessantes para pensar a mudança da nova capital. Para o autor, além da função urbana que toda cidade tem, a capital adquire funções administrativas relativas ao seu papel, com poder mais ou menos centralizado, dependendo do Estado em questão, além de uma função estratégica/militar, que em outros momentos foi mais decisiva e hoje passa a ter um contexto secundário.

Em relação à interiorização do país e o que chama de “função colonizadora”, o autor diminui a importância neste processo. Alega não ser capaz de uma única cidade incorporar tal função, mesmo a capital, uma vez que a função colonizadora já esteve presente em vários municípios, como Anápolis e Goiânia, ambas em Goiás, ou Uberlândia, Uberaba e Ituiutaba, todas em Minas Gerais. Todas essas cidades, continua o autor, já foram denominadas de “boca do Sertão”, fazendo com que essa função seja distribuída a mais de uma cidade, não sendo possível portanto atribuir essa responsabilidade exclusivamente à nova capital. Afirma que o motivo de se colocar Brasília no centro do país não se deve a sua função colonizadora, mas sim a uma tendência de todo país que constrói sua capital, de colocar no centro nacional justamente pela função administrativa que carrega.

Neste estudo, discordamos da posição apresentada por Fábio Guimarães. Trabalhamos com a tese específica de que a mudança da capital federal foi uma continuidade da Marcha Para o Oeste, iniciada anos antes, que encontra no Centro-Oeste sua manifestação territorial. A escolha da localização da nova capital não se deu no centro geométrico do país, nem no centro demográfico do país. A escolha do seu local, em minha perspectiva, foi para atender aos anseios da interiorização, antigo projeto nacional. A escolha se dá no local de projeção futura, onde o Estado brasileiro busca se projetar territorialmente.

Uma função que o autor considera imprescindível para a nova capital é a unificadora, unificando as diversas regiões de um país, uma vez que as desigualdades regionais são sempre uma questão para a geografia. Considera relevante que a capital pense nas atuais, mas também nas futuras regiões da nação em importância, uma vez que o nível de importância econômica e demográfica das regiões de um país se altera na história. O autor cita diversos exemplos internacionais que exemplificam isso, como o caso de Washington, Ottawa e Canberra.

GUIMARÃES (1949) define três condições para uma boa posição da nova capital:

1. “situação central em relação às regiões povoadas do país, isso é, em relação ao ecúmeno;
2. situação tal que permita fáceis comunicações com as diversas regiões do país, tendo em vista a função unificadora da capital e mantendo seu estreito contacto com a *core area*;
3. proximidade de uma divisa interestadual;” (GUIMARÃES, 1949, p. 502).

Em relação ao primeiro item apresentado por Guimarães, o autor utiliza um mapa da densidade populacional do Brasil em 1940, evidenciando que o local central em relação às regiões povoadas do Brasil se encontrava na parte sudeste do Planalto Central. Em relação ao segundo item, o autor considera que a região que vai do Norte do Paraná ao nordeste de Minas Gerais forma a *core area* do país, sendo necessário a capital manter estreitos laços com essa região, onde se localizavam os maiores centros econômicos e culturais da nação. No terceiro item, observou-se que não havia dificuldade em localizar a nova capital próxima a uma divisa interestadual.

Foi assim, no trabalho apresentado por GUIMARÃES (1949), optado pelos estudiosos do tema por 8 “zonas”, ou áreas, que atenderam a todos os requisitos para a introdução da nova capital:

- Zona A: Uberaba-Araxá;
- Zona B: Ituiutaba;
- Zona C: Uberlândia-Tupaciguara;
- Zona D: Alto Paranaíba ou zona de Patos de Minas;
- Zona E: Ipameri-Pires do Rio;
- Zona F: Goiânia-Anápolis;
- Zona G: Retângulo Cruls ou zona de Planaltina;
- Zona H: Chapada dos Veadeiros.

As zonas escolhidas foram representadas no estudo no mapa da figura 10.

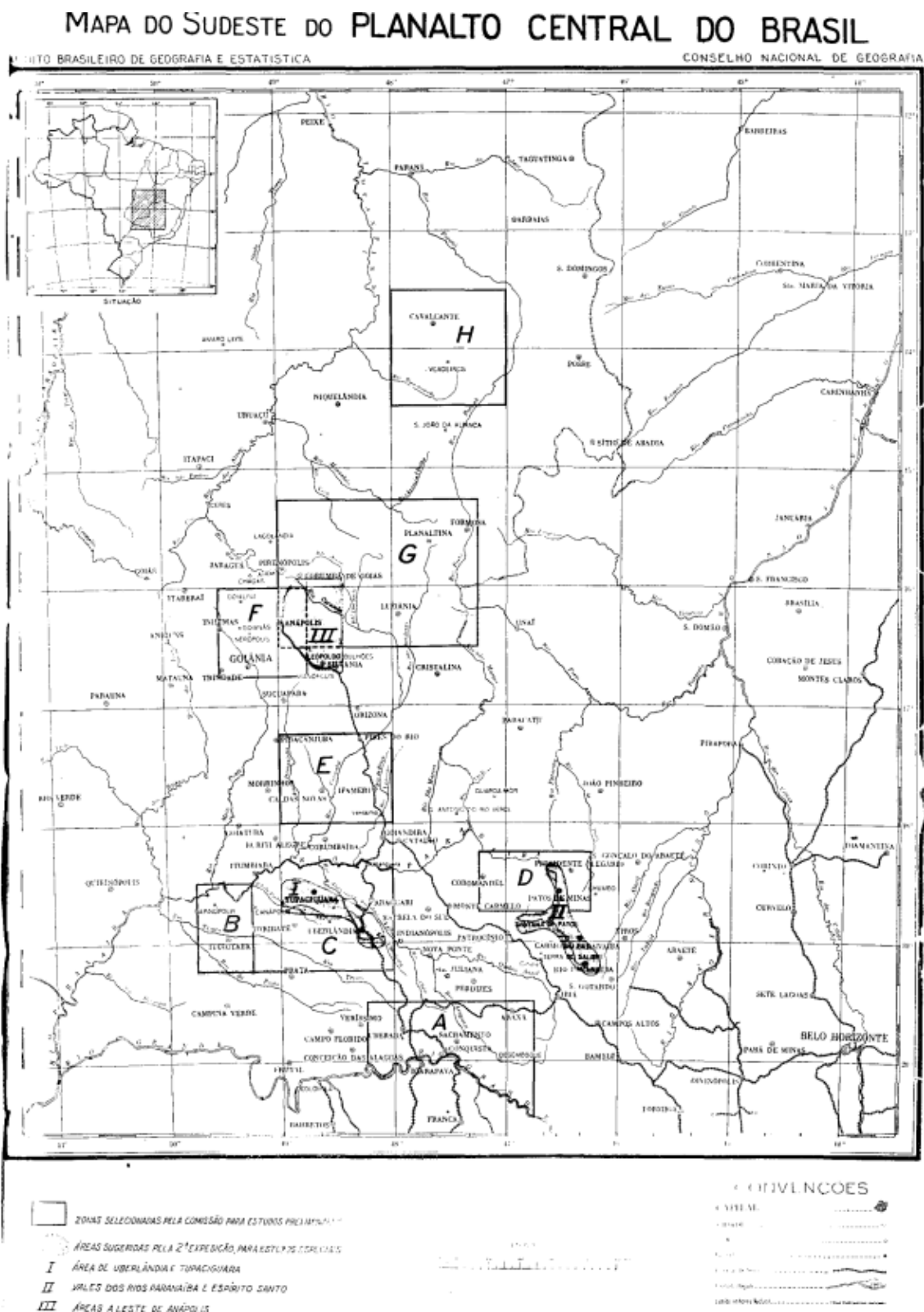


Figura 10: Mapa do Sudeste do Planalto Central do Brasil;

Elaborado por: GUIMARÃES, 1949, p. 507.

Posteriormente neste estudo, Guimarães chama atenção para as 8 características que compõem um bom sítio. Ele considera que a topografia, clima,

abastecimento de água, proximidade de florestas, energia hidráulica, materiais de construção, natureza do subsolo e paisagem atraente compõem a caracterização do local da nova capital. No estudo, o autor fornece pontuação para cada uma das características, a fim de localizar a área mais atraente à nova capital. Topografia e clima receberam as maiores pontuações.

O autor aplica os conceitos de boa posição e bom sítio para as 8 zonas selecionadas. A escolhida foi a G - Retângulo Cruls. A zona era criticada na obra, mesmo tendo sido escolhida: havia densidade demográfica baixa (entre 2,5 e 1 hab/km<sup>2</sup>), tendo posição remota em relação à *core area* do país, porém com proximidade de uma divisa interestadual. Nas condições de sítio, a topografia foi considerada positiva, porém apresentando falta de grandes cursos d'água, baixos recursos em energia hidráulica, baixa proximidade de florestas, além de solos pobres típicos dos campos limpos do Cerrado. A paisagem é descrita como “monótona”, porém rica em material de construção. Torna-se, pois, necessário nos aprofundarmos nessa área, nesta escolha e na caracterização deste processo

#### **4.2 O Quadrilátero Cruls e a nova capital**

O Quadrilátero Cruls foi como se convencionou chamar a área demarcada pela expedição chefiada pelo astrônomo e geógrafo belga Luís Cruls que, em 1892, durante o mandato do presidente Floriano Peixoto, explorava o Planalto Central brasileiro com o fim de escolher o local da nova capital. A comissão, denominada de Comissão Exploradora do Planalto Central, foi composta de 21 outros membros, entre naturalistas, engenheiros, botânicos e geólogos: “Convencionou-se, de 1892, denominar “retângulo Cruls” aquela área de 14 4000 km<sup>2</sup> localizada em torno dos 15° aos 16° de latitude sul e por volta de 47° a 49° de longitude oeste” (VESENTINI, 1987, p. 87), contendo formato retangular. Em seu relatório final, publicado em 1894, Cruls afirmava ser aquela área dotada de clima regular, temperatura variável, permitindo a fácil existência humana. Além disso, o relatório detalha diversos aspectos referentes à geografia física, como tipos de rochas, topografia, etc. VESENTINI (1987) afirma, porém, que o relatório final deixou de fora uma série de discussões necessárias e relevantes para a geopolítica e geografia política brasileira, como de posição, situação e até mesmo de sítio, nem mesmo uma discussão efetiva do significado do conceito de cidade-capital para a sociedade brasileira, simplesmente ratificando e justificando um local que já havia sido escolhido anteriormente, o quadrilátero Cruls.

VESENTINI (1987) faz uma discussão interessante em seus estudos sobre Brasília e a historiografia construída em cima da necessidade da nova capital. O autor afirma que a historiografia tradicional se utiliza de grandes personagens da história, de linhas do tempo lineares e de grandes acontecimentos, como se a história fosse uma evolução linear de ideias que vão crescendo até efetivamente se concretizar, eliminando os diversos contextos onde essas representações foram construídas, ignorando também as narrativas e ideologias vigentes no período em que foram criadas. O autor cita o *Risorgimento*, processo de unificação italiana que ocorreu a partir de 1848, para se referir a como um país pode criar uma biografia própria, baseada em uma narrativa construída posteriormente. Tal construção foi estudada por Gramsci em 1974, no livro que leva o nome do processo, não traduzido para o português. Vesentini considera que se trata de um procedimento de criar um passado mítico e com isso ignorar a história real, apagando a história daqueles que perderam e mantendo a versão dos que venceram, em um processo de dominação. Presenciamos isso repetidamente na história do Brasil, na “Independência” ou no “Descobrimento” e, de acordo com o autor, vemos novamente esse processo na construção de Brasília:

Após a construção de Brasília, esse procedimento adquire um significado bastante distinto, pois agora não se trata mais de reescrever a história visando a um projeto - como foi o caso de Varnhagen como em sua "construção da Nação"-, mas sim de anular a história real onde se insere o ato (as determinações sociais e históricas das quais a construção de Brasília tornou-se resultado, como político) em proveito do mito, a ideia de uma cidade capital no interior, que teria sido colocado em diversos momentos: em Tiradentes, José Bonifácio, no sonho de Dom Bosco, em Varnhagen, etc, até sua operacionalização por Juscelino Kubitschek.

O autor considera esse procedimento historiográfico como acrítico, uma vez que não se percebe nele os distintos movimentos da história, as ideias e ideologias do contexto, as narrativas daqueles que foram deixados de fora da história, enfim. Esse procedimento se materializa em trabalhos acadêmicos e em materiais escolares, onde se utilizam simples linhas do tempo de nascimento e contribuição de “grandes heróis nacionais” para se contar a história de Brasília.

Esse é um dos aspectos fundantes do pensamento geopolítico brasileiro. O já citado procedimento historiográfico acrítico citado por Vesentini se encontra com a ideia de maior fortalecimento e centralização do Estado, e também em um grande conjunto de propostas que buscam reorganizar o território brasileiro, ligando a segurança nacional, a unidade tanto política quanto territorial às políticas territoriais.

Voltando a obra de Everardo Backeuser, tratado na bibliografia como o primeiro geopolítico do país, é um autor referenciado pelos demais. Para este autor, seria necessário romper com toda possibilidade de separatismo que vemos no Brasil, onde o país se encontra em um pêndulo entre políticas centralizadoras e movimentos regionalistas. Para ele, uma capital centralizada seria uma das possibilidades de superar tal condição. O autor, em seu livro *A geopolítica geral e do Brasil* (1952) aborda diversos temas relevantes na geopolítica, partindo principalmente do considerado pai fundador dessa ciência: Rudolf Kjellén. Backeuser também estudou a transferência da capital brasileira para o interior. Em artigo publicado no Boletim Geográfico do IBGE denominado *Localização da Nova Capital: Ponto Nevralgico*, escrito em 1948, o autor afirma que a integração do território deve ser pautada pela ampliação da rede de transportes, afinal o principal problema de “nações ocupantes de espaços desérticos” é povoar seu território.

VESENTINI (1987) reitera que a interiorização da capital federal foi um dos temas mais discutidos pelo discurso geopolítico brasileiro. A temática, entretanto, não se localizava sozinha no debate, sendo acompanhada geralmente de outros temas, como a interiorização do território e a industrialização brasileira, associados a um projeto de *reorganização espacial* para o país, como:

a integração mais efetiva do espaço nacional. a ocupação do interior do país mediante uma “Marcha Para o Oeste” e a mudança da capital federal; o estabelecimento de uma divisão territorial (administrativa) “mais racional” do País; a construção de uma rede de transportes densa e eficaz, para facilitar a interiorização da economia e da população; a preocupação com as fronteiras do País; e, o grande tema, que praticamente incorpora e norteia os demais, o de se estabelecer metodicamente um conceito de “segurança nacional” (p. 86).

O autor defende, inclusive, que a transferência da capital é uma continuação da Marcha Para o Oeste, apesar de não ter sido efetivada pelo Estado Novo. Devemos entender que, como evidenciado nos estudos de Cassiano Ricardo tratados no capítulo anterior, a Marcha Para o Oeste foi tratada como uma tentativa de continuação das bandeiras, afinal a fronteiras políticas expandidas pelos bandeirantes não se transformaram em fronteiras econômicas, sendo necessário, de acordo com a propaganda oficial, incorporar economicamente o Brasil Central ao restante do país. A mudança da capital, portanto, se insere nessa continuação:

Apesar de normalmente se apresentar (tanto antes quanto depois da construção de Brasília) a edificação da nova capital como uma obra que seria importante para a ocupação e povoamento efetivo do Brasil-Central, na



realidade a possibilidade dessa interiorização da cidade-capital pressupunha um certo nível de povoamento para ser viável. Brasília não inicia nenhum processo de ocupação do Brasil-Central, como às vezes se propaga, mas se insere como uma etapa num processo iniciado por volta da década de 1930, onde surgem como elementos importantes: a Fundação Brasil Central, órgão federal que promoveu expedições de reconhecimento, construiu estradas, campos de pouso e algumas cidades (como Aragarças); a construção de Goiânia, inaugurada em 1942; o próprio crescimento demográfico e expansão da agropecuária do país, que, juntamente com aquelas estradas e cidades recém-construídas, deram origem a uma redescoberta de áreas interioranas na década de 1940 [...]. Brasília surge, nesse processo, como uma etapa que o acelerou, mas que, por sua vez, teve nele uma de suas condições prévias de efetivação (VESENTINI, 1987, p. 117).

Vários são os aspectos que motivaram a mudança da capital, além do principal que estamos tratando neste capítulo: a necessidade de interiorizar o território e o povoamento nacional. Além da interiorização, foram citados em discussões e relatórios a segurança e defesa da capital federal no caso de uma guerra, já que o Rio de Janeiro é uma cidade litorânea, uma tentativa de dar novo fluxo à economia nacional, tendo Brasília como vetor do progresso, grandes problemas urbanos no Rio de Janeiro que no início do século XX já se faziam presentes, o fato de que a pressão popular de movimentos sociais não seria tão grande em uma nova capital e até mesmo o grande calor na antiga capital era um motivo a ser citado.

Na questão de segurança e defesa, VESENTINI (1987) contribui novamente com este debate:

para a geopolítica o “país” (com ênfase no território) tem no Estado o seu sujeito e, este, no governo federal (instalado na capital), a sua “cabeça”. Portanto, a conquista da cidade-capital, segundo uma imagem sugestiva que aparece em inúmeras obras de geopolítica, tornaria o Estado “acéfalo”. Como se vê, uma concepção que Tocqueville já havia assinalado no contexto europeu: o objetivo da guerra, na visão napoleônica que teria se tornado dominante, seria ocupar a cidade-capital do país inimigo (VESENTINI, 1987, p.105).

É citado também o argumento - mantendo a analogia da cidade-capital como o cérebro pensante de um organismo territorial – de que a localização central da capital nacional seria mais conveniente no centro do território, ou seja no Planalto Central, pois com a centralidade viria maior domínio do que se ocorre pelo interior do Brasil, afinal um coração do país interiorano teria maior representação nos assuntos brasileiros.

Percebe-se que, a partir de 1946, a interiorização da capital ganha grande destaque entre as discussões parlamentares e a imprensa, porém, como já

demonstrado, é uma continuação de discussões há muito já alimentadas no Brasil, fazendo parte do debate territorial vigente pelo menos desde o final do século XIX. VESENTINI (1987), porém, demonstra que mesmo que a temática tenha sido incluída na Constituição de 1891, ela foi relativamente pouco abordada até 1946. Com a exceção da demarcação do Quadrilátero Cruls, em 1892, pouco e quase nada se fez até 1946. Um dos motivos para essa data de início da efetiva interiorização da capital é que os meios de transportes necessários para tal seriam outros, mais tecnológicos, daqueles disponíveis no final do século XIX e começo do XX, sendo o rodoviarismo o mais importante deles (o tema do rodoviarismo é central neste período, e por isso será abordado com a merecida profundidade mais à frente no capítulo). Outro motivo frequentemente citado nos estudos do período, é que houve uma continuidade na centralização política do governo federal dos governos passados de Vargas. A construção de uma nova capital, principalmente em um território que não era dotado do tipo de infraestrutura necessária, só seria possível com um grande nível de centralização política e orçamentária no governo federal.

Em 1946, Polli Coelho é nomeado pelo Marechal Dutra como Presidente da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, e dois anos depois, este solicita ao congresso que redija uma lei aprovando essa mudança. Em 1952, no segundo governo de Vargas, o congresso aprova a lei que solicita pesquisar no Planalto Central a nova capital.

Com o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, Café Filho nomeia outra pessoa para presidir a comissão, o Marechal José Cavalcanti de Albuquerque. Dois anos depois ocorre a posse de Juscelino Kubitschek à presidência, e este já mantinha contato com Albuquerque. O novo governo, iniciado em 1956, não poderia ignorar essa temática, da interiorização da capital, cada vez mais vista como inevitável no Brasil. Ele devia fazer uma escolha: de ir contra a mudança, há tanto já discutida e comentada no país, algo como “nadar contra a maré”, propôr uma nova localização como no Triângulo Mineiro, ou aderir ao Quadrilátero Cruls.

VESENTINI (1987) afirma que o presidente do período se apropriou deste projeto político, se apoderando e incorporando como seu esse antigo plano da mudança da capital. Juscelino deve ter percebido, além de ter sido aconselhado, que grande parte da imprensa do período apoiava a mudança, e que seria muito mais benéfico utilizar o projeto em seu capital político, se apropriando de uma tendência já existente no cenário nacional.. O autor citado afirma, utilizando um dos

discursos do Presidente, que JK incorpora essa ideia em seu projeto de nação, no Novo Brasil, que pretendia fazer:

Tudo teve início na cidade de Jataí, em Goiás, a 4 de abril de 1955, durante minha campanha como candidato à Presidência da República. Os políticos que me antecederam realizavam sua pregação ao longo das cidades e capitais, situadas na faixa litorânea. A conduta que adotei era inédita, e revelou-se da maior eficiência possível. Ao invés das populações do litoral, iria falar, em primeiro lugar, aos eleitores do Brasil Central. No discurso que ali pronunciei, referindo-me à agitação política que inquietava o Brasil e contra a qual só via um remédio eficaz - o respeito integral às leis -, declarei que, se eleito, cumpriria rigorosamente a Constituição. [...] Foi nesse momento que uma voz forte se impôs, para me interpelar: "O senhor disse que, se eleito, irá cumprir rigorosamente a Constituição. Desejo saber, então, se pretende pôr em prática o dispositivo da Carta Magna que determina, nas suas Disposições Transitórias, a mudança da capital federal para o Planalto Central. [...] Até então, eu não me tinha preocupado com o problema. Entretanto, a partir dali, e no desdobramento da jornada eleitoral - quando percorri o País inteiro -, deixei-me empolgar pela ideia. O grande desafio da nossa história estava ali: seria forçar-se o deslocamento do eixo do desenvolvimento nacional. Assim, o brasileiro poderia tomar posse de seu imenso território. E a mudança da capital seria o veículo. O instrumento. O fator que iria desencadear novo ciclo bandeirante (KUBITSCHKE, 1975, apud VESENTINI, 1987, grifo meu).

Vários são os pontos relevantes do discurso do ex-presidente. O primeiro deles é a utilização do conceito de Brasil Central, destacando a importância do termo no período, como reiteramos constantemente nesta pesquisa. O segundo é a visão que o grande destino/desafio, como se percebe na citação, seria o Brasil tomar posse de seu território, ou seja, ocupar efetivamente o Centro-Oeste, tendo na mudança da capital o mecanismo para tal, ou veículo, nas palavras de JK. O terceiro é que realmente o ex-presidente se apropria, incorpora em si mesmo um processo que já estava em curso há décadas: a interiorização do território brasileiro rumo ao Brasil Central. O quarto e último ponto se refere ao já citado processo de associar a Marcha Para o Oeste, e no caso a continuação da Marcha que corresponde à interiorização da capital, com as Bandeiras efetivadas pelos Bandeirantes, tão estudado por Cassiano RICARDO (1970). Ao fazer essa ligação, juntamente como Getúlio Vargas havia feito anos antes, dinamizava o projeto junto às elites e à intelectualidade brasileira.

VESENTINI (1987) ressalta que a questão é mais profunda do que retratada no discurso. Afirma que a interiorização da capital não consta em seus planos de campanha, se referindo à temática apenas depois de ganhar a disputa presidencial. Seu slogan de campanha era "energia e transporte", o Plano de Metas não continha,

inicialmente, menções à interiorização da capital, sendo incluída posteriormente como “meta síntese”. Entretanto, ressalta o autor, Brasília não destoa dos outros aspectos que caracterizam o governo de JK, como um planejamento mais centralizado da economia, maior presença de capital estrangeiro, a introdução da indústria automobilística, a indução de uma ideologia nacional-desenvolvimentista, etc.

As transformações econômicas deste período foram intensas. A economia brasileira percebe forte elevação da produção industrial, principalmente naquelas relacionadas a equipamentos de transportes, mas também elétricas e mecânicas. A produção de bens de consumo duráveis passa a ser uma das bases da economia brasileira, principalmente no que tange à produção de automóveis. Porém, nem tudo foram flores. VESENTINI (1987) relata que o novo padrão de acumulação retratado neste período percebe também fatores negativos, como carência de capitais e tecnologias, crescente inflação e grande aumento oligopolístico. Por mais que o Plano de Metas seja, reconhecidamente, um marco para o planejamento econômico no Brasil, ele também é reconhecido como um dos maiores passos conscientes e racionais em busca da industrialização nacional. Ele era constituído de 30 metas, que convergiam na 31ª, a meta síntese, sendo essa a construção de Brasília. Consistia em cinco setores: energia, transporte, indústria, educação e alimentação. O autor citado reitera que os avanços foram enormes, principalmente para as áreas de energia elétrica, petróleo, setor de transportes, indústria de base e intermediária.

VESENTINI (1987) se pergunta: Como foi possível tamanha aceleração industrial? O primeiro ponto tratado pelo autor é a conjuntura internacional, dita por ele como favorável. Empresas multinacionais, em especial dos Estados Unidos e Europa ocidental, abriram filiais em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil, em um movimento de internacionalização do capital industrial. Em segundo lugar, o autor pontua um movimento anterior de preparação que teria ocorrido em período pretérito a este. É citada a concentração de recursos públicos no governo federal ocorrido no Estado Novo, fato muito importante para a consolidação posterior das metas. No Estado Novo onde foram criadas empresas estatais no setor de base, importantes para o período, agindo para maior industrialização. Há também um argumento central para o autor que se trata de uma superexploração da força de trabalho. Os candangos, nome utilizado para se referir aos trabalhadores da construção da nova capital, chegavam de todas as partes do Brasil, mas

principalmente da região Nordeste. Segundo o autor, o número de pessoas na área do novo Distrito Federal passa de aproximadamente 12 mil pessoas de julho de 1957 para aproximadamente 28 mil no ano seguinte, e 64 mil no próximo ano, sendo muito comum neste período, como relatado por ele, a utilização de caminhões que passavam nas cidades “recolhendo” trabalhadores para a obra, principalmente da NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital. O autor relata neste período uma intensa utilização da mão de obra disponível, com grandes turnos de trabalho, ocasionando inclusive, elevação nos índices de acidentes de trabalhos e acidentes fatais.

Para concluir, percebe-se que, como buscamos demonstrar nestes escritos, a mudança na capital brasileira e a consequente construção de Brasília representa uma continuidade no antigo projeto de integração e interiorização do território, demonstrando conteúdo semelhante com as políticas de Vargas. A mudança, no entanto, está na forma que o projeto assume, adquirindo mais imagens de modernidade associando Brasília com a industrialização. O processo estudado se aproxima da Geografia Política, tendo conceitos como *sítio*, *posição*, *hinterland* e *fundos territoriais* como importantes neste processo. Um antigo projeto assume uma nova roupagem, com a tão buscada *ocupação efetiva* do território norteando a política de mudança em nossa capital.

## Conclusão

O processo de formação territorial do Brasil foi marcado por dinâmicas complexas, que envolvem tanto a apropriação material do espaço quanto a construção simbólica de suas representações. Como demonstrado ao longo deste estudo, a ocupação da região Centro-Oeste reflete a interação entre discursos geopolíticos, estratégias de poder e projetos estatais, que se desdobraram de maneira distinta em diferentes momentos históricos e foram executados por diferentes agentes políticos e intelectuais. Desde as primeiras incursões da Comissão Rondon até a inauguração de Brasília, o Estado brasileiro mobilizou conhecimentos geográficos, cartográficos, históricos, econômicos e ideológicos para justificar e implementar suas ações de expansão e integração territorial.

A análise realizada neste trabalho demonstra que a apropriação do Centro-Oeste, nos marcos da Marcha Para o Oeste e da construção de Brasília, faz parte de um projeto maior que se estende ao longo de toda a história territorial do Brasil e que encontra continuidade em ambos os processos. Como argumenta Nogueira (2018), a conquista dos sertões sempre esteve associada a uma visão de progresso e modernização, frequentemente pautada na ideia de que o interior representava um espaço vazio ou atrasado, necessitando da intervenção estatal para ser integrado ao restante do país. Essa concepção, amplamente difundida pelo pensamento político-social brasileiro, fundamentou diversas iniciativas que tinham como objetivo a ocupação econômica e demográfica da região.

Trabalhamos como o Sertão, enquanto categoria geográfica e literária, foi historicamente construído como um espaço de negação, uma condição a ser superada no processo de modernização territorial brasileira. A dualidade Sertão/Litoral emergiu como um dos pilares interpretativos da formação nacional, delineando o interior como uma fronteira arcaica, desprovida de progresso, enquanto o litoral simbolizava a modernidade e a civilização. Esse modelo, amplamente difundido pelo pensamento social e político, consolidou a imagem do Sertão como uma região-problema, associada ao atraso, à miséria e à violência, elementos que justificariam sua incorporação aos projetos estatais de integração territorial. A literatura modernista da Geração de 1930, ao retratar o Brasil profundo, reforçou essa narrativa ao apresentar os sertões como espaços de sofrimento e

resistência. Esses escritores, ainda que motivados por um impulso de denúncia social, acabaram por fornecer ao Estado um repertório simbólico que legitimava a necessidade de intervenção na hinterlândia nacional (LEITÃO, 2012), fornecendo ao Estado a construção simbólica que ele precisava para justificar suas ações. A superação do Sertão tornou-se, assim, um imperativo civilizatório, um processo contínuo de transformação territorial guiado pelo avanço da modernidade e do capital. Entretanto, como mostram as análises geográficas e historiográficas, essa transubstanciação nunca se completou: o Sertão, em suas múltiplas formas, persiste como uma realidade material e simbólica, sendo constantemente recriado nos discursos políticos, nos projetos estatais e nas representações culturais. O paradoxo reside no fato de que, ao mesmo tempo em que se busca superar o Sertão e que ele é criado como condição de superação, ele se reafirma como um espaço essencial na narrativa da construção nacional, perpetuando a lógica expansionista que orienta a formação territorial do Brasil.

A importância do conhecimento geográfico e cartográfico nesse processo também se revela fundamental. A Comissão Rondon, por exemplo, não apenas traçou linhas telegráficas e estabeleceu contato com populações indígenas, mas também produziu um vasto acervo de informações sobre a geografia do Centro-Oeste, que serviu como base para políticas de colonização e desenvolvimento. Como destaca Bernardino (2015), a Carta de Mato Grosso, publicada em 1952, resultou de extensos levantamentos de campo e consolidou o conhecimento sobre a região, fornecendo subsídios para a sua ocupação organizada. O mapeamento detalhado dos rios e das serras, a normalização dos topônimos e a produção de material cartográfico foram elementos centrais para a apropriação estatal do território. Esse processo não foi apenas técnico, mas também ideológico, pois reforçou a visão de um Brasil moderno, que precisava dominar e explorar suas terras interiores, até então consideradas vazias, para se alinhar às grandes nações desenvolvidas.

A expansão da fronteira agrícola e a ocupação da hinterlândia nacional seguiram uma lógica de Estado que via no Centro-Oeste um espaço estratégico. Durante o governo Vargas, a Marcha Para o Oeste buscou promover a ocupação do interior como forma de garantir a segurança nacional, ampliar a base econômica do país e reforçar a coesão territorial. Posteriormente, a decisão de construir Brasília reforçou essa estratégia, deslocando o centro de poder para uma região que, até

então, permanecia relativamente isolada. Esse movimento, como apontam autores como Vesentini (1987), teve implicações não apenas políticas, mas também simbólicas, pois reafirmou a necessidade de integrar os sertões ao projeto de modernização do Brasil.

Além disso, a produção de conhecimento geográfico sobre o Centro-Oeste não apenas forneceu bases para a formulação de políticas territoriais, mas também consolidou a própria Geografia como disciplina científica no Brasil. Como demonstra Nogueira (2013), a institucionalização da Geografia nos espaços acadêmicos e universitários coincidiu com o período em que o Estado intensificou sua atuação sobre o território, gerando um discurso disciplinar que legitimava e orientava as ações governamentais. A crescente valorização da cartografia, da análise regional e do planejamento territorial consolidou uma tradição intelectual voltada para a compreensão e ordenação do espaço nacional, reforçando a continuidade de temas como integração territorial e ocupação de áreas consideradas vazias.

Entretanto, como discutido ao longo desta pesquisa, a visão de um Centro-Oeste vazio e desocupado não corresponde à realidade histórica da região. Diferentes grupos sociais – indígenas, camponeses, quilombolas e ribeirinhos – já habitavam e transformavam esse território antes da chegada das frentes de colonização. A imposição de uma lógica estatal de ocupação muitas vezes desconsiderou as territorialidades preexistentes, gerando conflitos e processos de resistência que perduram até os dias atuais. A construção de Brasília e a expansão da fronteira agrícola trouxeram transformações significativas para a região, mas também evidenciaram os desafios da apropriação territorial conduzida sob a ótica do progresso econômico e da integração nacional.

Ademais, a exploração do Centro-Oeste trouxe consequências ambientais que ainda estão em curso. Como demonstram Sawyer (2018) e Silva et al. (2023), a conversão de vastas áreas do Cerrado para a agropecuária e o avanço da monocultura geraram perdas significativas de biodiversidade e alterações nos ciclos hidrológicos. A destruição do bioma Cerrado, intensificada a partir da segunda metade do século XX, reflete a continuidade de um modelo de ocupação territorial baseado na exploração intensiva dos recursos naturais, sem a devida preocupação com a sustentabilidade ambiental.

Assim, a formação territorial do Centro-Oeste deve ser compreendida não apenas como um processo histórico de apropriação estatal, mas também como um



campo de disputa entre diferentes projetos de uso do território. O Estado brasileiro, ao longo do século XX, mobilizou recursos técnicos e discursos ideológicos para justificar sua intervenção na região, mas isso não significa que as territorialidades locais tenham sido completamente suprimidas. Pelo contrário, as dinâmicas sociais e ambientais do Centro-Oeste continuam a se transformar, exigindo novas abordagens e reflexões sobre o futuro desse território.

Por fim, este estudo não se propõe a encerrar o debate sobre a formação territorial do Centro-Oeste, mas sim a contribuir para sua compreensão dentro do campo da Geografia Humana. Como argumenta Moraes (2002), a produção do espaço geográfico é um fenômeno contínuo, que envolve a interação entre diferentes agentes, escalas e temporalidades. Dessa forma, compreender a ocupação do Centro-Oeste significa analisar não apenas as ações do Estado, mas também os discursos que justificaram essa apropriação e as resistências que emergiram ao longo do processo. A Geografia, enquanto ciência do espaço, deve seguir aprofundando essa análise, buscando novas interpretações que contribuam para um entendimento mais amplo da organização territorial do Brasil.

O estudo da formação territorial brasileira, portanto, permanece aberto a novas investigações. Os processos de ocupação e valorização do espaço seguem em curso, e compreender suas dinâmicas é essencial para a formulação de políticas públicas que conciliem desenvolvimento econômico, equidade social e preservação ambiental. Como discutido, a ocupação do Centro-Oeste foi impulsionada por um projeto de Estado que visava à modernização e integração do território nacional. No entanto, os desafios contemporâneos impõem a necessidade de revisar essa trajetória, reconhecendo as múltiplas territorialidades existentes e promovendo um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

## Referências bibliográficas:

- IBGE. **Geografia do Brasil: Região Centro Oeste**. Rio de Janeiro, v.1. 267p. 1989.
- EMBRAPA. **Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial. Plantas para o Futuro - Região Centro-Oeste**. Biblioteca do Ministério do Meio Ambiente. 2016.
- VALVERDE, O. metodologia da geografia agrária. in: AGB-SP. **Reflexões sobre a geografia**. São Paulo: AGB SP, 1980.
- EMBRAPA. Santos, H. G. d. (et al). **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 5. ed., rev. e ampl. – Brasília, DF: Embrapa, 2018.
- CARVALHO, C *et al*; **Brasil: solos por regiões geopolíticas**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO, 33., 2011, Uberlândia. Anais. Uberlândia: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2011.
- NIMER, E. **Ensaio de um novo método de classificação climática: contribuição à climatologia intertropical e subtropical, especialmente do Brasil**. Boletim de Geografia. Rio de Janeiro, v. 31, n.277, p.141-153, 1972.
- BARROS, J. R. & BALERO, J. C. d. S. **A influência do clima e do tempo do Centro-Oeste do Brasil nas condições de voo na região**. Élisée, Rev. Geo. UEG - Goiânia, v.1, n.2, p.25-49, jul./dez. 2012.
- LIMA *et al*. **Classificação climática de thornthwaite (1948) para a região Centro-Oeste: uma abordagem inédita para a maior região produtora de grãos do Brasil**. SBIAGRO. 2021.
- ALVARES, C. A. *et al*. **Koöppen's climate classification map for Brazil**. Meteorologische Zeitschrift, Vol. 22, No. 6, p. 711–728. 2014.
- IBGE/MMA, **Mapa de Biomas do Brasil - Primeira Aproximação**. 2004
- MMA, **SNUC - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**. 2011.
- EMBRAPA. **Cerrado - Ecologia e Flora**. Volume 1. Embrapa Informação Tecnológica Brasília, DF. 2008.
- AB'SABER, A. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- SILVA, I. *et al*. **DESMATAMENTO NO Cerrado BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DAS ECORREGIÕES ARAGUAIA TOCANTINS, ALTO**

- PARANAÍBA E PARANÁ GUIMARÃES.** Disponível em: <<http://marte2.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/marte2/2023/05.14.23.22/doc/156188.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2024.
- D. Nepstad, B. S. S. Filho, F. Merry, A. Lima, P. Moutinho, J. Carter, M. Bowman, A. Cattaneo, H. Rodrigues, S. Schwartzman, D. G. McGrath, C. M. Stickler, R. Lubowski, P. Piris-Cabezas, S. Rivero, A. Alencar, O. Almeida, O. Stella. **“The End Of Deforestation in the Brasil an Amazon**, Science, v.326, p.1350-1351, 2009.
  - PRODES. **Divulgação dos dados PRODES Cerrado 2023**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/a-area-de-vegetacao-nativa-suprimida-no-bioma-Cerrado-no-ano-de-2023-foi-de-11-011-70-km2>>. Acesso em: 21 ago. 2024.
  - RODRIGUES, C. R. **O Positivismo, o Estado nacional e as populações fetichistas no Brasil**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, 2011.
  - SAWYER, D. **Perfil do ecossistema: hotspot de biodiversidade do Cerrado - relatório completo**. - Brasília - Supernova, 2018.
  - IBGE; **Censos Demográficos**. (1900) Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>, e em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdf>
  - MORAES, A. C. R. M. **O Sertão. Um “outro” geográfico**. Terra Brasilis Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica. 2003.
  - ALMEIDA, A. C. **Aspectos das políticas indigenistas no Brasil**. Interações (Campo Grande). 2017.
  - AMADO, Janaina. 1995. **Região, Sertão e Nação**. Vol.8. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1995. Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: o legado de Vargas.
  - COSTA, W M. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o Território e o poder**. São Paulo: HUCITEC/ EDUSP. Acesso em: 26 ago. 2024. , 1992
  - SOUZA, M. J. L. d. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. in: CASTRO, I. E. Et al. **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
  - RAFFESTIN, C. . **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática. 1993

- RATZEL, F. (1974/1897). ***Politische Geographie***. Osnabrück, Otto Zeller Verlag.
- CATAIA, M. A. **Território político: fundamento e fundação do Estado**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 23 (1): 115-125, abr. 2011.
- MACKINDER. **O PIVÔ GEOGRÁFICO DA HISTÓRIA**. Conferência lida na Royal Geographical Society, em 25 de janeiro de 1904. Texto publicado no The Geographical Journal, Vol. 23, número IV, abril de 1904, pp. 421 - 37
- TRAVASSOS, M. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: cia. Editora Nacional, 1935.
- SILVA, M. W. d. **A Geografia e o Estudo do Passado**. Terra Brasilis. 2012.
- MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- - MORAES, A. C. R. **Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- MORAES, A. C. R. **A Antropogeografia de Ratzel: Indicações**. In: Ratzel. Ática. 1990.
- - RATTS, A. J. P. **Fronteiras invisíveis: Territórios negros e indígenas no Ceará**. São Paulo: Departamento de Geografia - FFLCH - USP. 1996.
- DINIZ, B. P. C. **O Grande Cerrado do Brasil Central: geopolítica e economia**. 2006. 231p. Tese. (Doutorado em Geografia Humana da Universidade de São Paulo).
- SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- COSTA, M. d. F. **De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico**. revista do ieb n 45 p. 21-36 set 2007.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 2005 (1959).
- BERTRAN, P. **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: CODEPLAN, 1988.

- PINTO, V. N. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979.
- PALACIN, L. **O Século de Ouro em Goiás**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1994.
- CORRÊA, V. B. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso**. Campo Grande: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1995.
- SILVA, Simone Affonso da. **O planejamento regional brasileiro pós-Constituição Federal de 1988: Instituições, Políticas e Atores**. Dissertação de Mestrado (Geografia Humana, FFLCH/USP), 2014.
- BIGIO, Elia dos Santos. **Cândido Rondon: A integração Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- RIBEIRO, D. **O indigenista Rondon**. Rio de Janeiro, 1958.
- CESAR, A. T. e SÁ, D. M. **O medo do Sertão: a malária e a Comissão Rondon (1907 - 1915)**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.2, abr.-jun. 2011, p.471-497.
- LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan; IUPERJ; UCAM, 1999.
- MORAES, A. C. R. **Geografia, interdisciplinaridade e metodologia**. GEOUSP - Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.
- MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. SP: Hucitec, 2002.
- CARDOSO, L. P. C. **Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espaço de invenção do patriotismo nas primeiras décadas do séc. XX**. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 68-84, jan./jun. 2010.
- NOGUEIRA, C. E. **Território, Sertão e ciência: expedições civilizatórias e geografia no Brasil (1900-1930)**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 22, n. 1, p. 043-060, mês. 2018. ISSN 2179-0892.
- Teodoro, C. A. Z., & Nogueira, C. E. **A Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA) - 1907 a 1915: tecendo caminhos no sertão**. GeoTextos, 14(2). 2018.
- COSTA, W. M d. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto. 1988.

- IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (3ª ed.). 1979.
- ABRANTES, Vera Lucia Cortes. **“O IBGE e a formação da nacionalidade: Território, memória e identidade em construção”**. In Anais da ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2007. 9p.
- Fabio Betioli Contel, **As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990)**, Terra Brasilis, 2014.
- CARVALHO, Delgado de (1925). **“Uma concepção fundamental da geografia moderna: a ‘Região Natural’”**. In Boletim Geográfico, vol. 2, no. 13. 1944. pp. 9-17.
- HAESBAERT, R. **Regionalizações brasileiras: antigos legados e novos desafios**. Confins, 2020.
- RICARDO, D. **Marcha Para o Oeste (A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil)**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo/Livraria José Olympio Editora, 1970.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural \_ entre práticas e representações**, Lisboa: DIFEL, 1990.
- ARRAIS, M. E. **A Marcha Para o Oeste E O ESTADO NOVO: A CONQUISTA DOS SERTÕES**. Artigo de conclusão de curso, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília - UNB. 2016.
- CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em Cena: Propaganda política no vanguardismo e no peronismo**. São Paulo. 2003.
- VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. 2. ed. São Paulo, Difel, 1979.
- VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938, P.124
- CASTILHO, D. **A COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE GOIÁS (CANG ) E A FORMAÇÃO DE CERES-GO - BRASIL**. Élisée - Revista de Geografia da UEG, [S. I.], v. 1, n. 01, p. 117–139, 2012.
- BRASIL. **Decreto-Lei Nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941**. Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais. Diário Oficial da União - Seção 1 - 17/2/1941, Página 3029 (Publicação Original)
- MENEZES, Ana Paula. **Colônia Agrícola Nacional de Dourados - HISTÓRIA, MEMÓRIA: considerações acerca da construção de uma memória oficial sobre a CAND na região da Grande Dourados**. Revista História em Reflexão: Vol. 5 n. 9 – UFGD - Dourados jan/jun 2011.

- BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 5.878, DE 4 DE OUTUBRO DE 1943. Autoriza a instituição da Fundação Brasil Central e dispõe sobre o seu funcionamento.** Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1943, 122º da Independência e 55º da República.
- ARAÚJO, M. A C. **A região Centro-Oeste no contexto da “modernização” do Sertão.** Revista Mosaico, v. 11, p. 255-264, 2018.
- VARJÃO, V. **Aragarças: Portal da Marcha Para o Oeste.** Brasília: Senado Federal, 1989.
- RIBEIRO, A. M. **A Fundação Brasil Central.** Revista do Serviço Público. 1945.
- DALOSTO et al, **A INFLUÊNCIA DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE NAS TRANSFORMAÇÕES DA MESORREGIÃO NORDESTE DE MATO GROSSO (1890-1960),** ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.14 n.26; p. 1302. 2017.
- BORGES, D. R. **Rio Araguaia Corpo e Alma.** São Paulo: Ibrasa, 1987.
- LIMA, M. F. L. **Aragarças: a cidade encantada no Sertão de Goiás.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 65-87, jun. 2000.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos.** Lisboa: Edições 70, 1986.
- ABREU, M. de A. **Sobre a memória das cidades In: Colóquio O discurso geográfico na Aurora do século XXI.** Florianópolis: Programa de pós-graduação em Geografia/UFSC, 27-29 nov. 1996.
- ABREU, R. A. de. **A boa sociedade: história e interpretação sobre o processo de colonização no norte de Mato Grosso durante a Ditadura Militar.** Tese de Doutorado: Instituto de Estudos Sociais e Políticos/UERJ. 2015.
- CUNHA, E. **Os Sertões.** Fundação Biblioteca Nacional - Departamento Nacional do Livro, 1902.
- BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 5.812, DE 13 DE SETEMBRO DE 1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú.** Rio de Janeiro, Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/9/1943, Página 13731 (Publicação Original)
- CARVALHO, P. M. **A concretização da Marcha Para o Oeste.** Cultura Política, nº 8, outubro de 1941.
- DIAS, D. O. e MIZIARA, F. **O governo de Getúlio Vargas e a política de expansão de fronteiras no Brasil Central (1930-1945).** Research, Society and Development, v. 11, n. 6. 2022.
- Brasil, Presidente (1930-1945: Getúlio Vargas). (1942) **O Discurso do Rio Amazonas.** In Revista Brasileira de Geografia, 4 (2), 259-262.
- VESENTINI, J. W. **Capital da geopolítica.** 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987.
- MACKINDER, H. (1904). **The geographical pivot of history.** The geographical journal, vol. 170, n.4, dec., pp.298-321. Versões em português: O pivô geográfico da história. Geousp, n.29, pp.87-100 (2011). Tradução: Fabrício Vasselai; O pivô geográfico da história. Revista de Geopolítica, Natal

- (RN), v.2, n.2, pp.3-27, jul.-dez. (2011). Tradução: Tiago Alberto Coloda e Bianca de Andrade.
- LIMA, A. C. de S. **Um grande cerco de paz – poder tutelar e indianidade no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.
  - COELHO, D. P. **Relatório técnico**. Rio de Janeiro, 1948, 1ª parte, v. I (Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital - Presidência).
  - BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL ( DE 24 DE FEVEREIRO DE 1891)**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm). Acesso em: 02/10/2024.
  - VARNHAGEN, F. A. **A questão da capital: marítima ou no Interior?** Brasília, Biblioteca digital, 1877.
  - KUBITSCHKE, J. 1902 - 1976. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1975.
  - MATTOS, C. D M. **O Pensamento Estratégico Brasileiro: Projeções das Influências de nossa Continentalidade**. A defesa Nacional, 66. 2021.
  - GUIMARÃES, F. D. M. S. **O planalto central e o problema da mudança da capital do Brasil**. Revista brasileira de Geografia. 1949.
  - BACKHEUSER, Everardo. **Localização da nova capital do país no Planalto Central**. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, ano IV, n 53, p.515-516, ago. 1947.
  - Souza Lima, A. C. **Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS), Rio de Janeiro. 1992.
  - LEITÃO, A. M. L. **As Imagens do Sertão na Literatura Nacional**, Terra Brasilis. 2012.
  - Morato & Rodrigues. **O projeto indigenista de Rondon como manifestação do “dispositivo pacificação” no Brasil**. 2024
  - BACKHEUSER, Everardo. **Localização da nova capital do país no Planalto Central**. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, ano IV, n 53, p.515-516, ago. 1947
  - \_\_\_\_\_. O Retângulo Cruis. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, Ano 5, n 55, p.745-746, out. 1947
  - \_\_\_\_\_. Localização da Nova Capital: Clima e Capital. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, Ano 5, n 56, p.871-872, nov. 1947
  - \_\_\_\_\_. Localização da Nova Capital: Critérios e Escolhas. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, Ano 5, n 57, p. 967-968, dez. 1947
  - \_\_\_\_\_. Localização da Nova Capital: Ponto Nevralgico. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, Ano 5, n 58, p.1083-1084, out. 1948.